

Nota Premiada Bahia já contemplou moradores de mais de cem municípios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A sorte pegou o rumo da BR-324 e vai fazendo felizardos pelo interior, revelam os números da **Nota Premiada Bahia**. Ao todo, 103 municípios já tiveram moradores contemplados pela campanha de cidadania fiscal do governo baiano. Feira de Santana, que acaba de ter o primeiro bilhete fora da capital a ser sorteado com o prêmio máximo de R\$ 1 milhão, puxa a tendência. A maior cidade do interior também está em segundo no ranking dos municípios com mais ganhadores, atrás apenas de Salvador.

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da **Nota Premiada Bahia**, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 616 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.679 pessoas desde fevereiro de 2018.

Salvador, que desde o início tomou a dianteira em número de participantes inscritos, o que amplifica as chances de premiação, ainda lidera com folga o ranking de sorteados, com 1.069 cidadãos contemplados pela **Nota Premiada Bahia** até hoje. Mas os sortudos do interior avançam e já são 609. A participação do interior no total de premiados passou de 28% no início da campanha para 36% agora, enquanto a capital tinha 72% dos premiados no primeiro ano e viu sua participação reduzida para 64%.

'Há uma tendência de interiorização dos prêmios, o que reflete uma maior participação das pessoas em todo o estado e é muito bem-vindo porque mostra a sorte contemplando baianos de todas as regiões', comenta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Participar é fácil

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, enfatiza que é muito fácil participar da **Nota Premiada Bahia**. 'Basta se cadastrar uma única vez e, a partir desta etapa, colocar o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos de todo o estado'.

Félix lembra um dado curioso: até hoje houve apenas um sorteado de fora do estado: em 2020, foi contemplado com R\$ 10 mil um morador de Brasília que, para participar, cumpriu as duas únicas condições previstas: estava inscrito no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ao fazer compras em estabelecimento comercial registrado na Bahia solicitou a inserção, na nota fiscal, do CPF cadastrado na Nota Premiada.

Solidariedade

O coordenador da campanha, André Luiz Souza Aguiar, lembra que um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Nota Premiada Bahia já contemplou moradores de mais de cem municípios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A sorte pegou o rumo da BR-324 e vai fazendo felizardos pelo interior, revelam os números da **Nota Premiada Bahia**. Ao todo, 103 municípios já tiveram moradores contemplados pela campanha de cidadania fiscal do governo baiano. Feira de Santana, que acaba de ter o primeiro bilhete fora da capital a ser sorteado com o prêmio máximo de R\$ 1 milhão, puxa a tendência. A maior cidade do interior também está em segundo no ranking dos municípios com mais ganhadores, atrás apenas de Salvador.

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da **Nota Premiada Bahia**, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 616 mil participantes inscritos, e as premiações já

contemplaram 1.679 pessoas desde fevereiro de 2018.

Salvador, que desde o início tomou a dianteira em número de participantes inscritos, o que amplifica as chances de premiação, ainda lidera com folga o ranking de sorteados, com 1.069 cidadãos contemplados pela **Nota Premiada Bahia** até hoje. Mas os sortudos do interior avançam e já são 609. A participação do interior no total de premiados passou de 28% no início da campanha para 36% agora, enquanto a capital tinha 72% dos premiados no primeiro ano e viu sua participação reduzida para 64%.

'Há uma tendência de interiorização dos prêmios, o que reflete uma maior participação das pessoas em todo o estado e é muito bem-vindo porque mostra a sorte contemplando baianos de todas as regiões', comenta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Participar é fácil

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, enfatiza que é muito fácil participar da **Nota Premiada Bahia**. 'Basta se cadastrar uma única vez e, a partir desta etapa, colocar o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos de todo o estado'.

Félix lembra um dado curioso: até hoje houve apenas um sorteado de fora do estado: em 2020, foi contemplado com R\$ 10 mil um morador de Brasília que, para participar, cumpriu as duas únicas condições previstas: estava inscrito no site

www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ao fazer compras em estabelecimento comercial registrado na Bahia solicitou a inserção, na nota fiscal, do CPF cadastrado na Nota Premiada.

Solidariedade

O coordenador da campanha, André Luiz Souza Aguiar, lembra que um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Fonte

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Gov Bahia	
Data: 14/07/2021	



Nota Premiada Bahia já contemplou moradores de mais de cem municípios

14 julho 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

A sorte pegou o rumo da BR-324 e vai fazendo felizardos pelo interior, revelam os números da Nota Premiada Bahia. Ao todo, 103 municípios já tiveram moradores contemplados pela campanha de cidadania fiscal do governo baiano. Feira de Santana, que acaba de ter o primeiro bilhete fora da capital a ser sorteado com o prêmio máximo de R\$ 1 milhão, puxa a tendência. A maior cidade do interior também está em segundo no ranking dos municípios com mais ganhadores, atrás apenas de Salvador.

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da Nota Premiada Bahia, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 616 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.679 pessoas desde fevereiro de 2018.

Salvador, que desde o início tomou a dianteira em número de participantes inscritos, o que amplifica as chances de premiação, ainda lidera com folga o ranking de sorteados, com 1.069 cidadãos contemplados pela Nota Premiada Bahia até hoje, Mas os sortudos do interior avançam e já são 609. A participação do interior no total de premiados passou de 28% no início da campanha para 36% agora, enquanto a capital tinha 72% dos premiados no primeiro ano e viu sua participação reduzida para 64%.

“Há uma tendência de interiorização dos prêmios, o que reflete uma maior participação das pessoas em todo o estado e é muito bem-vindo porque mostra a sorte contemplando baianos de todas as regiões”, comenta o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio.

Participar é fácil

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, enfatiza que é muito fácil participar da Nota Premiada Bahia. “Basta se cadastrar uma única vez e, a partir desta etapa, colocar o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos de todo o estado”.

Félix lembra um dado curioso: até hoje houve apenas um sorteado de fora do estado: em 2020, foi contemplado com R\$ 10 mil um morador de Brasília que, para participar, cumpriu as duas únicas condições previstas: estava inscrito no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ao fazer compras em

estabelecimento comercial registrado na Bahia solicitou a inserção, na nota fiscal, do CPF cadastrado na Nota Premiada.

Solidariedade

O coordenador da campanha, André Luiz Souza Aguiar, lembra que um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Nota Premiada Bahia já contemplou moradores de mais de cem municípios



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A sorte pegou o rumo da BR-324 e vai fazendo felizardos pelo interior, revelam os números da **Nota Premiada Bahia**. Ao todo, 103 municípios já tiveram moradores contemplados pela campanha de cidadania fiscal do governo baiano. Feira de Santana, que acaba de ter o primeiro bilhete fora da capital a ser sorteado com o prêmio máximo de R\$ 1 milhão, puxa a tendência. A maior cidade do interior também está em segundo no ranking dos municípios com mais ganhadores, atrás apenas de Salvador.

A cada mês são sorteados 90 prêmios de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, e além disso já aconteceram três sorteios especiais de R\$ 1 milhão desde o início da **Nota Premiada Bahia**, em 2018. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba), responsável pela campanha, atualmente são 616 mil participantes inscritos, e as premiações já contemplaram 1.679 pessoas desde fevereiro de 2018.

Salvador, que desde o início tomou a dianteira em número de participantes inscritos, o que amplifica as chances de premiação, ainda lidera com folga o ranking de sorteados, com 1.069 cidadãos contemplados pela **Nota Premiada Bahia** até hoje, Mas os sortudos do interior avançam e já são 609. A participação do interior no total de premiados passou de 28% no início da campanha para 36% agora, enquanto a capital tinha 72% dos premiados no primeiro ano e viu sua participação reduzida para 64%.

'Há uma tendência de interiorização dos prêmios, o que reflete uma maior participação das pessoas em todo o estado e é muito bem-vindo porque mostra a sorte contemplando baianos de todas as regiões', comenta o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**.

Participar é fácil

O superintendente de Desenvolvimento da Gestão da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas, enfatiza que é muito fácil participar da **Nota Premiada Bahia**. 'Basta se cadastrar uma única vez e, a partir desta etapa, colocar o CPF na nota fiscal a cada compra realizada em estabelecimentos de todo o estado'.

Félix lembra um dado curioso: até hoje houve apenas um sorteado de fora do estado: em 2020, foi contemplado com R\$ 10 mil um morador de Brasília que, para participar, cumpriu as duas únicas condições previstas: estava inscrito no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e ao fazer compras em estabelecimento comercial registrado na Bahia solicitou a inserção, na nota fiscal, do CPF cadastrado na Nota Premiada.

Solidariedade

O coordenador da campanha, André Luiz Souza Aguiar, lembra que um atrativo extra da Nota Premiada é a conexão entre sorte e solidariedade, já que mesmo sem ser sorteado é possível apoiar o trabalho social desenvolvido por instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**: o participante, no ato do cadastro, escolhe até duas entidades, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas. Estas notas então se transformam em recursos transferidos às instituições pelo governo baiano.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 494. A campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades desde seu início, considerando o último repasse realizado neste mês de junho.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitório, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: Rádio Excelsior (106,1 FM - Salvador)	Programa: Acorda pra Vida
Data: 14/07/2020	Apresentador: --
Assunto: Entrevista com Félix Mascarenhas , superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da Sefaz-Ba . Assuntos: parcelamento de débitos de qualquer valor pelo site, Carta de Serviços e outros.	

Data: 14/07/2020

Horário: 07:36:11

Emissora: Rádio Excelsior (106,1 FM - Salvador)

Programa: Acorda pra Vida

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Entrevista com **Félix Mascarenhas**, superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária da **Sefaz-Ba**. Assuntos: parcelamento de débitos de qualquer valor pelo site, Carta de Serviços e outros.

Veículo: Bocão News	
Data: 14/07/21	



BNEWS AGRO

Bahia reduz em 10% imposto sobre milho em grãos



14 de Julho de 2021 às 23:38

Por: Divulgação Por: Redação Bnews

O Governo da Bahia diminuiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do milho em grãos, nas operações interestaduais, de 12% para 2%. O decreto foi publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (14).

De acordo com o Governo do Estado, a estratégia tem objetivo de reduzir também o preço dos ovos de galinha, carnes e do leite, já que o milho é responsável por 70% a 80% da composição da ração que alimenta aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos.

“O milho é essencial no processo de cria e engorda de suínos e aves, o que faz com que seu preço impacte nos custos de criação dos animais, com efeito direto no desempenho desses segmentos. Além disso, o milho é ingrediente energético para a ração de animais em atividade leiteira, dentre outras utilizações”, explicou o secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia, João Carlos Oliveira.

#Bahia: Governo Rui Costa diminui ICMS do milho de 12% para 2% no estado e incentiva cadeia produtiva



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Natália Fernandes

Foi publicado no Diário Oficial o Decreto nº 20.578, de 6 de julho de 2021, que diminui o **ICMS** do milho em grãos, nas operações interestaduais, de 12% para 2%. A decisão do Governo **Rui Costa** (PT) por baixar o **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços** acaba por beneficiar toda a cadeia produtiva do grão, impactando positivamente em diversas atividades do Agro, além do beneficiamento e do comércio do produto.

O milho é responsável por 70 a 80% da composição da ração animal, alimentando, aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos. Então, a diminuição do imposto é uma estratégia para não só forçar para baixo o preço do milho em grão, como também dos ovos de galinha, das carnes desses animais e do leite.

'O milho é essencial no processo de cria e engorda de suínos e aves, o que faz com que seu preço impacte nos custos de criação dos animais, com efeito direto no desempenho desses segmentos. Além disso, o milho é ingrediente energético para a ração de animais em atividade leiteira, dentre outras utilizações. Daí a importância e a grande pertinência desse decreto assinado pelo governador **Rui Costa**', comentou o secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia, **João Carlos Oliveira**. As informações são de assessoria.

Etiquetas

bahia brasil Jornal da Chapada

Assuntos e Palavras-Chave: SEMA - Secretaria do Meio Ambiente - João Carlos Oliveira | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

Bahia reduz ICMS da produção de grãos de milho e abre mão de receita de R\$ 4 mi



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **governo da Bahia** reduziu na última semana em 10% o **ICMS** do milho em grãos nas operações interestaduais. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), a medida, que surge em meio a crise econômica agravada pela pandemia da Covid-19, resultará em uma renúncia de receita de R\$ 4 milhões de reais ao ano. No entanto, a aposta do governo é de que haja uma redução nos valores de outros produtos advindos do milho, como por exemplo, rações para ovinos e caprinos, barateando assim carnes e derivados.

De acordo com o governo estadual, a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, de 12% para 2%, irá beneficiar toda a cadeia produtiva do grão, impactando positivamente em diversas atividades do **agronegócio**, e também no beneficiamento e no comércio do milho.

Segundo a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura da Bahia (Seagri), a diminuição do imposto está inserida em uma estratégia que pretende forçar para baixo o preço do milho em grão que é responsável por aproximadamente 80% da composição de rações destinadas às aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos. Com este incentivo ao produtor rural e ao **agronegócio** como um todo, o governo espera baratear os custos de produtos como ovos de galinha, carnes de gado e porco e o leite.

À frente da Seagri, o secretário **João Carlos Oliveira** comemorou o decreto publicado no último dia 6. 'O milho é essencial no processo de cria e engorda de suínos e aves, o que faz com que seu preço impacte nos custos de criação dos animais, com efeito direto no desempenho desses segmentos. Além disso, o milho é ingrediente energético para a ração de animais em atividade leiteira, dentre outras utilizações. Daí a importância e a grande pertinência desse decreto assinado pelo governador **Rui Costa**', comentou.

FIOL E PORTO SUL

A redução do imposto sobre o milho surge em meio à dificuldade impostas pela pandemia do novo coronavírus, mas também para mitigar problemas logísticos de produtores em escoarem os grãos na região oeste do estado. A produção agrícola daquela área aguarda alternativas como a **Ferrovias** de Integração Oeste-Leste (Fiol) e as obras do **Porto Sul**, em Ilhéus, seguem a passos lentos.

- ICMS | Casa Civil - Porto Sul,FIOL | SEPLAN -
Secretaria do Planejamento - Ferrovia,FIOL | SEFAZ -
Secretaria da Fazenda - ICMS

Após atrasos nos leilões para concessão das obras da **ferrovia**, em abril deste ano, o trecho I, que liga as cidades de Ilhéus e Caetité, foi leiloado e será construído pela Bahia **Mineração** S/A. A expectativa do governo federal através do Ministério da Infraestrutura é de que o primeiro trecho comece a operar apenas em 2025.

Foto: Reproução / Ministério da Infraestrutura

No início deste mês, conforme divulgou a Associação de Engenheiros Ferroviários (Anefer), o governo federal qualificou dois trechos entre Caetité e Barreiras, de 485,4 km, e de Barreiras à Figueirópolis (TO), onde a via se liga à **Ferrovia** Norte-Sul, como parte do programa de Parceria de Investimentos (PPI), que reúne projetos de concessão do governo federal. Em Caetité e Barreiras as obras já se iniciaram.

Nesta segunda-feira (12), durante entrega de locomotivas em Minas Gerais, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, afirmou que a pasta já assegurou mais de R\$ 31 bilhões de investimentos para a malha férrea do Brasil, valores estes que beneficiam também a Fiol. De acordo com o **governo do estado**, em janeiro deste ano teve início a implantação do canteiro de obras do **Porto Sul** e a construção da ponte sobre o Rio Almada, em Ilhéus.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura - Agronegócio | SEMA - Secretaria do Meio Ambiente - João Carlos Oliveira, Porto Sul | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Mineração | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado

Veículo: Gov Bahia	
Data: 14/07/2021	



Empresa planeja investir mais de R\$ 8 bilhões em parques eólicos em quatro municípios da Bahia

14 julho 2021



Um total de R\$ 8,646 bilhões em investimentos em novos parques eólicos está previsto para os municípios de Casa Nova, Morro do Chapéu, Macururé e Várzea Nova, nos próximos três anos. Esse é o total de recursos que a empresa Casa dos Ventos pretende investir, de acordo com os protocolos de investimentos assinados nesta quarta-feira (14), com o governo da Bahia por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Nelson Leal, o governo da Bahia busca descentralizar a arrecadação de receita do estado que está concentrada na maior parte na região metropolitana, “o investimento das empresas de energia eólica na Bahia gera empregos tanto na fase de instalação quanto na sua operação dos aerogeradores. Além do benefício da geração de empregos que gera renda ao trabalhador, também é revertido em impostos municipais, melhorando as finanças dessas prefeituras para promoverem melhorias nas cidades baianas, e gerando energia de uma forma limpa e renovável”, afirmou Leal.

Nos quatro municípios, a previsão da empresa é gerar durante a instalação dos aerogeradores mais de dez mil empregos. Já na fase de operação serão gerados 51 empregos diretos nos parques eólicos. “Hoje assinamos protocolos de intenções que eu diria que, muito mais que intenção, é uma decisão de investimento, inclusive com a primeira obra começando agora em setembro desse ano, em Morro do Chapéu. Estamos falando de mais de oito bilhões nos próximos três anos”, afirmou o presidente da Casa dos Ventos, Clécio Eloy.

Liderança

A Bahia está na liderança nacional na geração de energia eólica e ocupa o segundo lugar no ranking dos cinco principais Estados em geração de energia solar no país, em abril de 2021. Os dados constam do Informe Executivo de Energias Renováveis da SDE. Do mês de junho. Juntas, as fontes de energias renováveis deverão investir cerca de R\$ 30,9 bilhões no território baiano.

O Estado conta atualmente com 196 parques eólicos em operação, que tem 4.974 Megawatt (MW) de capacidade instalada, geração de 1.402 Gigawatt-hora (GWh) por mês e capacidade para abastecer cerca de 11 milhões de residências, favorecendo 35 milhões de pessoas.

Fonte: Ascom/ SDE

COVID-19 Titular da Educação estadual, Jerônimo Rodrigues afirmou que retorno não é facultativo, mas haverá exceções 'Não é facultativo, estamos começando de verdade', diz secretário sobre volta às aulas

CASSIO SANTANA

O secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, afirmou, em coletiva de imprensa virtual ontem, que o retorno às aulas na rede estadual é obrigatório para professores, servidores e alunos, mas que "exceções serão tratadas como exceções". Nesta etapa, as aulas serão híbridas, com rodízio de alunos.

O anúncio da retomada das atividades escolares, marcada para o dia 26 de julho, foi feito pelo governador Rui Costa (PT), na terça-feira, 13, em suas redes sociais. De acordo com o governador, o estado apresenta condições epidemiológicas em relação à Covid-19 estáveis, com uma taxa de ocupação de leitos de UTIs em 62%, menor índice desde março.

"Começar as aulas não significa ser irresponsável. Construímos as condições para o retorno presencial. Compreendemos muito bem a insegurança, o receio, o medo, é algo natural. Mas quero dizer que nós faremos um bom diálogo, queremos ampliar a comunicação com a sociedade baiana. Temos que ter atitude e postura. Estamos começando, não é facultativo, estamos começando de verdade, mas temos a sensibilidade de entender o que é exceção, e exceção será tratada com cuidado e com zelo", disse o secretário.

"Um estudante que tem uma comorbidade, uma doença grave, isso já é regra das escolas, ele terá que ser tratado de forma diferente. Se tiver um profissional que tenha uma recomendação médica, é uma exceção e a exceção tem que ser tratada como exceção. As escolas já têm um protocolo de segurança em relação a esses casos, qualquer tipo de doença sabemos tratar, já sabemos tratar isso, a rede tem uma vasta experiência sobre isso", avaliou Rodrigues.

Estrutura das escolas

Segundo o secretário, a estrutura das escolas no estado apresenta "problemas históricos", mas que, "com certeza, foi feito um esforço para que as escolas estejam prontas" para o público.

"Fizemos o máximo que pudemos. Temos escolas



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE / 19.02.2021

De acordo com o governador, as aulas podem ser retomadas porque a Bahia apresenta condições estáveis

que realmente têm dificuldade, por conta da geografia, é uma herança histórica, e não é só responsabilidade do estado, mas dos municípios. A estrutura da sala de aula é uma preocupação nossa.

Com certeza, foi feito um grande esforço para que as escolas estejam prontas. E vamos aperfeiçoando. O que for aparecendo de ajustes a ser feito, será feito", avaliou.

Distanciamento

Rodrigues afirmou que uma condição para o retorno das aulas é que as escolas sigam estritamente os protocolos de segurança de combate à propagação do novo coronavírus. Segundo o secretário, ônibus e escolas devem ter o limite máximo de ocupação de 50%.

"Nosso protocolo é de 50% em ônibus e escolas. Se a escola tiver uma estrutura menor, não usaremos os 50%, reduziremos esse quantitativo. Temos um protocolo que orienta o distanciamento, desde a chegada até a saída dos estudantes e de todos os profissionais envolvidos com a educação", destacou o secretário.

"Da mesma forma que nos preparamos em 2020 para o retorno, estamos agora. Continua nossa forte articulação com a Sesab, com a comissão estadual que acompanha o processo de vacinação, com as secretarias municipais de saúde. Haverá uma gestão para está acompanhando e observando cada situação", enfatizou Rodrigues.

"Qualquer situação de anormalidade, com comprovado risco, teremos um protocolo de orientação de condução de pessoas junto à Secretaria Municipal de Saúde. E se for preciso, podemos interditar a sala, interditar a escola", disse.

O secretário não descartou a possibilidade de, em caso de agravamento do cenário epidemiológico no estado, as aulas voltarem a serem conduzidas na modalidade remota.

"Se necessário for, comprovada a anormalidade, retornaremos o remoto. Tomaremos decisões urgentes", afirmou Rodrigues, que prometeu para a próxima sexta-feira, 16, apresentar os protocolos de segurança a serem seguidos nas escolas.

Governo Rui Costa rebate APLB

DAVID MENDES

O governador Rui Costa (PT) rebateu as declarações do coordenador-geral do Sindicato dos Professores da Bahia (APLB-BA), Rui Oliveira, e disse não ser racional e nem razoável "alguém querer dizer à sociedade quando quer trabalhar".

"Isso não é racional. É esquisito alguém ter a coragem de abrir a boca para dizer um negócio desse (...) Não é razoável que alguém que é contratado pela sociedade, não é pelo governador, quem paga os salários não sou eu, mas a sociedade, e alguém querer dizer a sociedade quando quer trabalhar", criticou o

líder baiano.

Rui lembrou que os professores da Rede Estadual de Ensino, mesmo sem aulas, nunca deixaram de receber seus vencimentos.

"Se as pessoas não tivessem recebendo salário, mas depois de 1 ano de quatro meses [recebendo salário], em casa, num shopping, não sei aonde eles estavam nesses dias, só não pode ir para a escola dar aula?", questionou.

Para o governador, os estudantes, neste momento, são os que mais precisam de atenção e, como chefe do Executivo estadual, cabe a ele a decisão de organizar a prestação do serviço público.

"Os jovens pobres das periferias estão sendo assediados cotidianamente, porque seus pais saem para trabalhar e eles estão vulneráveis, adolescentes de 15 e 16 anos, a convite para coisas erradas porque estão o dia todo na rua, aglomerados, sem máscara, em suas comunidades. Portanto, as aulas retornarão dia 26 [de julho]", justificou.

Em nota enviada à imprensa, a APLB reafirmou que está mantida a decisão de só retornar as aulas presenciais na rede estadual com todos os educadores vacinados contra a Covid-19. Rui Oliveira defende que o retorno só deverá acontecer após 15 dias da

segunda dose aplicada em 100% da categoria, calendário previsto para o próximo mês.

Uma assembleia virtual marcada para amanhã, deverá decidir quais rumos a categoria irá tomar sobre a decisão do Estado de retornar, de forma híbrida, as aulas na rede estadual.

O secretário estadual da Educação, Jerônimo Rodrigues, já informou que a pasta adotará o modelo híbrido, com turmas divididas e aulas em dias intercalados em dois grupos: um nas segundas, quartas e sextas, e o outro nas terças, quintas e sábados. Além disso, os estudantes contarão com merenda escolar reforçada.

Vacinação contra Influenza começa em São Joaquim

EUZENI DALTRIO

O feirante Milton Ávila, 44 anos, fala com tanta felicidade e satisfação pela oportunidade de se vacinar que o som de suas palavras nos proporciona a experiência de ouvir o sorriso. Ele foi uma das 570 pessoas imunizadas ontem, no primeiro dia da Campanha de Vacinação contra a Influenza, na Feira de São Joaquim.

"Eu me vacinei hoje aqui, durante essa campanha. Graças a Deus! Em um momento difícil como esse, todo cuidado é bem-vindo. Só agradecer a Deus por isso", disse ele, por telefone, deixando sair o som do seu sorriso. O som do sorriso de Milton é alegre e tranquilo, ao mesmo tempo.

Um ponto de imunização foi instalado na feira para atender sobretudo os trabalhadores locais, mas também qualquer pessoa que

quisesse se vacinar e atendesse os critérios para receber a dose do imunizante. A ação de imunização ocorreu das 8h às 15h. A vacinação contra a gripe, em São Joaquim, continua hoje e amanhã no mesmo horário.

Mais de três meses após o início das ações de imunização contra a gripe, Salvador segue abaixo da meta em números de vacinados. Sinal de que nem todos os residentes, na capital baiana, têm a consciência de Milton, que também é presidente do Sindicato dos Feirantes e Ambulantes de Salvador (Sindfeira), sobre a importância da imunização contra a influenza.

"Hoje [ontem] estamos com aproximadamente 50% das pessoas imunizadas contra a influenza. É um percentual muito baixo. É justamente por isso que estamos fazendo essa ação na Feira de São Joaquim", afirma Adrielle Nogueira, coordenadora da



Olga Leiria / Ag. A TARDE / 14.07.21

Apenas 570 pessoas foram vacinadas ontem

Campanha de Vacinação da Influenza, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

De acordo com ela, a meta para ontem em São Joaquim, era vacinar aproximadamente 2 mil pessoas, mas só chegou a 570.

Adesão

Para Milton Ávila, presiden-

te do Sindfeira, houve uma boa adesão dos feirantes à ação da SMS. "Foi muito boa. Temos muitos trabalhadores na faixa dos 40 anos que se vacinaram contra a Covid e, por isso, não puderam se vacinar contra a gripe - o intervalo entre as vacinas é de 14 dias", contou Milton, que tem diabetes.

Salvador antecipa aplicação da 2ª dose

RODRIGO AGUIAR E REDAÇÃO

A prefeitura de Salvador informou que já podem procurar os pontos de vacinação contra a Covid-19, hoje, todas as pessoas cuja data da segunda dose está marcada até o dia 19 de julho. O atendimento será feito das 8h às 14h por demanda aberta, ou seja, sem necessidade de agendamento prévio.

A data da segunda dose pode ser verificada no cartão de vacinação ou no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS).

A aplicação da 1ª dose segue suspensa por falta de doses. A prefeitura aguarda o envio de novos lotes.

Intervalos

A Bahia decidiu que vai manter o intervalo entre a primeira e a segunda dose das vacinas contra a Covid-19, conforme definido no Plano

Nacional de Imunização. A decisão foi confirmada ontem, em uma reunião da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), instância deliberativa do SUS que reúne representantes dos 417 municípios baianos e do estado.

Para os imunizantes da Oxford/AstraZeneca e da Pfizer, permanece o intervalo de 12 semanas. Para a Coronavac, a aplicação da segunda dose continua sendo 28 dias após a primeira aplicação.

Estava em discussão reduzir para nove semanas o intervalo entre as doses do imunizante de Oxford e para 21 dias no caso da Coronavac.

O secretário estadual de Saúde, Fábio Vilas-Boas, apontou dois motivos que levaram à decisão de manter o intervalo entre as doses: antecipar a 2ª dose não traria benefício prático na ampliação da cobertura vacinal e, além disso, reduziria a eficácia dos imunizantes em 16%.

ECONOMIA

economia@grupoatarde.com.br

& NEGÓCIOS

BOLSA FAMÍLIA Paulo Guedes quer elevar orçamento para R\$ 50 bilhões

atarde.com.br/economia

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

O turismo na Bahia vai bombar no verão

O turismo foi um dos setores mais afetados pela pandemia, mas, com a ampliação da vacinação, o cenário que se desenha é de um "boom" na atividade turística na Bahia no próximo verão. Os números já indicam isso e mostram que, em maio, as atividades ligadas ao setor cresceram 53% em relação ao mês anterior. E nos primeiros cinco meses de 2021, os serviços ligados ao turismo apresentaram crescimento de 4,2%, enquanto se registrou uma queda de 5,5% na média nacional. É verdade que ainda não foram zeradas as perdas e no acumulado dos últimos 12 meses, o setor registra uma queda de quase 30%, mas em breve essa marca será superada.

Os brasileiros estão esperando apenas a pandemia refluir para começar a viajar e a classe média assalariada, aquela que manteve o salário no período do "fique em casa" e que, sem ter onde gastar fez

uma poupança forçada, é quem vai liderar o processo. Pesquisa recente, realizada pelo Ipspe confirma isso, ao constatar que o desejo de viajar é maior entre os brasileiros do que comprar uma casa ou trocar de carro.

E em outubro, quando começa efetivamente o verão, mantido o atual ritmo de vacinação, a 1ª dose já terá alcançado toda a população brasileira e a demanda por viagens vai bombar. E aí o problema pode não ser a deman-

da, mas a oferta, pois a estrutura turística existente não será suficiente e pode faltar assento de avião e quarto de hotel, fazendo os preços aumentarem. O único senão a essa previsão será uma nova onda de contágio da variante delta, mas com a manutenção dos cuidados atuais e com a vacinação em massa essa hipótese fica mais distante.

O trade turístico já admite o crescimento do setor. Roberto Duran, presidente do Salvador Destination, por

exemplo, aposta no crescimento e alerta que as rotas aéreas vão estar fortemente pressionadas, embora, segundo ele, Salvador tenha sido o aeroporto que mais cresceu o volume de rotas no pós-pandemia, inclusive com a recuperação do hub da Gol. Duran lembra, no entanto, que os setores envolvidos com o turismo na Bahia estão se recuperando de forma desigual e diz que o turismo de eventos, aquele que envolve congressos, grandes eventos e shows, terá recuperação mais lenta e só em abril de 2022 estará no auge. É provável, mas os eventos testes já anunciados podem agilizar esse cronograma. Aliás, no atual quadro é possível prever a realização do Réveillon de Salvador, sem problemas, dentro dos protocolos e dos limites que o bom senso estabelece.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de

Hotéis - Bahia, Silvio Pessoa, é mais comedido e afirma que em junho os hotéis de Salvador registraram uma taxa de ocupação média de 34%, abaixo dos 50%, percentual mínimo para que não haja prejuízo. Mas em junho as medidas restritivas ainda estavam em vigor e Pessoa reconhece que bastou haver a liberação das praias em Salvador para a taxa de ocupação ter aumentado em 15%. E nas próximas semanas essa ocupação vai crescer, como já está ocorrendo em Porto Seguro, Praia do Forte e Morro de São Paulo que já registram taxas de ocupação próximas a 100%.

O foco será o crescimento no mercado doméstico, já que o turismo internacional está vinculado às restrições em cada país, mas ele vai ser tão forte quanto foi a queda. Sob o signo da vacinação em massa, o verão na Bahia vai bombar.

O teodolito e o vice

Encontro o vice-governador João Leão e indago se ele será candidato a governador em 2022. Leão diz que o governo Rui Costa tem 78% de aprovação e as características de um teodolito - referindo-se ao instrumento de precisão óptico com três pés -, com um pêndulo no meio. O PT, PSD e PP formam o teodolito e o pêndulo seria os partidos menores. "Não se pode quebrar um dos pés do teodolito, mas se houver consenso, sou candidato", diz o vice. Pergunto sobre sua prioridade econômica: desconcentrar a economia baiana, que tem mais de 50% do PIB gerado na RMS, e dobrar a arrecadação do Estado. "E tenho um sonho: superar São Paulo. A riqueza da Bahia permite isso", completa o vice-governador.

IPEA Pesquisa mostra que a inflação das famílias de renda muito baixa continua maior que a da faixa de renda alta

Inflação desacelera para todas as faixas de renda em junho

AGÊNCIA BRASIL

O Indicador de Inflação por Faixa de Renda apontou desaceleração da taxa de inflação para todas as faixas de renda no mês de junho.

O estudo mostrou que, apesar da redução generalizada na comparação com maio deste ano, a inflação das famílias de renda muito baixa continua maior que a registrada na faixa de renda alta pelo terceiro mês consecutivo, com taxas de 0,62% para as famílias que recebem menos de R\$ 1.650,50 e de 0,39% para os domicílios com renda maior de R\$ 16.509,66. O levantamento foi divulgado ontem pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O grupo habitação, assim como no mês anterior, continuou sendo o segmento que mais contribuiu para a

pressão inflacionária em junho, impactado pelo reajuste das tarifas de energia elétrica e, em menor escala, pelos aumentos do gás de botijão e do gás encanado.

Segundo o Ipea, no caso da energia, a variação de 1,95%, em junho, reflete o acionamento da bandeira vermelha patamar 2, além da recomposição tarifária registrada em Curitiba.

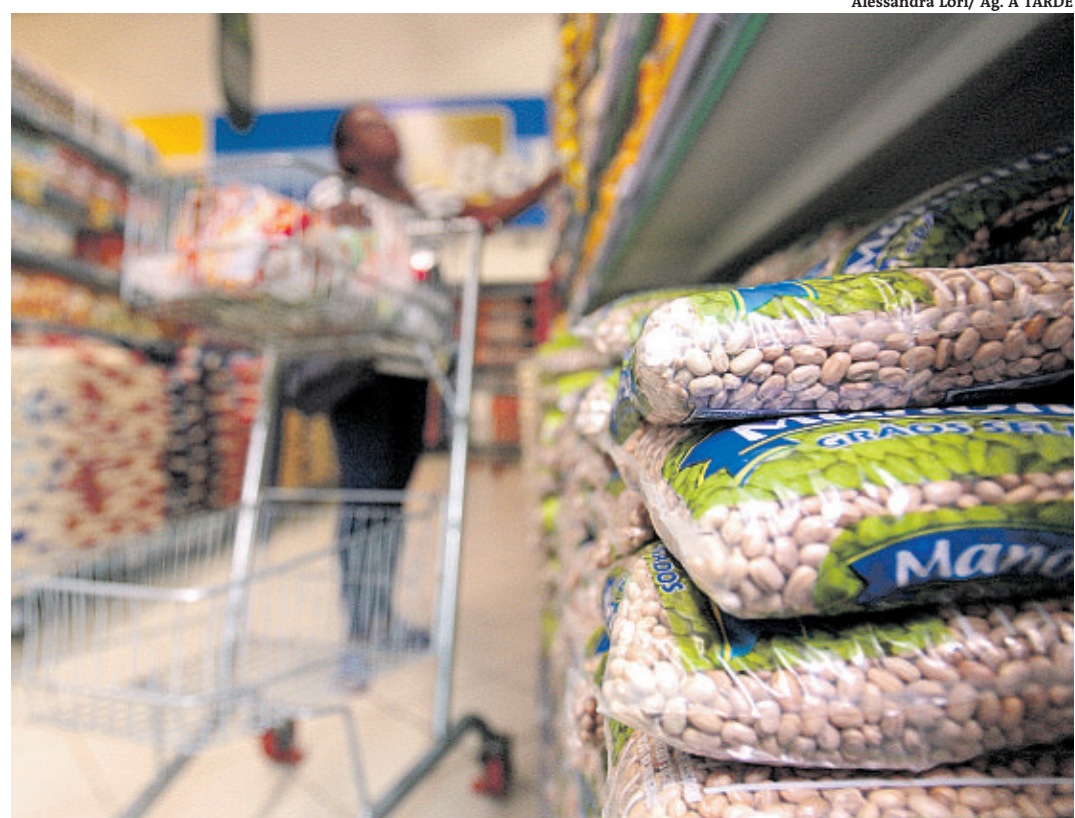
As variações do gás de botijão e do gás encanado, por sua vez, continuam influenciadas pela alta dos preços internacionais e já acumulam variações de 16% e 14,2% no ano, respectivamente.

Segundo o estudo, o segundo grupo que mais contribuiu para a alta da inflação das famílias de renda muito baixa foi o de alimentação e bebidas. Mesmo diante da deflação apresentada em itens impor-

O segmento foi impactado pelas altas das carnes (1,3%), das aves e ovos (1,6%)

tantes, como cereais (-0,73%), tubérculos (-11,2%) e frutas (-2,7%), o segmento foi impactado pelas altas das carnes (1,3%), das aves e ovos (1,6%) e dos leites e derivados (2,2%).

Já as famílias de alta renda foram impactadas pelo segmento de transportes, sendo que as quedas nas passagens aéreas (-5,6%) e nos transportes por aplicativo (-0,95%) não conseguiram anular os efei-



Alessandra Lori/ Ag. A TARDE

Taxa de inflação segue pressionada pelas altas de 15,3% dos alimentos

tos dos aumentos da gasolina (0,7%) e do etanol (2,1%).

Na comparação com junho de 2020, a pesquisa mostrou que a inflação no mesmo mês de 2021 foi mais elevada para todos os segmentos de renda, sendo que a alta foi mais significativa para as famílias de menor renda.

Segundo o Ipea, apesar da alta maior dos alimentos no domicílio em 2020, a infla-

ção das famílias de renda mais baixa havia sido beneficiada pelas quedas dos preços da energia (-0,34%), do vestuário (-0,46%) e dos artigos de limpeza (-0,19%), ocorridas no ano passado.

Já para as famílias com maior renda, a menor alta inflacionária em 2020 foi causada, principalmente, pelas deflações das passagens aéreas (-26%), dos

transportes por aplicativo (-14%) e das despesas com recreação (-0,43%)

"A taxa de inflação das famílias de renda muito baixa (9,2%) segue em patamar acima da observada na faixa de renda alta (6,5%), ainda pressionada pelas altas de 15,3% dos alimentos no domicílio, de 16,2% da energia elétrica e de 24,2% do gás de botijão no período", informou o Ipea.

ANFAVEA

Pesquisa mostra otimismo para compra de automóveis

AGÊNCIA BRASIL

A pandemia da Covid-19 ampliou a busca pelo automóvel como meio de transporte, mostra pesquisa da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e da startup Webmotors sobre intenção de compra no Brasil. O levantamento, que entrevistou 4.240 pessoas, mostra que 75% querem comprar e ou trocar de carro ainda em 2021.

Entre os respondentes, 74%

já possuem carro e 26% não. Dos que têm veículos, 73% têm intenção de trocar o modelo neste ano, mas o percentual dos que pretendem trocar agora é de 21%. O percentual dos que pretendem fazer a compra imediata entre os que não têm carro é maior (34%). Dos 26% que não tem automóvel, 80% querem fazer a compra em 2021.

Diante das medidas de segurança sanitária por causa da Covid-19, 79% dos que possuem carro disseram estar

usando o veículo com mais frequência. Em seguida, o transporte por aplicativo (16%), a opção a pé (14%) e, por último, o transporte coletivo (3%). Dos que não têm carro, mas pretendem comprar, o meio que mais passou a usar foi o transporte por aplicativo (46%), a pé (29%) e transporte coletivo (18%).

Entre os proprietários, 58% disseram que os preços estão muito altos e isso é o que mais os impede de comprar um veículo.

BANCO CENTRAL

Atividade econômica tem queda de 0,43% no mês de maio

AGÊNCIA BRASIL

A atividade econômica brasileira registrou queda em maio deste ano, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). Até fevereiro, o Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br) vinha apresentando crescimento após os choques sofridos em março e abril do ano passado, em razão das medidas de isolamento social necessárias para o enfrentamento da Covid-19. Nos últimos três me-

ses, já houve variações, com recuos em março e maio.

O IBC-Br, dessazonalizado (ajustado para o período), apresentou recuo de 0,43% em maio de 2021 em relação a abril. Já na comparação com maio de 2020, houve aumento de 14,21% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo, em 1,07%.

Com os resultados, o IBC-Br atingiu 139,11 pontos. O índice

é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica brasileira e ajuda o BC a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 4,25% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade dos três setores da economia, a indústria, o comércio e os serviços e agropecuária, além do volume de impostos.

O indicador foi criado pelo BC para tentar antecipar, por aproximação, a evolução da atividade econômica.

Atividade econômica tem queda de 0,43%

RETRAÇÃO A atividade econômica caiu 0,43% em maio deste ano, segundo o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) do Banco Central divulgado ontem. O índice avalia o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses e é considerado uma "prévia" do Produto Interno Bruto (PIB).

O resultado é em comparação com abril deste ano e foi calculado após ajuste sazonal – uma espécie de "compensação" para comparar períodos diferentes. A queda registrada não era esperada pelo mercado, que previa crescimento de 1,05%. A baixa também interrompe uma sequência de alta, iniciada em abril, quando a atividade econômica voltou a reagir e cresceu 0,85%, segundo o índice do

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, IBC-Br o teve crescimento de 14,21% em maio

BC. Em março deste ano, a atividade caiu 1,61%, interrompendo uma sequência de dez meses de crescimento.

Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o Índice de Atividade Econômica teve crescimento de 14,21% em maio, informou o Banco Central. Já no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano, o índice registra expansão de 6,60% – sem ajuste sazonal. Em 12 meses até maio de 2021, houve alta de 1,07% – também sem ajuste sazonal.

O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia. O resultado oficial é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados do IBC-Br são considerados uma "prévia do PIB". Porém, nem sempre mostraram proximidade com os dados

oficiais do Produto Interno Bruto.

O cálculo dos dois é um pouco diferente – o indicador do BC incorpora estimativas para a agropecuária, a indústria e o setor de serviços, além dos impostos, mas não considera o lado da demanda (incorporado no cálculo do PIB do IBGE).

O IBC-Br é uma das ferramentas usadas pelo BC para definir a taxa básica de juros do país, a Selic. Com o maior crescimento da economia, por exemplo, teoricamente haveria mais pressão inflacionária, o que demandaria alta na Selic.

Em 2020, o PIB do Brasil caiu 4,1%, totalizando R\$ 7,4 trilhões. Foi a maior queda anual da série do IBGE, iniciada em 1996 e que interrompeu o crescimento de três anos seguidos, de 2017 a 2019, quando o PIB acumulou alta de 4,6%.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0836	R\$ 5,0841
Dólar Turismo	R\$ 5,067	R\$ 5,23
Euro turismo	R\$ 5,943	R\$ 6,207

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	128.406,51	0,9%

POUPANÇA

15/7/2021	0,1559%
-----------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100,00

INFLAÇÃO

	Maio	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,83%	3,22%	8,06%
INPC/IBGE	0,96%	3,33%	8,9%
IGP-M/FGV	4,10%	14,39%	37,04%

DÓLAR FECHA EM BAIXA DE 1,87%

Moeda Depois de acumular sucessivas altas no início do mês, o dólar registrou ontem forte queda de 1,87%, fechando o dia cotado a R\$ 5,084 na venda. É a maior perda percentual diária desde 31 de março, quando a moeda americana encerrou a sessão em desvalorização de 2,31%.

Petrobras conclui a venda do Polo Rio Ventura para 3R Petroleum

CAMPOS MADUROS A Petrobras informou que finalizou a venda da totalidade de sua participação em oito campos terrestres de exploração e produção, denominados Polo Rio Ventura, na Bahia, para a 3R Rio Ventura S.A., subsidiária integral da 3R Petroleum. A operação foi concluída com o pagamento

de US\$ 33,9 milhões para a Petrobras, já com os ajustes previstos no contrato.

Segundo a companhia, o valor recebido no fechamento se soma a US\$ 3,8 milhões pagos à Petrobras na assinatura do contrato.

A Petrobras ainda receberá parcelas, sujeitas a ajustes, de US\$ 16 milhões em 30 meses;

e US\$ 43,2 milhões de pagamentos contingentes relacionados a preços futuros do petróleo. A produção média do Polo Rio Ventura no primeiro semestre de 2021 foi de aproximadamente 780 barris de óleo por dia e 40,8 mil m³/dia de gás natural. A 3R Petroleum assumirá a partir de hoje as operações dos campos.



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Reforma vai tirar R\$ 10 bilhões da classe C

A proposta de reforma tributária vai tirar R\$ 10 bilhões por ano da classe C. A afirmação é do ex-secretário da Receita Everardo Maciel, ao analisar o projeto da mudança no Imposto de Renda. O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) melhorou vários pontos da reforma, na avaliação de economistas e do mercado financeiro, mas esse ponto que atinge uma parcela dos contribuintes da classe média não foi retirado. "Cortar as unhas do demônio não o transforma em anjo não", diz Maciel, que discorda das mudanças, mesmo na versão do substitutivo:

"O desconto padrão pode ser usado por qualquer um, mas ele é mais vantajoso para quem ganha até R\$ 83.777 por ano. Agora, a faixa entre R\$ 40 mil e R\$ 83 mil não poderá fazer o desconto padrão. Se eles fazem hoje é porque é a melhor opção, então todos nesse grupo terão aumento de carga. Quem é essa faixa? O IBGE a classifica como classe C. O projeto tira R\$ 10 bi da classe C e acaba com o vale-alimentação".

Esse é de fato o pior defeito do projeto. Ele saiu do governo tão feio que foi imediatamente abandonado. Ontem, em live no "Valor", o ministro Paulo Guedes

se comportou como se não tivesse saído da equipe dele, e com a sua chancela, o projeto que agora o Congresso tenta consertar. "Tinha coisa que estava guardada no armário aqui há 10 anos, esperando a hora de ser usada. Ai foram lá e jogaram. Nós removemos." Essa é uma versão delirante dos fatos. O Ministério da Economia colocou os erros no projeto e o ministro é o responsável.

Sabino defende a manutenção da limitação da declaração simplificada, que vai atingir a classe média, porque diz que só afetará mesmo quem não tiver filho, INSS, plano de saúde para descontar. O fato é que se a Receita prevê arrecadação extra de R\$ 10 bi com essa medida é porque há aumento da carga para esse grupo.

Everardo Maciel discorda da taxa de dividendos, que, no entanto, o mercado já está acei-

tando. Maciel explica que, na sua visão, já existe essa taxa de prática:

"Dividendo é tributado na empresa. Quando você investe numa empresa espera retorno, porque é investimento e não doação. Esse retorno é traduzido em dividendo. É a materialização do retorno que já é tributado na Pessoa Jurídica. Pode-se tributar só na empresa, só na distribuição ou nos dois. Quando o Brasil tributava dividendo, surgiu uma coisa difícil de fiscalizar que era a distribuição disfarçada de lucro".

Isso acontece quando as contas pessoais dos sócios são pagas pela empresa, e de forma disfarçada está se fazendo distribuição de lucro. Fiscalizar isso é uma trabalhadeira. Maciel acha também que na prática acaba o lucro presumido, porque essa empresa terá que pagar dividendo. Ele acha injusto pela

comparação entre as duas formas de pagamento de imposto, mas o lucro presumido tem duas vantagens: simplicidade e segurança jurídica.

"No lucro real, você não paga se der prejuízo. No presumido, paga de qualquer jeito. O que for prejuízo vira crédito no lucro real. No presumido, nada pode ser compensado. No lucro real pode ter incentivo fiscal, no presumido, não. E por que muita gente escolhe o presumido? Porque é simples e não tem litígio. Todos os litígios hoje estão no lucro real", explicou.

No mercado financeiro há muita gente aliviada depois do substitutivo de Sabino, porque "muitos bodes saíram da sala", como me disse um operador. O maior bode saiu com a forte redução do IRPJ. Na versão do governo haveria um brutal aumento de carga tributária. Agora, o relator falou em perda de R\$ 30

bilhões de arrecadação. Isso, por outro lado, acendeu a luz amarela entre os economistas fiscalistas. Como aceitar um rombo no orçamento já do ano que vem, que está em discussão no Congresso?

Na conta de Everardo a carga aumenta para as empresas.

"Uma empresa no lucro real paga hoje 34%. Baixa a alíquota padrão de 15% para 2,5%. Tem o adicional de 10% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9%. Já deu 21,5%. Sobraram 78,5% depois do pagamento de impostos. Pega isso e distribui de lucro, aplica a alíquota de 20%, aí dá 15,7% que somado ao 21,5% dá 37,2%. Isso é mais do que 34%", diz o ex-secretário.

O relator fez um esforço para falar com o máximo de gente possível e tirou alguns pontos bem controversos do projeto, mas não todos. Ele tentou consertar a proposta desequilibrada que saiu do Executivo.

A grande dúvida é como o Ministério da Economia errou no seu core business. Nada é mais fazendário do que a estrutura de impostos.

Ontem, Paulo Guedes admitiu ter errado na "dosimetria". Não foi apenas isso. Errou redondamente.

Mais*

CASOS CONSIDERADOS COMO EXCEÇÕES SERÃO AVALIADOS PELA GESTÃO ESTADUAL

Governo de um lado, professores do outro

Educação Docentes terão corte de salário se não retomarem aulas, diz estado

Daniel Aloisio*

REPORTAGEM
daniel.aloisio@redabahia.com.br

Os professores estaduais que não retomarem as aulas semipresenciais poderão ter corte de salário, conforme afirmou o secretário da Educação do Estado, Jerônimo Rodrigues, em entrevista coletiva realizada ontem pela manhã. “Vamos seguir a regra do estatuto do servidor público. E isso não é só na educação, é um padrão de tratamento. Se o servidor não cumpre a orientação do governo... nós ficamos todo esse período sem poder ir para a escola e recebendo salário. Agora o estado está convocando esses profissionais para essa atividade”, afirmou.

Essa determinação, segundo o Governo do Estado, é por causa da obrigatoriedade no retorno das aulas semipresenciais na Bahia a partir do próximo dia 26. Ouseja, tanto professores como alunos precisam voltar para as atividades. Apenas casos considerados “exceções” serão avaliados pela gestão estadual para que haja uma negociação. Os alunos ou profissionais que se encaixam em algum caso excepcional deverão procurar a escola para apresentar sua situação.

“É o caso de um estudante com comorbidade, com doença grave. Ele tem que ser tratado de forma diferente e nós combinaremos com a escola como vai ser isso. Um profissional que tem uma recomendação médica é também uma exceção. E a direção da escola vai se dirigir ao núcleo territorial para definir. Isso não é burocrático, é rotineiro. Nós temos estudantes com graus de deficiência e temos

uma experiência em tratar disso”, explicou Jerônimo.

Em entrevista à TV Bahia, o governador Rui Costa reforçou o discurso. “Se você faltar [o trabalho] dias seguidos e não justificar, você não receberá o salário e eventualmente poderá ser demitido. No caso do servidor público, ele precisa faltar 30 dias seguidos para eventualmente responder um processo administrativo por abandono de emprego e não ter mais o seu emprego”.

As aulas semipresenciais, também chamadas de ensino híbrido, correspondem a segunda fase do planejamento do ano letivo 2020/21. A primeira foi o ensino 100% remoto, que começou em 15 de março de 2021. Um ano antes, em março de 2020, as aulas tiveram que ser suspensas por causa da pandemia.

BOLSA PRESENÇA

Auxílio que faz parte das ações de assistência estudantil desenhadas no âmbito do Programa Estado Solidário, o Bolsa Presença continuará sendo pago nas aulas semipresenciais. Para isso, os alunos beneficiados devem frequentar as aulas ou, caso não possam, ter uma justificativa e apresentar a escola. O auxílio é voltado para as famílias dos estudantes cadastradas no CadÚnico e seu objetivo é assegurar a permanência dos estudantes nas atividades letivas.

“Os estudantes de família pobre ou extremamente pobre fazem parte do Bolsa Presença. Eles já têm assegurados seis parcelas de R\$ 150 e o governador disse que, se precisar, prorrogar para mais seis meses”, garantiu o secretário de Educação.

Segundo as estimativas do governo, o programa alcança



1 Colégio Manoel Devoto, no Rio Vermelho, se adequou aos protocolos
2 Escadas contam com sinalização para orientar os estudantes
3 Recipiente com álcool em gel 70% para a higienização das mãos

311 mil famílias de 357 mil estudantes da rede estadual de ensino. Ao todo, são destinados R\$ 208 milhões para as seis parcelas. O crédito, que é depositado nos cartões entregues às famílias pela Secretaria da Educação do Estado (SEC), pode ser utilizado de acordo com a necessidade de cada família, como a compra de alimentos ou material escolar.

VACINAÇÃO

Apesar do retorno das aulas, a vacinação em massa de todos os servidores e estudantes da educação ainda em 2021 não é uma expectativa concreta do secretário de Educação. “Nós lutamos pela vacina. Agora não teremos as condições reais de vacinar todos os professores, servidores e estudantes ainda esse ano”, lamentou Jerônimo Rodrigues.

De acordo com o secretário, a dificuldade na vacinação tem relação com o atraso no envio de doses para a Bahia por parte do Governo Federal. “Nós gostaríamos de que todos já estivessem vacinados. Mas a gente tá num país em que o presidente não priorizou isso”, criticou. Ainda assim, ele defendeu a reabertura das escolas com o estabelecimento de protocolos de segurança. “Não vamos colocar as pessoas em um fogo cruzado”.

Entre as medidas que serão adotadas, está a redução na capacidade das salas de aula, com apenas 50% do normal. Para isso ser possível, a semana letiva passará a ter seis dias, dividida em dois grupos de estudantes. Um grupo terá aula nas segundas, quartas e sextas, enquanto o outro terá nas terças, quintas e sábados.

“Se por segurança for preciso a divisão de dois dias ao invés de três dias na semana, assim será feito. Se for apenas um dia na semana, já será importante. É pra que a escola possa botar o olho no aluno, saber como ele está, dizer que estamos presentes. Educação se faz com presença”, defendeu Jerônimo.

Sobre a vacinação em adolescentes, no início de junho, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) autorizou que a vacina da Pfizer/BioNTech possa ser usada em pessoas a partir de 12 anos. Segundo a empresa fabricante, nas pesquisas realizadas, o imunizante demonstrou 100% de eficácia em adolescentes com idades entre 12 e 15 anos.

Em São Luís, onde cerca de 90% da população adulta já foi vacinada com a primeira dose, a imunização em adolescentes de 17 anos começou na terça-feira. A Pfizer já é autorizada para o público de 12 anos ou mais em países como Estados Unidos e Canadá, além do continente europeu. Na China, testes com a CoronaVac, também aplicada no Brasil, mostraram que o imunizante produziu forte resposta imunológica em 96% das crianças e adolescentes de 3 a 17 anos.

Nesta semana, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, determinou que o Ministério da Saúde analise a inclusão prioritária de adolescentes entre 12 e 18 anos no plano de vacinação, especialmente os que pertencem ao grupo de risco. Ao analisar um caso levado à corte máxima, Gilmar considerou que há uma possível lacuna no plano de vacinação.

*ORIENTAÇÃO DE PERLA RIBEIRO

Na cadeia Dj Ivis é preso em Fortaleza após acusações de agressão contra ex-mulher

PÁGS. 20 E 21

No hospital Com dores abdominais, Bolsonaro se interna para fazer exames

PÁG. 23

FOTOS DE ARISSON MARINHO



2



3

“As aulas voltarão no dia 26 e não é possível que cada trabalhador diga qual o mês quer trabalhar”
Rui Costa
 Governador da Bahia

“Estamos lutando pelo diálogo. Temos uma posição muito clara de que só voltaremos com a 2ª dose”
Rui Oliveira
 Presidente da APLB

“Não teremos as condições reais de vacinar todos os professores, servidores e estudantes ainda esse ano”
Jerônimo Rodrigues
 Secretário da Educação do Estado

Sindicato diz que não volta às escolas no dia 26

Mesmo com o anúncio do corte no salário dos professores que não ministrarem as aulas semipresenciais a partir do dia 26 de julho, os docentes mantêm a versão de que não retornam até que a categoria tome a segunda dose da vacina, o que só deve acontecer em agosto. A declaração foi dada pelo professor Rui Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB).

“Desde o ano passado, a determinação é essa. Nós só vamos voltar vacinados. E para a vacina funcionar, tem que ter as duas doses”, afirmou Rui Oliveira, que considera uma posição autoritária do Governo do Estado a determinação do corte de salários.

“Nós estamos lutando pelo diálogo. Temos uma posição muito clara de que só voltaremos com a segunda dose. Todo mundo vai tá vacinado dentro de um mês e é inadmissível essa volta às pressas”, reclama.

Por outro lado, o governador Rui Costa criticou a posição do sindicato e reafirmou que as aulas voltam no dia 26. “Nós servidores temos a obrigação de servir a sociedade. Se nós temos a remuneração, temos a obrigação de servir. Sem polemizar, as aulas voltarão no dia 26 e não é possível que cada trabalhador diga qual o mês que quer trabalhar. A sociedade não aceita isso. Se os motoristas de ônibus dissessem que só querem trabalhar em agosto de 2021, como o país estaria?”, criticou o gestor.

“Se as pessoas não tivessem recebendo salário há um ano e quatro meses, tudo bem. Mas as pessoas em casa, no shopping ou em qualquer outro lugar, só não podem ir para a escola dar aula? Não é razoável”, acrescentou Rui Costa.

Para saber como lidar com toda essa situação, a categoria dos professores vai ter uma reunião amanhã, às 10h, que será transmitida na página do Facebook da APLB. A possibilidade de greve não está descartada. “Tudo é possível. Não vou me precipitar para dizer greve, pois depende dessa reunião”, apontou Rui Oliveira.

Protocolos do estado focam em distanciamento e máscaras

Alguns protocolos de segurança foram adotados pelo governo estadual. Entre eles, estão: a instalação de pias nas escolas, dispersores de álcool em gel e ventiladores. Toda a comunidade escolar deverá seguir alguns procedimentos, como o uso obrigatório de máscaras para acessar a instituição e manter obrigatoriamente o seu uso; aferição de temperatura logo na entrada e distanciamento mínimo de 1,5 metro entre as pessoas.

Os equipamentos, materiais de uso comum das salas de aula e laboratórios devem ser higienizados, no mínimo, a cada aula/turma e, sempre que possível, deve-se fazer o uso individual. O consumo de água dos bebedouros deve-se dar exclusivamente por meio de co-

pos individuais ou descartáveis e garrafas. Nos banheiros, o número máximo de pessoas que poderão acessar ao mesmo tempo deverá levar em consideração o distanciamento de 1,5 m. Na cantina, cada estudante precisará usar talheres, pratos e copos individuais para se alimentar.

Mesmo assim, caso haja algum endurecimento da pandemia, com aumento de casos ou mortes por covid-19, o Governo do Estado diz que estará pronto para suspender as aulas semipresenciais. “Qualquer caso, fato concreto, nós tomaremos a decisão urgente de voltar para o remoto. A direção da escola não vai brincar com isso”, argumentou Jerônimo Rodrigues, secretário da Educação do Estado.

Segundo ele, 72% dos profissionais de educação têm 40 anos ou mais. Esse público já pôde ter tomado a primeira dose da vacina e aguarda a data da segunda aplicação. Há ainda, em determinadas cidades, como Salvador e Feira de Santana, exceções. Nesses municípios, todos os educadores com mais de 18 anos puderam ser vacinados por causa de decisões judiciais.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 15/07/2021	Página: 02

Tribuna

IR

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que não haverá aumento da carga tributária com as mudanças no Imposto de Renda, já que, conforme vem prometendo, o objetivo é "elevar as alíquotas sobre dividendos e reduzir para empresas e assalariados". A estratégia, disse, será diminuir o peso dos impostos para contribuintes pessoa física, mas fazendo com que os "super-ricos" passem a dar mais recursos aos cofres do Estado. As declarações foram feitas durante evento on-line do jornal Valor Econômico sobre o pacote de mudanças no Imposto de Renda e perspectivas para a economia. A isenção de imposto sobre os dividendos é, segundo Guedes, "uma jabuticaba", algo que não acontece em lugar nenhum do mundo, mas que fazia sentido quando o Brasil convivia com a hiperinflação.

Desaprovadas

Convênios realizados pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) tiveram as contas desaprovadas por conta de gravidade de falhas apontadas por auditores do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), conforme julgamento realizada pela Segunda Câmara do órgão esta semana. Os contratos foram firmados em 2011 e 2012, respectivamente, e contemplaram entidades que deveriam realizar os projetos conveniados.

Tribuna

Economia aumenta para 5,3% previsão de alta do PIB

O ESTADO DE S.PAULO

Ministério da Economia revisou sua projeção para a recuperação da economia em 2021 e espera agora uma alta de 5,30% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano. A previsão consta na grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE), divulgada ontem. Na última previsão, de março, o crescimento estimado para este ano era de 3,50%.

De acordo com a SPE, o resultado do PIB do primeiro trimestre, com alta de 1,2%, mostrou que a economia brasileira está se recuperando da crise econômica causada pela pandemia da covid-19 a taxas mais altas que nas retomadas após recessões anteriores. "Desde março, as projeções de analistas de mercado têm melhorado, devido a resultados positivos de indicadores de atividade e ao avanço da vacinação em massa", afirma a secretaria, no documento. Para 2022, a estimativa de alta no PIB passou de 2,50% para 2,51%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024 e 2025 - todas em 2,50%.

No último relatório Focus, uma centena de analistas do

mercado financeiro consultados pelo Banco Central estimaram uma alta de 5,26% para o PIB de 2021. Para 2022, a estimativa é de crescimento de 2,09%.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que se "mudanças estruturais ocorrerem", como uma terceira onda da pandemia de coronavírus, a pasta fará ajuste nas projeções para a economia. "A pandemia criou dificuldades extras para as projeções econômicas", completou.

Sachsida foi questionado pelo assunto depois de a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 receber documentação que mostrou que o secretário fez previsões sobre o fim da pandemia no fim do ano passado sem questionar o Ministério da Saúde. Na ocasião, ele disse que o Brasil estava próximo de alcançar a "imunidade de rebanho". Com a segunda onda muito mais forte do que a primeira, o secretário pediu desculpas pelas declarações e disse que não deveria ter falado de assunto fora de sua alçada. O PIB representa a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 14/07/2021	Página: --



Sefaz inicia pesquisa de clima organizacional para analisar ambiente interno

O questionário, que é anônimo, observa temas como trabalho, comunicação, equipe, liderança, capacitação, diversidade, assédio, reconhecimento e saúde.

Tribuna da Bahia, Salvador

14/07/2021 17:52 | Atualizado há 15 horas e 34 minutos



Foto: Bruno Concha/Secom

A Secretaria da Fazenda de Salvador (Sefaz) criou um plano de ação para a melhoria do clima organizacional e o atendimento ao contribuinte. Na última quinta-feira (8) foi disponibilizada uma pesquisa que busca analisar o ambiente interno, identificar os pontos fortes da pasta, entender o sentimento dos servidores em relação ao ambiente e os fatores que influenciam o engajamento e a motivação dentro do trabalho.

O questionário, que é anônimo, observa temas como trabalho, comunicação, equipe, liderança, capacitação, diversidade, assédio, reconhecimento e saúde. O levantamento será essencial para direcionar as políticas de recursos humanos da Sefaz e definir pontos fundamentais para estabelecer melhorias na gestão. O formulário da pesquisa foi criado via Google Forms, está disponível para mais de 800 servidores e pode ser respondido até o próximo dia 23.

“Neste momento, com o retorno das atividades presenciais durante a pandemia da Covid-19, a Sefaz está atenta aos servidores. A pesquisa do clima organizacional foi criada para avaliar o ambiente interno, com foco na melhoria do desempenho das atividades para garantir um atendimento ainda melhor ao contribuinte”, pontuou a titular da pasta, Giovanna Victet.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 15/07/21	



NOVA PROPOSTA PARA IMPOSTO DE RENDA TIRA ATÉ R\$ 27 BILHÕES DOS COFRES DE ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 15 Julho, 2021

A queda de arrecadação prevista com as mudanças no Imposto de Renda vai pressionar Estados e municípios, que ficarão com a maior parte dessa conta. A perda deve ficar entre R\$ 23 bilhões e R\$ 27 bilhões, segundo cálculos de tributaristas consultados pelo Estadão. Em reação, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) divulgou uma nota classificando a nova versão do texto como “escândalo”. O parecer do relator do projeto, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), prevê uma diminuição total da carga de até R\$ 30 bilhões, resultado de medidas como o corte da alíquota do IR das empresas de 15% para 2,5%. Na prática, governadores e prefeitos assumiriam entre 77% e 90% do impacto total.

“É fácil fazer bondade com o chapéu alheio”, disse o diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), Bernard Appy. Pelos seus cálculos, a redução da receita para governadores e prefeitos será de cerca de R\$ 23 bilhões. Segundo ele, ao concentrar o impacto com as medidas, o parecer vai na contramão do que precisaria ser feito para melhorar a tributação no País.

Segundo apurou o Estadão, cálculos que estão sendo levantados pelos Estados apontam uma perda maior, de até R\$ 27 bilhões, sendo R\$ 14 bilhões para Estados e R\$ 13 bilhões para

municípios. Já as medidas incluídas pelo relator para compensar a perda na arrecadação, como o fim de isenções para 20 mil empresas, estão concentradas em tributos que não são divididos com governadores e prefeitos. O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, cobrou transparência nos números. “Nossas estimativas preliminares mostram que de 75% a 90% da perda de arrecadação seria dos Estados e municípios”, diz.

Ele ressalta que a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – tributo que também incide sobre o lucro das empresas, mas não é dividido entre União, Estados e municípios – não foi mexida no projeto. Segundo Cardoso, os cofres estaduais perdem também com a correção da tabela do IR das pessoas físicas, já que o imposto é retido na folha dos servidores. Pelos seus cálculos, o Rio Grande do Sul perde 10% da arrecadação do IR na fonte, ou R\$ 300 milhões por ano. Se esse valor for extrapolado para todos os Estados, a perda ficaria entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões.

O secretário de Fazenda de São Paulo, Henrique Meirelles, diz que o governo paulista vai perder menos por causa do critério de divisão do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que impõe ao Estado uma parcela menor. Pelos cálculos preliminares da equipe de Meirelles, a perda ficará entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões. “Mas os Estados estão reclamando porque o projeto é voltado para resolver o problema federal, não é projeto de reforma tributária nenhum”, critica.

“Não concordamos e lamentamos profundamente”, disse o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Segundo ele, a entidade vai mobilizar sua base no Congresso. “O relatório é um escândalo, tanto por desonerar a renda das empresas e pessoas mais ricas do País, num momento em que o mundo tenta avançar em sentido contrário, quanto por produzir um rombo de pelo menos R\$ 30 bilhões nas contas públicas”, diz a entidade em nota.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 14/07/21	



EMPRESA PLANEJA INVESTIR MAIS DE R\$ 8 BI EM PARQUES EÓLICOS



admin 14 Julho, 2021

Um total de R\$ 8,646 bilhões em investimentos em novos parques eólicos está previsto para os municípios de Casa Nova, Morro do Chapéu, Macururé e Várzea Nova, nos próximos três anos. Esse é o total de recursos que a empresa Casa dos Ventos pretende investir, de acordo com os protocolos de investimentos assinados nesta quarta-feira (14), com o governo da Bahia por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE).

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Nelson Leal, o governo da Bahia busca descentralizar a arrecadação de receita do estado que está concentrada na maior parte na região metropolitana, “o investimento das empresas de energia eólica na Bahia gera empregos tanto na fase de instalação quanto na sua operação dos aerogeradores. Além do benefício da geração de empregos que gera renda ao trabalhador, também é revertido em impostos municipais, melhorando as finanças dessas prefeituras para promoverem melhorias nas cidades baianas, e gerando energia de uma forma limpa e renovável”, afirmou Leal.

Nos quatro municípios, a previsão da empresa é gerar durante a instalação dos aerogeradores mais de dez mil empregos. Já na fase de operação serão gerados 51 empregos diretos nos parques eólicos. “Hoje assinamos protocolos de intenções que eu diria que, muito mais que intenção, é uma decisão de investimento, inclusive com a primeira obra começando agora em

setembro desse ano, em Morro do Chapéu. Estamos falando de mais de oito bilhões nos próximos três anos”, afirmou o presidente da Casa dos Ventos, Clécio Eloy.

A Bahia está na liderança nacional na geração de energia eólica e ocupa o segundo lugar no ranking dos cinco principais Estados em geração de energia solar no país, em abril de 2021. Os dados constam do Informe Executivo de Energias Renováveis da SDE. Do mês de junho. Juntas, as fontes de energias renováveis deverão investir cerca de R\$ 30,9 bilhões no território baiano.

Foto: Paula Fróes/ GOVBA

Reforma do IR afeta a vale-alimentação e livra tributação em paraísos fiscais

Nova versão do texto elimina possibilidade de empresas deduzirem benefício da base de cálculo

Fábio Pupo e
Bernardo Caram

BRASÍLIA A nova versão da reforma do Imposto de Renda elaborada pelo ministro Paulo Guedes (Economia) e pelo relator, o deputado Celso Sabino (PSDB-PA), elimina a possibilidade de empresas deduzirem o vale-alimentação da base de cálculo do Imposto de Renda e também a previsão de taxar recursos de brasileiros em paraísos fiscais.

Hoje, as empresas que optam pelo regime de pagamento do lucro real podem deduzir o valor destinado ao benefício. Para isso, elas devem aderir ao Programa de Alimentação do Trabalhador —criado na década de 1970 para incentivar empresas a destinarem recursos à alimentação de empregados de baixa renda.

“O que o substitutivo fez foi retirar essa possibilidade”, diz o deputado Vinícius Poit (Novo-SP), que participou das discussões. Caso o texto seja aprovado, a dedução valerá só para os auxílios pagos no ano-calendário de 2021.

De acordo com os cálculos apresentados por Sabino a líderes do Congresso, a medida eleva em R\$ 1,5 bilhão a arrecadação. O valor é apenas uma fração do corte no IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) promovido pelo texto.

A proposta corta 12,5 pontos percentuais da alíquota, gerando um alívio de R\$ 98,1

bilhões para as empresas brasileiras sem medidas compensatórias suficientes e deixando um rombo de R\$ 30 bilhões para as contas públicas.

Na iniciativa privada, entre as mais afetadas estão as empresas intermediadoras desses benefícios —que devem ver menos interesse das companhias em pagar esses auxílios.

A ABBT (Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador) foi surpreendida com a informação nesta semana. A diretoria da entidade, que representa empresas como Alelo e Sodexo, ainda analisa a proposta.

A nova versão também traz um alívio nas regras para investidores na comparação com a proposta original.

O relatório cria exceções para a tributação anual dos chamados fundos de investimento fechados —instrumento que permite o pagamento de impostos somente no resgate da aplicação (até lá, o fundo pode movimentar os recursos livremente sem ser taxado).

Os fundos fechados têm vantagem em relação aos demais investidores. A pessoa física, por exemplo, paga ao resgatar cada investimento tributável. Já os abertos pagam tributos duas vezes ao ano (cobrança chamada de come-cotas).

O projeto de lei original enviado pelo governo cria a tributação anual de 15% para os fundos fechados. Mas a nova

versão, apresentada na terça-feira a líderes partidários, adiciona exceções à regra.

Uma delas são os fundos de investimento imobiliários, instrumento difundido no mercado e alvo de preocupação entre investidores devido às eventuais alterações.

Também vão escapar da tributação anual os fundos de infraestrutura (FIP-IE), de pesquisa, desenvolvimento e inovação (FIP-PD), os ligados a cadeias produtivas agroindustriais (Fiagro) e outros.

“Estamos trazendo a desoneração de fundos relacionados a investimentos importantes do país, principalmente na área de infraestrutura”, afirmou Sabino.

Outra exceção criada foi para fundos de investimento constituídos exclusivamente por investidores residentes ou domiciliados no exterior.

Bianca Xavier, professora da FGV Direito Rio, afirma que a medida pode ser positiva por evitar a expulsão de capital estrangeiro —mas, por outro lado, pode gerar uma brecha para que brasileiros usem empresas fora do país (offshore) para driblar a regra.

“Se você tem uma offshore, [a regra] traz uma situação de planejamento tributário”, afirma. “Mas, ainda assim, você teria mais benefícios em termos de política fiscal ao não fechar uma porta para o capital estrangeiro”, diz.

Também foram retiradas re-

As mudanças propostas pelo relator

REDUÇÃO DE ALÍQUOTA PARA EMPRESAS

Como é Alíquota-base do IRPJ é hoje de 15%. Além disso, há cobrança de 10% sobre o lucro que exceder R\$ 20 mil

Como ficaria Corte da alíquota em 5 pontos percentuais gradualmente. Para 12,5% em 2022 e 10% em 2023. Fica inalterada a cobrança de 10% sobre lucro que exceder R\$ 20 mil

Versão do relator Corte 12,5 pontos percentuais, sendo 10 pontos no primeiro ano e 2,5 pontos no segundo. Alíquota-base cairia de 15% para 2,5%. Fica inalterada a cobrança de 10% sobre lucro que exceder R\$ 20 mil

LUCRO REAL

Como é Receita diz que, hoje, há uso indevido do sistema de lucro presumido (mecanismo simplificado de apuração) para alocar rendimentos que deveriam ser tributados

Como ficaria Projeto amplia situações que estabelecem a obrigatoriedade de apuração do IRPJ e da CSLL com base no lucro real

Versão do relator Relator retomou possibilidades de empresas usarem a tributação pelo lucro presumido. Mudança era uma demanda do setor de construção

FUNDOS IMOBILIÁRIOS

Como é Há isenção sobre os rendimentos distribuídos a pessoa física no caso de fundos imobiliários com cotas negociadas em Bolsa a partir de 2022, e a tributação dos demais cotistas é de 20%

Como ficaria Fim da isenção e cobrança de 15% sobre os rendimentos

Versão do relator Isenção é mantida

COME-COTAS EM FUNDOS ABERTOS E FECHADOS

Como é Os fundos abertos pagam imposto (o chamado come-cotas) duas vezes por ano, em maio e novembro. Já os fechados

não têm essa obrigação e só pagam na hora do resgate dos recursos

Como ficaria Os abertos deixam de recolher em maio e passam a recolher apenas em novembro

Versão do relator Sabino afirma que retirou a previsão de tributação com come-cotas dos fundos em infraestrutura, agronegócios e logística

DIVIDENDOS

Como é Distribuição a acionistas é isenta

Como ficaria Tributados em 20% na fonte. Haverá isenção para até R\$ 20 mil por mês, desde que a pessoa física receba de micro ou pequena empresa

Versão do relator Retirada a cobrança quando a distribuição ocorrer entre empresas do mesmo grupo

PONTOS MANTIDOS PARA PESSOA FÍSICA

ISENÇÃO PARA A BAIXA RENDA

Como é Isento quem ganha até R\$ 1.903,98 por mês

Como ficaria Teto sobre para R\$ 2.500

TABELA DO IR

Como é Desatualizada desde 2015

Como ficaria Correção de 31% na faixa de isenção e de, em média, 13% nas demais

DESCONTO SIMPLIFICADO

Como é Na declaração anual, contribuinte pode pedir o desconto simplificado de 20%

Como ficaria Só quem ganha até R\$ 40 mil por ano teria direito ao desconto. Justificativa é que evolução tecnológica já simplifica a declaração. Outras formas de dedução (com despesas médicas e educacionais) permanecem. Mudança deve elevar carga para 2 milhões de contribuintes



O relator da reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), e o ministro Paulo Guedes (Economia), durante audiência. Edu Andrade - 5. jul. 21/Divulgação Ministério da Economia

Fim de subsídio elevará preço de remédios, afirma associação

Paula Soprana

SÃO PAULO A nova versão da proposta de reforma do Imposto de Renda, apresentada na terça-feira (13) pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), deve impactar diretamente setores subsidiados da economia, como o químico, termoeletrônico, de medicamentos e de embarcações, que já avaliam repasse de preço ao consumidor final.

A ideia do relator é que essas indústrias ajudem a compensar o corte de 12,5 pontos percentuais no tributo sobre empresas, anunciado nesta semana.

A proposta anterior da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia) propunha uma redução da alíquota do IR de 15% para 10%, com um escalonamento de 2,5 pontos percentuais no primeiro ano e mais 2,5 pontos no segundo ano. O texto, agora, corta a alíquota base de 15% para 2,5%, com uma redução de 10 pontos percentuais no primeiro ano de vigência e mais 2,5 pontos no segundo ano.

As indústrias analisam o impacto do fim de isenção tributária e ensaiam reação junto a parlamentares para evitar que a proposta siga dessa forma. Na avaliação do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), o encerramento de subsídio a remédios deve chegar ao consumidor final.

“Na regra de preços, qualquer alteração tributária para cima ou para baixo tem que se refletir no preço do produto. Na última lista que saiu incluindo isenção de medicamentos, alguns produtos tiveram valor reduzido”, diz Nelson Mussolini, presidente do Sindusfarma.

Ele se refere ao controle de preços de medicamentos feito pelo governo, que anualmente reajusta os valores de remédios, muitos de interesse da União, a serem comprados para o serviço público de saúde.

Segundo Mussolini, “medicação não pode ser tributada, ainda mais em uma pandemia”. Ele também critica o corte ao setor termoeletrônico,

e diz que quem arca com isso é a população.

Cerca de 70% do comércio de remédios é desonerado de PIS e Cofins. O Grupo Farma Brasil, que reúne as grandes farmacêuticas do país, diz que ainda avalia possíveis pontos positivos que podem reduzir os custos para emitir um parecer sobre o fim de subsídio.

O fim de subsídio à indústria química poderá contaminar outras cadeias e deixar o cenário brasileiro mais fraco frente a competidores internacionais, de acordo com Ciro Marino, presidente-executivo da Abiquim, que representa empresas como Air Liquide, Braskem e White Martins.

Segundo ele, um estudo elaborado pela consultoria Bain & Company mostra que o subsídio para a indústria química americana chega a US\$ 4,6 bilhões por ano, enquanto no Brasil, a US\$ 300 milhões. “China, Estados Unidos, Coreia do Sul, todos os países com quem competimos, têm regime especial”, diz.

“Ou o setor vai repassar o preço ou vai perder mais par-

“Medicação não pode ser tributada, ainda mais em uma pandemia”

Nelson Mussolini
presidente do Sindusfarma

“Ou o setor [químico] vai repassar o preço [do fim dos subsídios] ou vai perder mais participação para os produtos importados, e aí entramos no campo da desindustrialização”

Ciro Marino
presidente-executivo da Abiquim

ticipação para os produtos importados, e aí entramos no campo da desindustrialização”, afirma Marino.

O representante da associação se reuniu com Paulo Guedes na semana passada para defender que o Reiq (Regime Especial da Indústria Química), instituído em 2013, não seja extinto de forma abrupta, mas de forma gradual, nos próximos quatro anos, como defende texto da MP 1034, a servetada ou sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

“Ele [Guedes] diz que foi criado para beneficiar a Braskem”, diz Marino, refutando essa ideia. Segundo ele, o regime beneficia 15 empresas no Brasil, e o setor parte de um cenário desequilibrado de competição, com matérias-primas e custos muito mais caros do que outros países da OCDE.

A expectativa do setor era que o governo Bolsonaro incentivasse a indústria química para que readquirisse a importância dos anos 1970, segundo Marino. “A esperan-

gas que combatem a chamada elisão fiscal (quando contribuintes usam artifícios para escapar da tributação). O projeto original do governo passava a cobrar impostos sobre lucros de empresas de brasileiros domiciliadas em paraísos fiscais —mesmo que os recursos não fossem trazidos para o Brasil. A nova versão eliminou esse trecho.

Segundo Sabino, as regras contra a elisão foram deixadas para um projeto futuro —mas não foi dito quando tal texto será apresentado. A medida é recomendada internacionalmente, inclusive pela OCDE, para combater a erosão da base tributária.

Relator avalia reduzir faixa de isenção para dividendos a R\$ 2.500

BRASÍLIA O relator da reforma do IR, Celso Sabino (PSDB-PA), avalia reduzir a faixa de isenção sobre a distribuição de dividendos para R\$ 2.500 mensais, valor quase 90% menor que os R\$ 20 mil propostos originalmente pelo governo. Em contrapartida, ele afirma que ampliará o número de empresas aptas ao benefício.

No projeto enviado ao Congresso, o ministro Paulo Guedes (Economia) propôs acabar com a isenção existente para dividendos desde a década de 1990. O texto estabelece alíquota de 20%, mas cria uma faixa de isenção de até R\$ 20 mil por mês para os repasses feitos por micro e pequenas empresas.

Em versão preliminar do relatório apresentada na terça (13), Sabino não mudou esse trecho. Nesta quarta-feira (14), no entanto, ele disse que passou a estudar a alteração. “Estamos avaliando ampliar a isenção da distribuição de lucros e dividendos não só para as pequenas empresas mas sim por todas as empresas. E reduzir a faixa de isenção de R\$ 20 mil para R\$ 2.500”.

O deputado não informou o número de companhias com isenção garantida na proposta do governo e quantas ficariam isentas caso o texto sofria esse ajuste.

Nesta quarta, em live promovida pelo jornal Valor Econômico, Guedes afirmou que parte da receita obtida pelo governo com o fim da isenção sobre dividendos será usada para financiar a ampliação do programa Bolsa Família.

“A tributação de dividendos é uma fonte muito bem-vinda do ponto de vista de justiça social. Taxar os super-ricos e financiar a redução de impostos para os assalariados e fortalecimento do Bolsa Família.”

“Não existe planeta B. Cuide do planeta A.”

Um ponto em comum entre as associações setoriais é a crítica à reforma tributária fatiada, que, segundo representantes, pode gerar mais burocracia em vez de simplificação. Eles também defendem a priorização da reforma administrativa para que se tenha dimensão do custo do Estado e dizem que a falta de incentivo vai atrasar a indústria brasileira frente a outros mercados.

ambipar.com



Impacto. Relator estuda fazer emenda ao relatório para desestimular a pejetização. A redução da faixa de isenção na taxação de dividendos tem impacto negativo de até R\$ 3 bilhões para o governo

REFORMA TRIBUTÁRIA

NOVA REVIRAVOLTA NA PROPOSTA

Relator avalia reduzir isenção de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil na taxação de dividendos

GERALDA DOCA, JOÃO SORIMA NETO, GABRIEL SHINOHARA E ELIANE OLIVEIRA
 economista@oglobo.com.br
 BRASIL E SÃO PAULO

O relator da proposta de reforma do Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), disse ao GLOBO que estuda fazer uma nova alteração no parecer apresentado na Câmara na última terça-feira. A ideia agora é reduzir a faixa de isenção na distribuição de dividendos de R\$ 20 mil para R\$ 2,5 mil mensais para todos os tipos de empresas.

Pelo texto original do governo, mantido no relatório, a faixa de isenção só seria aplicada para micro e pe-

quenas empresas enquadradas no Simples Nacional. Caso a proposta seja aprovada sem alterações, quem receber dividendos de uma grande empresa, como Vale ou Petrobras, por exemplo, seria afetado pela taxação de 20%, explicou Sabino.

PROFISSIONAIS LIBERAIS

A mudança também afetaria profissionais liberais, como médicos e advogados que têm CNPJ. Na distribuição de dividendos da empresa, qualquer valor superior a R\$ 2,5 mil por mês seria tributado em 20%.

O ajuste poderá ser feito por meio de uma emenda ao relatório e teria impacto negativo para o governo entre

R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões. Isso porque a base de isenção seria ampliada, ao incluir empresas fora do Simples.

Sabino disse que a versão original da reforma estimularia a "pejetização". Uma empresa que pretendesse distribuir aos sócios R\$ 60 mil, por exemplo, poderia ser incentivada a criar outras três e transferir R\$ 20 mil em cada CNPJ, fugindo assim da tributação.

Na nova versão que o relator quer propor, haveria um desestímulo, pois a faixa de isenção do tributo seria menor. Quem quisesse fugir da mordida do IR teria que abrir muito mais CNPJs.

O governo pro-

pôs tributar lucros e dividendos e acabar com o mecanismo de Juros Sobre Capital Próprio (usado pelas empresas para remunerar acionistas) como forma de compensar a queda do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ).

Segundo o deputado, o parecer com os ajustes à proposta original do Executivo foi bem aceito pelos

Mudança.
 Sabino diz que tenta evitar "pejetização"



com a expectativa de aumento na arrecadação com a retomada da atividade econômica. O rombo, porém, causa preocupação na avaliação de economistas que acompanham as contas públicas.

Para Caio Augusto Takano, professor do curso de especialização em Compliance do Ibmecc/SP e do Mackenzie, a mudança em avaliação pelo relator sobre taxação de dividendos pode ter resultado diferente do esperado. Takano pondera que se trata de uma forma simplista de avaliar os impactos da tributação.

—Primeiro, para uma empresa já estabelecida é difícil segregar as atividades, funcionários e maquinário em outra empresa. Não é tão simples assim. Não é apenas a mera criação de um CNPJ. E a Receita Federal já controla a vida financeira da empresa, se tem ativos distintos, por exemplo — explica Takano.

'20 MIL SUPER-RICOS'

O professor afirma que profissionais liberais são afetados pela medida:

—O setor de serviços certamente será afetado. Lembrando que ele é o que sofre maior tributação, seja no regime de lucro presumido ou no Simples Nacional em comparação com o comércio.

Além disso, na avaliação do especialista, ampliar a base de tributação com empresas fora do Simples pode onerar muito a pequena empresa. Ele avalia que a tributação linear de 20% para quem recebe R\$ 2,5 mil ou R\$ 50 mil em dividendos não está alinhada com a progressividade das faixas de incidência do Imposto de Renda.

—A proposta prevê a tributação de 20% para todo mundo. Não é alinhado com a ideia de progressividade do IR (quem ganha mais, paga mais) — afirma.

Durante uma transmissão ao vivo realizada pelo jornal Valor Econômico, o ministro Paulo Guedes, defendeu a ideia de taxar dividendos, que até então eram isentos no país. Segundo ele, a mudança fará 20 mil "super-ricos" pagarem impostos. A declaração leva em conta o texto apresentado pelo relator na terça-feira, antes da perspectiva de nova reviravolta na proposta.

—O que está acontecendo é que 31 milhões de declarantes brasileiros, pessoas físicas, tiveram incidência de imposto reduzida — afirmou, em referência aos termos da proposta, como a correção da tabela do IR. —Certamente 20 mil brasileiros super-ricos vão pagar impostos sobre dividendos.

Estados e municípios calculam perdas de até R\$ 27 bi

Arrecadação do Imposto de Renda das empresas é compartilhada com governos locais. Receita com fim de subsídio fica só com a União

GERALDA DOCA
E JOÃO SORIMA NETO
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA E SÃO PAULO

Os secretários estaduais de Fazenda já preparam uma ofensiva contra o relatório da proposta do Imposto de Renda (IR), apresentado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA). O presidente do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), Rafael Fonteles, disse que,

caso o projeto seja aprovado pelo Congresso, estados e municípios terão perda de R\$ 27 bilhões.

O plano é acionar as bancadas contra a aprovação do texto pela Câmara.

No parecer, o relator propõe reduzir pela metade, de 25% para 12,5%, a alíquota do IR das empresas. Ao diminuir o bolo da arrecadação do IR das empresas, isso afeta diretamente governos locais, pois essa re-

ceita é compartilhada via Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Para o governo federal, porém, a queda de arrecadação terá como compensação o fim do subsídio, que resultava em pagamento menor de PIS e Cofins, em setores como produtos químicos, farmacêuticos, perfumaria, higiene, embarcação e aeronaves. Esta receita não é compartilhada.

—Como a gente vai continuar financiando as políticas públicas? A gente vai se manifestar formalmente contra esse relatório —disse Fonteles.

Os municípios se mobilizam contra a proposta e cobram mudanças em impostos que não são compartilhados. Em nota, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) disse que o relator “exagerou na dose e se desvirtuou” dos objetivos, diante do clamor pela redução da carga tributária.

“A entidade faz um chamado aos parlamentares comprometidos com o municipalismo e a justiça fiscal a reprova-rem o texto. Se o Congresso Nacional deseja reduzir a carga tributária do país, que o faça preferencialmente reduzindo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas e os tributos sobre o consumo, que são muito altos no Brasil. Mas não promova uma deterioração na receita do IR”, diz a nota.

Para o economista Bernard Appy, fundador do Centro de Cidadania Fiscal, o relator fez “bondade com chapéu alheio” e dos R\$ 30 bilhões de redução de carga, R\$ 23 bilhões virão de estados e municípios.



MÍRIAM
LEITÃO

blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriam.leitao@oglobo.com.br
Com Alvaro Gribel (de São Paulo)



Reforma vai tirar R\$ 10 bi da classe C

A proposta de reforma tributária vai tirar R\$ 10 bilhões por ano da classe C. A afirmação é do ex-secretário da Receita Everardo Maciel, ao analisar o projeto de mudança no Imposto de Renda. O deputado Celso Sabino (PSDB-PA) melhorou vários pontos da reforma, na avaliação de economistas e do mercado financeiro, mas esse ponto que atinge uma parcela dos contribuintes da classe média não foi retirado. “Cortar as unhas do demônio não o transforma em anjo não”, diz Maciel, que discorda das mudanças, mesmo na versão do substitutivo:

— O desconto padrão pode ser usado por qualquer um, mas ele é mais vantajoso para quem ganha até R\$ 83.777 por ano. Agora, a fai-

xa entre R\$ 40 mil e R\$ 83 mil não poderá fazer o desconto padrão. Se eles fazem hoje é porque é a melhor opção, então todos nesse grupo terão aumento de carga. Quem é essa faixa? O IBGE a classifica como classe C. O projeto tira R\$ 10 bi da classe C e acaba com o vale-alimentação.

Esse é de fato o pior defeito do projeto. Ele saiu do governo tão feio que foi imediatamente abandonado. Ontem, em live no “Valor”, o ministro Paulo Guedes se comportou como se não tivesse saído da equipe dele, e com a sua chancela, o projeto que agora o Congresso tenta consertar. “Tinha coisa que estava guardada no armário aqui há 10 anos, esperando a hora de ser usada. Aí foram lá e jogaram. Nós removemos.” Essa é uma versão delirante dos fatos. O Ministério da Economia colocou os erros no projeto e o ministro é o responsável.

Sabino defende a manutenção da limitação da declaração simplificada, que vai atingir a classe média, porque diz que só afetará mesmo quem não tiver filho, INSS, plano de saúde para descontar. O fato é que se a Receita prevê arrecadação extra de R\$ 10 bi com essa medida é porque há aumento da carga para esse grupo.

Everardo Maciel discorda da taxaço de dividendos, que, no entanto, o mercado já está aceitando. Maciel explica que, na sua visão, já existe essa taxaço na prática:

— Dividendo é tributado na empresa. Quando você investe numa empresa espera retorno,

porque é investimento e não doação. Esse retorno é traduzido em dividendo. É a materialização do retorno que já é tributado na Pessoa Jurídica. Pode-se tributar só na empresa, só na distribuição ou nos dois. Quando o Brasil tributava dividendo, surgiu uma coisa difícil de fiscalizar que era a distribuição disfarçada de lucro.

Isso acontece quando as contas pessoais dos sócios são pagas pela empresa, e de forma dis-

Relatório melhorou o projeto original, mas a reforma do IR tira dinheiro da classe C e acaba na prática com o lucro presumido, diz Everardo Maciel

farçada está se fazendo distribuição de lucro. Fiscalizar isso é uma tarefa árdua. Maciel acha também que na prática acaba o lucro presumido, porque essa empresa terá que pagar dividendo. Ele acha injusto pela comparação entre as duas formas de pagamento de imposto, mas o lucro presumido tem duas vantagens: simplicidade e segurança jurídica.

— No lucro real, você não paga se der prejuízo. No presumido, paga de qualquer jeito. O que for prejuízo vira crédito no lucro real. No presumido, nada pode ser compensado. No lucro real pode ter incentivo fiscal, no presumido, não. E por que muita gente escolhe o presumido? Porque é simples e não tem litígio. Todos os litígios hoje estão no lucro real — explicou.

No mercado financeiro há muita gente alivia-

da depois do substitutivo de Sabino, porque “muitos bodes saíram da sala”, como me disse um operador. O maior bode saiu com a forte redução do IRPJ. Na versão do governo haveria um brutal aumento de carga tributária. Agora, o relator falou em perda de R\$ 30 bilhões de arrecadação. Isso, por outro lado, acendeu a luz amarela entre os economistas fiscalistas. Como aceitar um rombo no orçamento já do ano que vem, que está em discussão no Congresso?

Na conta de Everardo a carga aumenta para as empresas.

— Uma empresa no lucro real paga hoje 34%. Baixa a alíquota padrão de 15% para 2,5%. Tem o adicional de 10% e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 9%. Já deu 21,5%. Sobraram 78,5% depois do pagamento de impostos. Pega isso e distribui de lucro, aplica a alíquota de 20%, aí dá 15,7% que somado ao 21,5% dá 37,2%. Isso é mais do que 34% — diz o ex-secretário.

O relator fez um esforço para falar com o máximo de gente possível e tirou alguns pontos bem controversos do projeto, mas não todos. Ele tentou consertar a proposta desequilibrada que saiu do Executivo. A grande dúvida é como o Ministério da Economia errou no seu *core business*. Nada é mais fazendário do que a estrutura de impostos. Ontem, Paulo Guedes admitiu ter errado na “dosimetria”. Não foi apenas isso. Errou redondamente.

Rombo de R\$ 30 bi na reforma acende sinal de alerta

Economistas avaliam que redução de carga prevista na proposta para modificar o Imposto de Renda terá impacto nas contas públicas. Ministro diz que 'não tem problema', pois alta da arrecadação compensaria as mudanças

JOÃO SORIMA NETO, GABRIEL SHINOHARA E ELIANE OLIVEIRA
economista@oglobo.com.br
SÃO PAULO/ESP

lhões na reforma, não tem problema. Já está pago, antes de começar a reforma já está pago — disse o ministro.

Guedes ressaltou que gostaria que o impacto da proposta fosse neutro, mas afirmou que é melhor errar na direção de uma redução de carga tributária do que de um aumento. Cálculos divulgados pela Receita antes das alterações feitas pela relator indicavam aumento de R\$ 6,15 bilhões na arrecadação em três anos.

CONSUMO E FOLHA DE SALÁRIO

Para o economista Bernard Appy, fundador do Centro de Cidadania Fiscal e um dos mentores da reforma tributária prevista na PEC 45, que foi deixada de lado pelo governo, se a avaliação da União é que há espaço fiscal para reduzir os impostos das empresas à metade, seria possível tratar de duas bases que são sobretaxadas no país: a folha de salário e o consumo.

— O efeito no crescimento do país, na formalização de empresas e na justiça distributiva seria maior — disse Appy.

O economista lembra que a Reforma da Previdência trouxe uma redução de despesas em dez anos estimada em R\$ 1 trilhão. No mesmo período, os termos da reforma do IR resultam em perda de R\$ 300 bilhões em arrecadação.

O rombo de R\$ 30 bilhões previsto no relatório do deputado Celso Sabino (PSDB-PA) com a mudança nas regras do Imposto de Renda preocupa economistas que acompanham as contas públicas. A avaliação é que a proposta não trará crescimento suficiente para compensar a perda de arrecadação. E a redução à metade dos tributos para empresas — de 25% para 12,5% — afetará o caixa de estados e municípios, com os quais a União compartilha essa receita.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, contudo, afirmou ontem, em transmissão ao vivo realizada pelo jornal Valor Econômico, que “não tem problema”. Segundo ele, o aumento da arrecadação de R\$ 100 bilhões este ano, acima do previsto, já seria suficiente para compensar a redução da entrada de recursos nos cofres públicos em razão do corte de tributos.

— Esse aumento de arrecadação é estrutural, é só o nível do PIB. Mesmo se o PIB crescer zero daqui pra frente, só a volta do PIB até agora já significa um aumento de R\$ 100 bilhões acima do previsto. Então, se erramos os R\$ 30 bi-



EDU ANDRADE/ASCOM/VE

Foto. Para Guedes, é melhor errar com redução da carga tributária do que com aumento do peso dos impostos

— Não faz sentido. Temos um problema fiscal, e o governo poderia aumentar o IR sobre aplicações financeiras e de brasileiros de alta renda para reduzir a tributação do consumo e da folha de salários — disse Appy.

Ele ressalta que a redução da tributação do lucro das empresas não foi positiva em termos de crescimento econômico dos países que a adotaram.

Para Fábio Klein, economista da Tendências Consultoria

especialista em macroeconomia e finanças públicas, qualquer R\$ 1 bilhão de perda de arrecadação para um país que trabalha com déficit fiscal preocupa. Para ele, não faz sentido perder R\$ 30 bilhões, valor que vai impactar negativamente as contas do governo:

— E a perspectiva de déficit no médio e longo prazos piorou. Na nossa estimativa, o país só volta ao superávit primário em 2026. Além disso, com a inflação ampliando o teto de gastos (regra que limi-

ta o crescimento das despesas públicas) e a possibilidade de mais R\$ 30 bilhões em despesas do governo, em 2022, o déficit pode aumentar em R\$ 60 bilhões.

Para ele, chama a atenção o fato de Guedes avaliar que está tudo bem perder R\$ 30 bilhões em receita:

— Este ano e no próximo, a dívida pública deve ficar em 86% do PIB, uma queda em relação a 2020, quando ficou em 89,3% do PIB. Mas os motivos dessa queda não são nobres. Tem inflação e as devoluções do BNDES ao governo. É uma queda conjuntural, que esconde problemas estruturais. Deve subir em 2023, ainda mais se houver perda de arrecadação em 2022.

QUALIDADE DOS TRIBUTOS

Para o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas, a proposta do governo vai na direção correta ao reduzir impostos de empresas:

— Já não existe a percepção de controlar a dívida pública a qualquer preço. A relação dívida/PIB que temos pode ser bem maior, sem causar inflação. Atualmente, o objetivo é melhorar a qualidade dos tributos, com redução de carga.

Ele avalia que a perda de arrecadação bate nas contas de estados e municípios, mas a União deveria fazer mecanismos de compensação.

Parlamentares lançam frente pela desoneração da folha

> Uma frente parlamentar com 194 deputados e seis senadores foi lançada, ontem, em defesa da desoneração da folha de pagamento.

> A ideia é que a medida, em vigor até dezembro, seja permanente e para todos os setores. Haverá audiências públicas para fazer um texto.

Governo atrela novo Bolsa Família à taxaço de dividendo

Palácio do Planalto envia ao Congresso plano para viabilizar novo programa social, que só sai do papel com recursos da reforma

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O Palácio do Planalto enviou ao Congresso ontem um projeto que viabiliza a criação do novo programa social do governo, que substituirá o Bolsa Família. A proposta atrela o novo benefício à aprovação da taxaço de lucros e dividendos prevista na reforma tributária em discussão na Câmara.

O texto altera a Lei de Dire-

trizes Orçamentárias (LDO) deste ano para permitir que propostas legislativas enviadas pelo Executivo, mas ainda não aprovadas pelo Congresso, sejam consideradas como medidas de compensação financeira a novos gastos.

Como parte da plataforma eleitoral do presidente Jair Bolsonaro, o governo quer aumentar o Bolsa Família e dar um novo nome ao programa, que custará

R\$ 53 bilhões em 2022.

Na nova versão do Bolsa Família, o valor médio do benefício, que está em R\$ 189, deve ficar em torno de R\$ 270. O governo pretende incluir três milhões de famílias, alcançando 17 milhões.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que a criação de despesa permanente seja compensada com receita permanente. Por isso, a equipe econômica decidiu usar a ta-

xaço de dividendos. A reforma tributária prevê alíquota de 20% sobre dividendos.

Apesar de abrir caminho para criar o programa, ele só será executado após a aprovação da taxaço de lucros e dividendos, segundo o texto enviado ao Congresso. O governo pretende arrecadar R\$ 19 bilhões com o imposto em 2022.

Com a medida, o governo tenta garantir que a taxaço de dividendos seja aprovada.

O governo precisa começar os pagamentos do novo programa em 2021, por causa das restrições impostas pela lei eleitoral. Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o Bolsa Família será um dos contemplados com a reforma tributária, mas lembrou que os recursos precisam ser carimbados:

—O Brasil é um país carimbador de recursos. Se eu usar os R\$ 100 bilhões (de excesso de arrecadação) para pagar os R\$ 30 bilhões de redução na arrecadação previsto pelo relator da reforma, vão dizer que pode. Mas se eu pegar os R\$ 100 bilhões para pagar o Bolsa Família, dirão que não pode.



Ministério da Economia já vê inflação superar teto

Boletim Macrofiscal eleva projeção do índice para 5,9%, acima do limite da meta do BC, de 5,25%, citando alta dos custos de energia e combustíveis. Estimativa para o crescimento do PIB no ano passa de 3,5% para 5,3%

GABRIEL SHINOHARA
gabrielf.shinohara@sb.oglobo.com.br
BRASILIA

O Ministério da Economia aumentou sua previsão de alta no PIB este ano para 5,3%, frente aos 3,5% projetados em maio. Já a expectativa para a inflação agora é de 5,9%, superando o teto da meta estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). É a primeira vez que a pasta prevê inflação acima da meta neste ano.

A meta de inflação em 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. O teto é um índice de 5,25%, enquanto o piso é de 2,25%.

As estimativas foram divulgadas ontem no Boletim Macrofiscal da Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Economia.

Apesar da expectativa de estouro da meta este ano, o boletim considera que a inflação está "ancorada" e deve cair em 2022, quando fecharia a 3,5%, no centro da meta.

A SPE aponta que a infla-

ção tem sido impactada mais fortemente por preços monitorados, como combustíveis e energia elétrica. "No acumulado em 12 meses até junho, esse grupo registrou aumento de 13%. Esse aumento é decorrente de elevações significativas nos preços dos combustíveis e energia elétrica, diante das alterações nas bandeiras tarifárias."

VACINAÇÃO É POSITIVA

Em junho, o Banco Central (BC) já havia projetado inflação acima do teto da meta este ano, de 5,8%. O pico seria em agosto, de 8,5%.

Quando o BC não consegue atingir a meta de inflação, o presidente da instituição precisa enviar uma carta ao ministro da Economia explicando as razões do não cumprimento e as providências tomadas para assegurar o retorno da inflação aos patamares estabelecidos.

A última vez que isso ocorreu foi no início de 2018, quando a inflação do ano anterior ficou abaixo da meta. Na época, a safra recorde derru-



Peso no bolso. No acumulado em 12 meses até junho, aponta boletim, o grupo combustíveis e energia teve alta de 13%

bou os preços dos alimentos.

No caso do PIB, o aumento da projeção se deveu ao crescimento acima do esperado no primeiro trimestre. O boletim cita ainda perspectivas positivas para o segundo semestre, "dados o avanço da vacinação da população e redução do dis-

tanciamento social, resultando em maior crescimento do setor de serviços."

O documento, no entanto, também aponta incertezas no cenário econômico, por causa da crise hídrica e dos efeitos da pandemia.

Para 2022, a expectativa de crescimento é de 2,51%,

ficando em 2,5% nos três anos subsequentes.

Essas projeções, ressalta o boletim, "tornam-se particularmente sensíveis à divulgação dos dados e ao desenrolar dos efeitos da Covid-19 e do processo de vacinação, principalmente considerando os seus efeitos no PIB de longo

prazo. O cenário do setor energético também é outro componente de ampliação da imprevisibilidade."

IBC-BR CAIU 0,43% EM MAIO

Ontem também foi divulgado o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) de maio. Houve queda de 0,43% frente ao mês anterior. O índice é considerado uma espécie de prévia do PIB.

O resultado surpreendeu o mercado, que esperava alta de 1%, de acordo com pesquisa feita pela Reuters.

A queda de maio acontece depois da alta de 0,85% em abril e do crescimento de 1,6% no primeiro trimestre.

Para Alberto Ramos, economista-chefe para América Latina do banco Goldman Sachs, o resultado de maio "não é representativo do momento". Ele mantém a expectativa de recuperação à frente, com avanço da vacinação e retomada da confiança de consumidores e empresários. Mas ressalta que a inflação maior e os ruídos políticos podem conter o ritmo da expansão.

Folga de gastos cai em R\$ 12,4 bi a cada ponto percentual a mais do IPCA

A pesar da inflação em alta, o governo ainda pode ter um espaço para ampliação de despesas de R\$ 47,3 bilhões em 2022. A avaliação é da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, em relatório divulgado ontem. No entanto, se os preços continuarem

subindo, esse cenário pode mudar. A cada ponto percentual adicional de inflação, no ano fechado de 2021, a folga do teto de gastos diminui em R\$ 12,4 bilhões em 2022.

Considerando o cenário de junho, a projeção da IFI para o IPCA de dezembro é de 5,74%

e, para o INPC, de 5,8%. Considerando que a inflação no acumulado em 12 meses até junho de 2021 foi de 8,35%, ainda haveria uma folga de R\$ 47,3 bilhões em 2022.

— De lá para cá, as expectativas para a inflação continuam crescendo, por conta das

pressões nos preços das *commodities*. Além disso, como se vislumbra uma continuidade da crise hídrica, é provável que a inflação no fim do ano seja maior — explica Daniel Couri, diretor da IFI.

Até o momento, o cenário mais pessimista calculado

pela instituição é que IPCA e INPC terminem o ano em 7,2% e 7,3%, respectivamente. Com isso, a folga do governo cairia a R\$ 28,7 bilhões.

— O mecanismo que mais influencia a projeção dos gastos é o INPC, porque reajusta o salário mínimo — diz Couri.

O teto para os gastos públicos foi criado em 2016. Pela regra, o crescimento das despesas da União não pode ser maior que a variação da inflação acumulada em 12 meses até junho do ano anterior. Os gastos, porém, são mais influenciados pela inflação no fim do exercício. Ou seja, se a inflação de junho for maior que a de dezembro, haverá folga no teto de gastos. (*Stephanie Tondo*)

Guedes: Argentina está indo pelo caminho da Venezuela

Ministro critica país vizinho por dificultar modernização do Mercosul

ELIANE OLIVEIRA, GABRIEL SHINOHARA E VITOR DA COSTA
economista@oglobo.com.br
BRASÍLIA/ÉRIO

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a Argentina, ao tentar impedir a modernização do Mercosul, segue o mesmo caminho da Venezuela. Ele disse que, se pudesse, reduziria unilateralmente as alíquotas de importação do bloco no comércio com terceiros, por meio da Tarifa Externa Comum (TEC), com ou sem os argentinos.

—Gostaria de fazer isso em uma semana e unilateralmente, se for o caso, mas não podemos deixar que o Mercosul se transforme num fator

de atraso. A Argentina está indo para um caminho que não apreciamos, que é um caminho que a Venezuela já foi e não queremos seguir — disse o ministro em evento on-line do jornal Valor Econômico.

A Venezuela foi suspensa do Mercosul em 2017, sob o argumento de que o governo Nicolás Maduro não é democrático. Mais recentemente, a embaixada e os consulados brasileiros no país foram fechados.

Na semana passada, o Brasil foi derrotado em sua proposta de reduzir a TEC em 20%, sendo 10% agora e o restante no fim do ano, devido à oposição da Argentina. Segundo Guedes, o Uruguai apoiou o governo brasileiro e o Para-

guai ficou “em cima do muro”.

A Argentina, em recessão, diz não estar preparada para abrir seu mercado. Guedes afirmou que, se os vizinhos não podem reduzir suas tarifas agora, que esperem um pouco mais, mas não inviabilizem a proposta brasileira:

—O Brasil tem que assumir a liderança da modernização do Mercosul, e seremos compreensivos e generosos com a Argentina, que entrará quando quiser. Não queremos que eles nos deixem fazer.

SIDERÚRGICAS TÊM QUEDA

Internamente, o ministro disse sofrer pressão do setor de construção civil para reduzir



EDILSON DANTAS/2-7-2021

Pressão. O setor de construção civil tem pedido a redução das tarifas de importação sobre o aço, disse Guedes

as tarifas de importação de produtos siderúrgicos, a fim de, com o aumento da oferta, forçar a queda dos preços. Ele contou ter feito um acordo informal com os fabricantes de aço para não haver reajuste até o fim do ano:

—É muito fácil baixar tarifa e deixar o chinês entrar e engolir o [aço] brasileiro. Mas se alguém descumprir o acordo, posso zerar a alíquota dentro

do Mercosul. Mas não quero atender a construção civil e desorganizar o setor de aço.

As declarações do ministro pesaram nos papéis das siderúrgicas brasileiras. As ações ordinárias (ON, com direito a voto) da CSN caíram 3,98%, enquanto as preferenciais (PN, sem voto) da Usiminas perderam 3,46%. Foram as maiores quedas do Ibovespa, que fechou com alta de

0,19%, aos 128.407 pontos.

Já o dólar comercial encerrou com baixa de 1,81%, a R\$ 5,0861, influenciado por declarações do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell. Ele voltou a dizer que a inflação dos EUA é transitória e que a economia do país “ainda está longe” do patamar desejado pelo Fed para retirar as medidas de estímulo.

TRANSIÇÃO VERDE

Europa anuncia plano ambicioso que muda de carros a aquecimento das casas

BRUXELAS

A Comissão Europeia, organismo executivo da União Europeia (UE), apresentou ontem um projeto para transformar a economia do bloco, com impacto em aspectos da vida cotidiana que vão da calefação das casas ao tipo de automóveis que trafegam nas ruas. O plano, que agora seguirá para o que promete ser um árduo debate entre os 27 Estados-mem-

bros da UE, é uma ambiciosa estratégia multilateral de combate à crise climática, posicionando o bloco na liderança da política ambiental.

As medidas forçam todas as indústrias do continente a eliminarem gradualmente o uso de combustíveis fósseis para reduzir a emissão de gases poluentes em ao menos 55% até o fim desta década, em comparação com os níveis de 1990, e neutralizar essas emissões até 2050. A nova meta foi aprovada em ju-

nho, mas a UE ainda não havia detalhado como pretende alcançá-la.

À FRENTE DE EUA E CHINA

Se implementadas como o previsto, as medidas do plano — batizado de “Fit for 55” (pronto para os 55) — porão a UE à frente de outras potências econômicas, incluindo os EUA e a China, na corrida pela neutralidade do carbono — ou seja, a compensação de todas as emissões. Trata-se da estratégia mais abrangente e

detalhada já apresentada por qualquer governo em direção a uma economia verde.

— Nosso pacote almeja combinar a redução das emissões com medidas para preservar o meio ambiente e os empregos, e põe o equilíbrio social no centro desta transformação — disse a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

O compromisso, ainda assim, fica aquém do que muitos julgam necessário: a redução de 55% é considerada

“insuficiente” pela organização Carbon Action Tracker, que monitora ações e políticas climáticas pelo mundo. Segundo o grupo, a UE precisaria cortar suas emissões em 65% até 2030 para cumprir os objetivos traçados pelo Acordo de Paris.

O pacto ambiental de 2015 almeja limitar o aquecimento global a até 2°C em comparação aos níveis pré-industriais e, idealmente, mantê-lo inferior a 1,5°C — mudança de temperatura considerada

máxima para que se evite um cataclisma. Em um comunicado, o diretor do Greenpeace na Europa, Jorgo Riss, equiparou-a celebração das metas recém apresentadas a “um atleta de salto com vara que pleiteia uma medalha por saltar abaixo da barra”.

A UE é hoje responsável por cerca de 7,5% das emissões de carbono do planeta, atrás da China e dos EUA, responsáveis respectivamente por 26,7% e 12,6% das emissões. O bloco, contudo, tem imenso poder político, e seu plano é visto não só como um exemplo para outros países, mas também como um incentivo para o desenvolvimento de novas tecnologias verdes.


INDÚSTRIA REAGE MAL

A partir de agora, começa o que devem ser anos de debates entre os Estados-membros, além de forte pressão da indústria e de grupos lobistas. É improvável que o plano seja implementado em sua forma atual, especialmente diante da dependência que vários países da Europa Central, alguns dos integrantes mais pobres do grupo, têm dos combustíveis fósseis.

— Será difícil implementá-lo, mas é também uma obrigação, porque, se renunciarmos à nossa obrigação de ajudar a Humanidade (...), falharíamos não só com nós mesmos, mas também com nossos filhos e netos — disse o vice-presidente da Comissão Europeia, Frans Timmermans.

Para os críticos, o ritmo das mudanças e o aumento dos impostos podem se tornar um fardo para os bolsos dos europeus, algo que tem gerado consequências sociopolíticas e ser visto como uma iniciativa “elitista”.

As indústrias automobilística e de aviação reagiram mal ao pacote. A Associação Internacional de Transporte Aéreo classificou a iniciativa como “punitiva” e “contraproducente”. Já a Associação Europeia de Fabricantes de Veículos afirmou que o veto aos motores de combustão “não é uma solução racional”, mas se disse comprometida com a neutralidade do carbono.



Mudanças abrangentes. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen (centro), apresenta em Bruxelas a proposta para adaptar a economia do continente aos novos padrões ambientais

Propostas que visam mudar a economia e a vida de europeus têm efeitos globais

ANA ROSA ALVES
ana.rosa@infoglobo.com.br

> Sem carros a gasolina

Veto à venda de carros movidos a diesel ou gasolina a partir de 2035. O objetivo é acelerar a transição para veículos elétricos, forçando a indústria automobilística a abandonar motores alimentados por combustíveis "sujos". A ideia é que haja uma redução de 55% nas emissões de carbono por carros até 2030, em comparação com os níveis de 2021. A meta anterior era de 37,5%. A etapa seguinte é neutralizar as emissões até 2035, algo que inviabilizaria a venda de automóveis movidos a diesel ou gasolina no continente. As montadoras que não conseguirem cumprir os prazos poderão ser multadas. Para incentivar a comercialização de carros elétricos, Bruxelas prevê que todos os Estados-membros instalem postos de recarga com não mais de 60km entre si nas principais rodovias. A estimativa é de que até 2030 haja 3,5 milhões de estações públicas de recarga e 16,3 milhões até 2050. A Comissão crê que as mudanças custarão entre € 80 bilhões e € 120 bilhões em investimentos públicos e privados até 2040.

> Mais mercado de carbono

A reformulação do mercado de carbono europeu é um aspecto-chave da proposta. Criado em 2005, ele obriga os grandes poluidores, como produtores de aço e usinas de energia, a comprarem créditos de carbono para cobrir o custo de suas emissões. Os créditos, na prática, representam monetariamente uma tonelada de dióxido de carbono que deixou de ser emitida para a atmosfera. São títulos comercializados no mercado financeiro que, recentemente, ultrapassaram o valor recorde de € 58 e devem continuar a subir, um sinal de que poluir deverá ser cada vez mais custoso. Pela proposta, o mecanismo passará a cobrir também a indústria de carga, de transportes, além do aquecimento de prédios. Ao mesmo tempo, ela prevê uma redução gradual até 2036 dos créditos gratuitos concedidos a muitos setores, como as companhias aéreas. A meta é cortar as emissões dos setores abarcados pelo mercado de carbono em 61%, em comparação com 2005, até o fim da década.

> Importações 'sujas' taxadas

A proposta pretende criar a primeira taxa de importação relacionada à emissão de carbono no

mundo. Ela valerá para aço, alumínio, cimento, fertilizantes e eletricidade e será gradualmente implementada, caso o plano seja aprovado, a partir de 2026. Trata-se de uma medida protecionista para proteger as indústrias europeias da concorrência de companhias que produzem em países onde não são cobradas pelas emissões de carbono. Será desvantajosa, portanto, para nações com legislações ambientais mais lenientes. Haverá uma transição de 2023 a 2025, na qual os importadores precisarão monitorar e relatar as emissões dos serviços e bens adquiridos fora da UE. Eles deverão comprar créditos de carbono representando a pegada de carbono desses produtos. Caso consigam provar que o carbono gerado já foi pago no país de origem, a quantia correspondente poderá ser abatida da conta final. Há mais de 60 mecanismos que precificam o carbono, mas, segundo relatório de maio do Banco Mundial, cobrem apenas 21% das emissões globais. A taxa é vista com preocupação por importantes parceiros comerciais europeus, como os Estados Unidos, a Rússia e a China. É provável que a iniciativa também seja desafiada legalmente na Organização Mundial do Comércio.

> Aperto na aviação

Bruxelas pretende forçar as companhias aéreas a pagarem pelas emissões em seu espaço aéreo. O setor, responsável por 3% das emissões continentais, terá seu combustível taxado gradualmente pelos próximos 10 anos, intervalo para que possa se recuperar do impacto da Covid-19. Outra proposta força os fornecedores a misturarem querosene de aviação com ao menos 2% de combustíveis sustentáveis até 2025. O percentual passará para 5% em 2030 e para 63% até 2050. Também haverá restrições a que as companhias aéreas encham seus tanques de combustível no voo de retorno. Isso pode culminar em passagens mais caras, e a aviação civil classificou a medida como "contraproducente". Os navios cargueiros também farão parte do mercado de carbono e poderão ser impedidos de atracar em portos europeus a menos que mudem para fontes mais limpas de energia. O setor é responsável por cerca de 2% das emissões globais.

> Energia renovável

A Comissão Europeia quer aumentar o percentual de fontes renováveis em sua matriz energética para 40%, mais que a meta atual de 30%.

Paralelamente, busca reduzir o consumo de energia no continente em 9% até 2030. Para isso, os países precisarão adotar medidas que cortem seu consumo energético em 1,5% em cada ano entre 2024 e 2030, quase o dobro da meta atual de 0,8%. Para isso, podem reforçar o isolamento de prédios ou adotar sistemas de aquecimento ou resfriamento mais eficientes. Hoje, dois terços da energia renovável usada pela UE vêm da biomassa. O bloco, contudo, vinha sendo pressionado por defensores ambientais a criar regras mais rígidas, já que há biomassas derivadas da madeira. Pelas novas diretrizes, estas variedades não contarão mais para o cumprimento das metas ambientais.

> Incentivos

A UE criará um fundo de € 144,4 bilhões, com € 72 bilhões vindos do Orçamento do bloco, para ajudar pequenos agricultores e negócios e famílias pobres a arcarem com possíveis contas mais altas ou com a transição tecnológica. Segundo o bloco, toda receita do seu mercado de carbono será revertida a investimentos verdes. As mudanças também preveem metas de emissões traçadas por cada economia do bloco para setores fora do mercado de carbono, como a agricultura.

Democratas acordam passar pacote de US\$ 3,5 tri

Entendimento interno em medida que impulsionaria agenda de Biden pode esbarrar em senadores do partido de perfil mais conservador; plano inclui imposto sobre importações de países que não adotarem políticas agressivas contra mudança climática

WASHINGTON

Líderes democratas no Senado americano anunciaram na terça-feira à noite que o partido chegou a um acordo interno para evitar a obstrução dos republicanos e aprovar um pacote de medidas de bem-estar social de US\$ 3,5 trilhões (R\$ 17,8 trilhões), conferindo um importante impulso à agenda do presidente Joe Biden. O pacote deve englobar numerosas pautas democratas excluídas do acordo bipartidário de infraestrutura, combinado com republicanos no mês passado, que deve contemplar US\$ 600 bilhões em novos investimentos em construções físicas.

O texto do novo pacote, que os democratas dizem ser voltado à “infraestrutura humana”, ainda não foi divulgado, mas sabe-se que foram incluídas medidas para o enfrentamento da mudança climática, a expansão da assistência médica e o auxílio às famílias.

Os detalhes conhecidos incluem jardim de infância gratuito para todas as crianças de 3 e 4 anos, dois anos de faculdade comunitária gratuita e redução nos remédios recebidos. Segundo o New York Times, o plano também inclui um imposto sobre importações de países que não adotarem políticas agressivas contra a mudança climática.

A tributação de importações poluentes foi divulgada no mesmo dia em que a União Europeia apresentou sua própria proposta para um imposto semelhante ligado ao carbono, em um sinal de coordenação entre as potências.

DESAFIO DA UNIÃO PARTIDÁRIA

O pacto entre os democratas possibilita que o pacote seja aprovado com maioria simples por meio do processo de reconciliação orçamentária, a mesma manobra usada em março para a aprovação do pacote de ajuda contra a pandemia, de US\$ 1,9 trilhão. Para isso, no entanto, o partido precisará manter todos os seus 50

senadores unidos, o que permanece sendo um desafio dado o perfil mais conservador de alguns que não temem divergir do partido.

Biden compareceu a um almoço com os senadores democratas no Congresso ontem, na primeira vez em que foi ao evento semanal sobre políticas públicas dos senadores do seu partido desde que assumiu. A reunião foi a portas fechadas, e o presidente pouco falou com a imprensa.

—Nós vamos conseguir fazer isso — limitou-se a dizer o presidente ao chegar ao Congresso, referindo-se à aprovação do pacote.

O acordo foi alcançado en-

tre o senador Chuck Schumer, o líder da maioria, e os 11 senadores democratas da Comissão de Orçamento, após dois dias de demoradas reuniões. Schumer disse que, somado ao projeto de infraestrutura bipartidário, os investimentos totais ficam “muito, muito perto” do que Biden pediu quando apresentou o seu plano para famílias.

—Todos os grandes programas que o presidente Biden nos pediu são financiados de maneira robusta — disse Schumer na noite de terça-feira após deixar a sala de reuniões. —Além disso, estamos fazendo alguns acréscimos. Estamos muito orgulhosos.

Ainda não foi divulgado como o pacote será financiado, mas segundo fontes do governo a promessa de Biden de não aumentar impostos de pessoas que ganham menos de US\$ 400 mil por ano e para pequenas empresas será cumprida.

SANDERS SATISFEITO

Embora a resolução do Senado fique abaixo da proposta original de US\$ 6 trilhões defendida por progressistas, o senador independente de Vermont Bernie Sanders mostrou-se altamente satisfeito. Não se espera que nenhum parlamentar republicano vá apoiar a iniciativa.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10 a 12/07/2021	Caderno: Economia



Com ‘empurrão’ da inflação, Estados se aproximam de 2022 com cofres cheios

De janeiro a maio, arrecadação de ICMS cresceu em R\$ 45,1 bi ante 2019, influenciada por ‘boom’ de commodities e alta de preços; segundo especialistas, tendência é que alívio nas contas seja usado para elevar gastos visando à eleição do próximo ano

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

12 de julho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - Com o empurrão da **inflação mais alta**, os governadores estão com os cofres bem mais cheios na antessala da **campanha eleitoral de 2022**. De janeiro a maio deste ano, o patamar de arrecadação já superou em R\$ 45,1 bilhões o resultado obtido no mesmo período de 2019, antes da pandemia de **COVID-19**.

Como há restrições legais ao aumento de despesas obrigatórias até o fim de 2021, a tendência é de que os Estados usem o caixa mais cheio no ano que vem, quando governadores querem mostrar serviço em ano de eleições após os tempos difíceis da pandemia. Um dos riscos apontados por especialistas é que os governadores usem essa sobra para aumentar despesas permanentes em 2023.

Até maio, a arrecadação do **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)**, tributo estadual e principal fonte de receita dos governadores, alcançou R\$ 250 bilhões, com alta real (acima da inflação medida pelo IPCA, índice oficial) de 11%. Sobre 2020, quando a pandemia derrubou a arrecadação, as receitas desse ano subiram R\$ 50,6 bilhões, aumento de 16% (veja ao lado o aumento de cada Estado).

Os dados da arrecadação do ICMS de janeiro a maio foram reunidos, a pedido do **Estadão**, pela **Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite)** com base nas notas fiscais eletrônicas emitidas.

Puxado pelo **boom internacional de alta das commodities (produtos básicos)**, Mato Grosso, que é produtor de alimentos, está no topo da lista dos Estados com maior crescimento da arrecadação do ICMS, 41,2% nos primeiros cinco meses do ano. O Estado de São Paulo, a maior economia do País, arrecadou 8,7% (R\$ 12 bilhões) a mais em comparação a 2019, chegando a R\$ 72 bilhões.

A recuperação da arrecadação dos Estados acompanha também a arrecadação do governo federal, que já cresceu R\$ 96 bilhões em relação a 2019 e R\$ 156 bilhões sobre o resultado do ano passado nos primeiros cinco meses do ano.

“Olhando para o aspecto político, a tendência é os governadores fazerem caixa para gastar em 2022, que é ano de eleição”, prevê o presidente da Febrafite, **Rodrigo Spada**. Segundo ele, 2022 é um ano em que os governadores querem ter um caixa mais elevado e vão procurar entregar obras no primeiro semestre.

Spada diz que os Estados vão procurar guardar o caixa porque a Lei Complementar 173 (que estabeleceu as regras para o socorro federal às unidades da federação) proíbe o aumento de despesas obrigatórias até o fim deste ano e ainda congelou os reajustes salariais dos servidores públicos da União, dos Estados e dos municípios.

Reajustes de salário

Como mostrou reportagem recente do **Estadão**, muitos Estados e municípios já contrataram reajustes para o ano que vem. **Além das cidades de São Paulo e Manaus, pelo menos sete Estados deram reajustes ou abriram caminho para aumentos ao funcionalismo neste ano**, apesar da restrição legal, segundo levantamento feito pelo **Estadão**.

Spada alerta, porém, que não há certeza de que os Estados estejam saindo da crise porque essa recuperação da arrecadação é decorrente do aumento da inflação, sobretudo do **IGP-M**, que é usado para corrigir os preços dos aluguéis. Ele ressalta que, apesar do incremento das receitas, o número de notas fiscais emitidas não aumentou em 2021, na comparação com o ano passado.

“Isso significa que não teve muito mais negócios. Foram os preços desses negócios que aumentaram significativamente.” Ele explica que, com os preços mais altos, os Estados arrecadam mais porque o ICMS é cobrado sobre um percentual do valor de venda dos produtos.

O presidente da Febrafite pondera que é uma arrecadação que decorre da inflação, o pior “imposto” que existe para a população de baixa renda.

Ele lembra que com a inflação mais salgada as despesas dos Estados também crescem. O ICMS é um dos principais termômetros da atividade econômica porque a empresa vende num mês o produto e já no começo do mês seguinte tem de fazer essa apuração e recolher o imposto.

Ganho temporário

Especialista em contas dos Estados e consultora da Febrafite, a economista **Vilma Pinto** avalia que essa melhoria na arrecadação é temporária e não estrutural, por causa do ciclo de commodities (produtos básicos, como alimentos, petróleo e minério de ferro) e efeito inflacionário relevante. “Será arriscado e temerário fazer aumento de gastos obrigatórios”, diz ela, em razão de duas novas legislações, que exigem mais contrapartidas de ajuste nas contas dos governadores. **Vilma assume nos próximos dias uma vaga na direção da Instituição Fiscal Independente (IFI).**

Já **Ana Paula Vescovi**, ex-secretária do Tesouro, alertou que a percepção positiva do ciclo temporário de alta dos preços de commodities pode ensejar uma visão de mais sobra para gastos do que realmente o País tem. “O risco é o caixa mais cheio do governo federal, Estados e municípios se transformar em despesas permanentes logo adiante”, disse Vescovi, que é economista-chefe do Santander e também especialista em contas estaduais.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15/07/2021	Caderno: Economia



Economia aumenta de 3,5% para 5,3% previsão de alta do PIB este ano e vê inflação acima da meta

Segundo a Secretaria de Política Econômica, o resultado do PIB do primeiro trimestre mostrou que a economia brasileira está se recuperando da crise causada pela pandemia da covid-19

Lorena Rodrigues e Fabrício de Castro, O Estado de S.Paulo

14 de julho de 2021 | 09h59

Atualizado 14 de julho de 2021 | 11h49

BRASÍLIA - O **Ministério da Economia** revisou sua projeção para a recuperação da economia em 2021 e espera agora uma alta de 5,30% no **Produto Interno Bruto (PIB)** neste ano. A previsão consta na grade de parâmetros da Secretaria de Política Econômica (SPE), divulgada nesta quarta-feira, 14. Na última previsão, de março, o crescimento estimado para este ano era de 3,50%.

De acordo com a SPE, o resultado do PIB do primeiro trimestre, com alta de 1,2%, mostrou que a economia brasileira está se recuperando da crise econômica causada pela pandemia da covid-19 a taxas mais altas que nas retomadas após recessões anteriores.

“Desde março, as projeções de analistas de mercado têm melhorado, devido a resultados positivos de indicadores de atividade e ao avanço da vacinação em massa”, afirma a secretaria, no documento.

Para 2022, a estimativa de alta no PIB passou de 2,50% para 2,51%. O ministério manteve ainda as projeções de crescimento da economia de 2023, 2024 e 2025 - todas em 2,50%.

No último relatório Focus, uma centena de analistas do mercado financeiro consultados pelo **Banco Central** estimaram uma **alta de 5,26% para o PIB de 2021**. Para 2022, a estimativa é de crescimento de 2,09%.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Adolfo Sachsida, disse que se “mudanças estruturais ocorrerem”, como uma terceira onda da pandemia de coronavírus, a pasta fará ajuste nas projeções para a economia. “A pandemia criou dificuldades extras para as projeções econômicas”, completou.

Sachsida foi questionado pelo assunto depois de a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 receber documentação que mostrou que o secretário fez previsões sobre o fim da pandemia no fim do ano passado sem questionar o Ministério da Saúde. Na ocasião, ele disse que o Brasil estava próximo de alcançar a “imunidade de rebanho”. Com a segunda onda muito mais forte do que a primeira, o secretário pediu desculpas pelas declarações e disse que não deveria ter falado de assunto fora de sua alçada.

O secretário disse que a equipe está acompanhando a questão hídrica e defendeu a aprovação de novos marcos legais no setor energético.

O secretário disse ainda que o crescimento potencial do PIB em 2019 era 1,5% e que, para 2022, a expectativa é de 2,5%, o que, na sua visão, mostra que as reformas e ações adotadas pela equipe econômica “deram certo”. Ele ressaltou que o investimento privado está crescendo e que a qualidade é melhor do que a do investimento público.

Inflação

Para a inflação medida pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)** em 2021, a estimativa do governo passou de 5,05% para 5,90%, acima do teto da meta de inflação deste ano, que é de 5,25%. Para 2022, a projeção foi mantida em 3,50%.

A SPE ressaltou que, apesar de o valor projetado estar acima do teto da meta, “a expectativa de inflação de mercado no médio prazo encontra-se ancorada e a projeção do IPCA converge para o centro da meta a partir de 2022 (3,5%)”.

No último relatório Focus, os analistas de mercado consultados pelo Banco Central estimaram que o IPCA deve acumular alta de 6,11% em 2021 e de 3,75% em 2022.

Todas as projeções para a **inflação** em 2021 estão bem acima do centro da meta deste ano, de 3,75%, que tem uma margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual (índice de 2,25% a 5,25%). No caso de 2022, a meta é de 3,50%, com margem de 1,5 ponto (2,00% a 5,00%).

Ao não cumprir a meta estipulada pelo próprio governo, o presidente do BC precisa enviar uma carta ao ministro da Economia explicando as razões.

O Ministério da Economia também atualizou a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) – utilizado para a correção do salário mínimo. De acordo com a nova grade de parâmetros macroeconômicos da pasta, a estimativa para a alta do indicador neste ano passou de 5,05% para 6,20%. Para 2022, a projeção passou de 3,50% para 3,42%.

Já a estimativa da Economia para a alta do IGP-DI em 2021 passou de 15,21% para 17,40%. Para o próximo ano, a projeção passou de 4,26 para 4,72%.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15/07/2021	Caderno: Economia



Nova proposta para Imposto de Renda tira até R\$ 27 bilhões dos cofres de Estados e municípios

Cálculos de especialistas indicam que maior parte da conta com redução do tributo para as empresas ficará com os gestores regionais; governadores e prefeitos já se articulam para tentar mudar texto apresentado por Celso Sabino

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

15 de julho de 2021 | 05h00

A queda de arrecadação prevista com as mudanças no Imposto de Renda vai pressionar Estados e municípios, que ficarão com a maior parte dessa conta. A perda deve ficar entre R\$ 23 bilhões e R\$ 27 bilhões, segundo cálculos de tributaristas consultados pelo **Estadão**. Em reação, a **Confederação Nacional de Municípios (CNM)** divulgou uma nota classificando a nova versão do texto como “escândalo”. O parecer do relator do projeto, deputado **Celso Sabino (PSDB-PA)**, prevê uma diminuição total da carga de até R\$ 30 bilhões, resultado de medidas como o corte da alíquota do **IR** das empresas de 15% para 2,5%. Na prática, governadores e prefeitos assumiriam entre 77% e 90% do impacto total.

“É fácil fazer bondade com o chapéu alheio”, disse o diretor do **Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)**, **Bernard Appy**. Pelos seus cálculos, a redução da receita para governadores e prefeitos será de cerca de R\$ 23 bilhões. Segundo ele, ao concentrar o impacto com as medidas, o parecer vai na contramão do que precisaria ser feito para melhorar a tributação no **País**.

A Constituição determina que 46% das receitas do IR devem ser repassadas para os governos regionais. Outros 3% são destinados aos fundos de desenvolvimento regional.

Segundo apurou o **Estadão**, cálculos que estão sendo levantados pelos Estados apontam uma perda maior, de até R\$ 27 bilhões, sendo R\$ 14 bilhões para Estados e R\$ 13 bilhões para municípios.

Já as medidas incluídas pelo relator para compensar a perda na arrecadação, como o fim de isenções para 20 mil empresas, estão concentradas em tributos que não são divididos com governadores e prefeitos.

O **secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso**, cobrou transparência nos números. “Nossas estimativas preliminares mostram que de 75% a 90% da perda de arrecadação seria dos Estados e municípios”, diz.

Ele ressalta que a **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** – tributo que também incide sobre o lucro das empresas, mas não é dividido entre **União**, Estados e municípios – não foi mexida no projeto. Segundo Cardoso, os cofres estaduais perdem também com a correção da tabela do IR das pessoas físicas, já que o imposto é retido na folha dos servidores. Pelos seus cálculos, o Rio Grande do Sul perde 10% da arrecadação do IR na fonte, ou R\$ 300 milhões por ano. Se esse valor for extrapolado para todos os Estados, a perda ficaria entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões.

O secretário de Fazenda de **São Paulo, Henrique Meirelles**, diz que o governo paulista vai perder menos por causa do critério de divisão do **Fundo de Participação dos Estados (FPE)**, que impõe ao Estado uma parcela menor. Pelos cálculos preliminares da equipe de Meirelles, a perda ficará entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões. “Mas os Estados estão reclamando porque o projeto é voltado para resolver o problema federal, não é projeto de reforma tributária nenhum”, critica.

“Não concordamos e lamentamos profundamente”, disse o **presidente da CNM, Paulo Ziulkoski**. Segundo ele, a entidade vai mobilizar sua base no **Congresso**. “O relatório é um escândalo, tanto por desonerar a renda das empresas e pessoas mais ricas do País, num momento em que o mundo tenta avançar em sentido contrário, quanto por produzir um rombo de pelo menos R\$ 30 bilhões nas contas públicas”, diz a entidade em nota.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 15/07/2021	Caderno: Economia



Projeto de reforma do Imposto de Renda precisa de mais ajustes, dizem especialistas

Um dos efeitos do corte agressivo de 25% para 12,5% na alíquota das empresas poderia ser o aumento do tributo a ser criado com a fusão de PIS e Cofins; segundo especialista, projeto vai na 'contramão do mundo'

Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

15 de julho de 2021 | 05h00

BRASÍLIA - A forte desoneração do **Imposto de Renda (IR)** das empresas prevista no parecer do relator do projeto de **reforma tributária**, deputado **Celso Sabino (PSDB-PA)**, pode acabar levando ao aumento da **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**, proposta do novo tributo para a fusão do **PIS** e **Cofins**.

Esse é um dos riscos apontados por especialistas com a redução agressiva da alíquota de 25% para 12,5% da alíquota do IRPJ proposta pelo relator com apoio do ministro da **Economia, Paulo Guedes**.

A votação da CBS, prevista no projeto da primeira fase da reforma tributária que foi fatiada pelos presidentes da **Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL)**, e do **Senado, Rodrigo Pacheco**, perdeu a prioridade na votação com as discussões do projeto de lei que reforma o IR das empresas e das pessoas físicas, enviado ao **Congresso** há menos de 15 dias e que foi completamente repaginado pelo relator.

O **Estadão** procurou especialistas para avaliarem os pontos do parecer que ainda precisam ser ajustados e os riscos de mudanças feitas com a decisão do relator de garantir uma redução agressiva da carga tributária do IR (leia as análises nesta página). Uma das preocupações é de que a reforma fatiada não permite avaliar o impacto das mudanças por completo, o que pode trazer riscos mais à frente.

A decisão do relator de retirar do projeto as medidas de combate à sonegação e elisão fiscal (formas que as empresas usam para pagar menos impostos ou dilatar o pagamento ao longo do tempo de maneira que se torne, na prática, inexistente) também são vistas com grande preocupação.

“Depois que reduzir o **IRPJ**, ele não sobe mais, mas sobe a CBS”, alerta a tributarista **Elisabeth Libertuci, sócia do escritório Lewandowski Libertuci**. A pesquisadora **Grazielle David, da Tax Justice Network**, organização internacional de pesquisa e defesa da justiça fiscal, baseada na **Inglaterra**, diz que a proposta de redução excessiva do imposto às empresas altera elementos fundamentais da tributação no País. “Fica cada vez mais distante a possibilidade de reduzir a regressividade do sistema tributário”, diz. A regressividade ocorre quando quem ganha menos paga proporcionalmente mais do que os mais ricos com mais elevado. Para **Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF)**, da forma como ficou, o texto incentiva a pejetização, quando um trabalhador se torna um prestador de serviço, atuando como pessoa jurídica.

Leia, logo abaixo, a opinião de cada um dos especialistas consultados pelo 'Estadão' sobre a reforma do Imposto de Renda

Texto vai na 'contramão do mundo', diz Grazielle David

“A carga tributária no País é extremamente regressiva (prejudica os mais pobres), e a única forma de mudar isso é fazer uma redistribuição dessa carga – sair dos tributos sobre consumo e migrar para o Imposto de Renda, riqueza, propriedade e patrimônio. A proposta vai muito na contramão do cenário internacional. Ainda que a atual alíquota da PJ seja muito alta, em torno de 34%, estamos falando de alíquota nominal. Quando a gente olha para uma alíquota efetiva, que permite uma comparação no cenário internacional, a nossa alíquota mais alta estava em torno de 22%. Com a reforma, a alíquota efetiva será possivelmente inferior aos 15% discutidos no cenário internacional. Então, o Brasil vai ficar com uma alíquota parecida com paraíso fiscal para empresas? As grandes corporações vão sair lucrando muito com isso.”

- **Risco de aumento de impostos, aponta Elisabeth Libertuci**

“O que está sendo feito é sair na frente para resolver o Imposto de Renda por conta da ideia fixa de tributar dividendos para depois aprovar a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Vão deixar a mão mais pesada ainda na CBS, que já tem uma série de problemas. Tenho seriíssimas dúvidas se isso tem o aval da Receita. Quando falam que quem vai pagar a conta são 20 mil empresas (sobre as quais a proposta retira incentivos fiscais), está tudo em ordem com a parte jurídica? Pode tirar o benefício do dia para a noite? É um tiro no escuro. Espero que os cálculos estejam bem feitos. Depois de reduzir, o IRPJ não sobe, mas sobe com a CBS.”

- **Incentivo para a pejetização, analisa Bernard Appy**

“Do ponto de vista das empresas, o relatório ficou bem melhor. A carga sobre o lucro distribuído na versão anterior estava bastante salgada, mas tem problemas seriíssimos. Algumas das distorções do relatório inicial foram mantidas. Uma delas foi ampliada: o estímulo à pejetização. A empresa de um profissional liberal com lucro de R\$ 20 mil hoje paga 9,6% de IR e **CSLL**, o que é baixo, na comparação com um empregado formal com a mesma renda (27,5% de IRPF). Com a proposta do governo, já tinha caído para 7,6% e, com o parecer do relator, caiu para 4,6%. Ampliou a distorção, na contramão do que tem de ser feito. Vai ter empresa se fragmentando para ficar no limite de R\$ 4,8 milhões anuais. Na prática, está desonerando a renda para aumentar a tributação do consumo, o oposto do que o Brasil precisa fazer.”

Estados e municípios ficam com maior parte do rombo

Ganhos com os cortes de incentivos tributários são quase todos no PIS/Cofins, que fica apenas com o Executivo federal

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto — De Brasília

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Os Estados e municípios arcarão com a maior parte do rombo de R\$ 30 bilhões que o governo federal avalizou na nova versão da reforma do Imposto de Renda após críticas dos empresários. Governadores e prefeitos compartilharão a perda de arrecadação com a redução do imposto para as pessoas jurídicas (IRPJ) de 25% para 12,5% e a atualização da tabela para as pessoas físicas (IRPF), mas os ganhos com os cortes de incentivos tributários são quase todos no PIS/Cofins, que fica apenas com o Executivo federal.

Cálculos do diretor-executivo do Centro de Cidadania Fiscal (CCif), Bernard Appy, apontam que os governos regionais devem arcar com no mínimo R\$ 21,6 bilhões e no máximo R\$ 24,1 bilhões do déficit de R\$ 30 bilhões. O diretor institucional do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), André Horta, tem estimativas piores, esperando que os Estados e municípios fiquem com 91% da perda.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, deu aval ao rombo proposto no parecer do deputado Celso Sabino (PSDB-PA), dizendo que a arrecadação está acima do previsto e que o estímulo as empresas fará país crescer mais e gerar mais impostos. O tucano vai na mesma linha. “Os Estados e municípios estão batendo recordes de arrecadação também e o crescimento da economia beneficiará a todos”, disse.

Não é, contudo, o que pensam os Estados. “[O desenho da] reforma é profundamente prejudicial ao federalismo brasileiro”, disse Horta. Para ele, o governo poderia buscar caminhos que afetassem menos os Estados, por exemplo reduzindo a alíquota dos dividendos e mantendo a tributação nas holdings familiares, como proposta originalmente.

“Qualitativamente é um absurdo o que está sendo proposto. Fazer uma mudança de tributação na União em que o grosso da conta vai para Estados e municípios. O discurso de Mais Brasil e Menos Brasília está indo ao contrário”, disse Bernard Appy.

Ele afirmou ainda que não faz sentido nenhum fazer uma reforma que reduza o imposto de renda em vez de se desonerar tributos sobre a folha de pagamentos ou sobre o consumo. “O Brasil tem duas bases sobrecarregadas, consumo e folha de salários. Renda e patrimônio são pouco tributadas. Não tem sentido nenhum fazer reforma que reduz a tributação na renda no agregado. Se existe espaço fiscal para reduzir o IR, que se fizesse isso na folha de salários”, acrescentou.

O presidente da Confederação Nacional dos municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, disse que o parecer “é um escândalo” por “desonerar a renda das empresas e pessoas mais ricas do país” e por “produzir um rombo de pelo menos R\$ 30 bilhões nas contas públicas”. Nas contas dele, os municípios perderão R\$ 13,1 bilhões.

“Se o Congresso deseja reduzir a carga tributária do país, que o faça preferencialmente reduzindo a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas e os tributos sobre o consumo, que são muito altos. Mas não promova uma deterioração na receita do IR, tão importante para reduzir as desigualdades de renda na sociedade e na federação”, disse Ziulkoski em nota. A CSLL tem base tributária parecida com o IRPJ, mas a arrecadação fica apenas no governo federal.

A CNM critica a falta de compensação orçamentária do corte no imposto, a faixa de isenção “muito elevada” para a taxaço dos dividendos (de R\$ 240 mil anuais por sócio das micro e pequenas empresas), a isenção da transferência de dividendos entre empresas de um mesmo grupo, “o que favorecerá a retenção de lucros pelas famílias mais ricas que se organizam sob a forma de holding para fugir da tributação sobre herança”, e o tratamento tributário favorecido para fundos imobiliários e outras aplicações financeiras.

O secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, Marco Aurélio Cardoso, também aponta que os governos regionais devem ficar com 75% e 90 da desoneração. “Se a gente está falando algo em torno de R\$ 25 bilhões para Estados e municípios por ano, é claro que se trata de um valor muito alto”, disse. Só a atualização da tabela do Imposto de Renda das Pessoas Físicas tirará R\$ 300 milhões do governo gaúcho, por conta principalmente da redução no recolhimento dos salários dos servidores. Com o IRPJ, as contas ainda estão feitas, mas ele sinaliza que a perda agregada para o Estado pode chegar a R\$ 500 milhões.

Presidente da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (Abrasf), Vitor Puppi disse que o correto seria cortar a CSLL e que os municípios foram surpreendidos. “Isso é motivo de grande preocupação.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Lojas Renner compra Repassa, plataforma online de revenda de roupas

Estudo calcula 'impacto' de fiscais agrícolas

Segundo a FGV, auditores agropecuários prestaram serviços que movimentaram R\$ 87,5 bi em 2020

Por Rafael Walendorff — De Brasília

15/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Caminhões e cargas no Porto de Santos: Brasil tem hoje 2.533 auditores federais agropecuários na ativa, contingente 37,3% menor que o de 21 anos atrás — Foto: Luiz Fernando Menezes/Folhapress

A atuação dos auditores fiscais federais agropecuários - serviço que foi considerado essencial durante a pandemia - teve um impacto de R\$ 87,5 bilhões na economia brasileira em 2020, com reflexos diretos e indiretos na produção e na exportação do agronegócio, segundo um estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgado ontem pelo sindicato nacional da categoria (Anffa Sindical).

De acordo com o documento, o trabalho dos servidores garantiu 8,65% das exportações do agronegócio, que ultrapassaram a marca dos US\$ 100 bilhões no ano passado. A atuação da categoria evitou perdas diretas de R\$ 44,9 bilhões, nos cálculos da FGV, principalmente nos embarques de soja em grão (R\$ 19,8 bilhões), óleos vegetais e animais (R\$ 4,3 bilhões), carne bovina (R\$ 3,7 bilhões), carne de aves (R\$ 3,5 bilhões) e café (R\$ 2,4 bilhões). O impacto indireto no valor da produção dos demais setores influenciados pela atividade de fiscalização desses agentes somou outros R\$ 42,6 bilhões.

A manutenção da atividade dos auditores durante a pandemia também teve efeitos na geração de renda (R\$ 35,6 bilhões), salários (R\$ 9,2 bilhões) e impostos (R\$ 8,7 bilhões). Na avaliação da FGV, a atuação da categoria teve efeitos sobre 183 mil postos de trabalhos, ligados direta e indiretamente ao agronegócio.

O presidente do Anffa Sindical, Janus Pablo, disse que os números comprovam a importância da categoria para a economia do país, a segurança alimentar, o combate à fraude nos alimentos, o acesso a mercados internacionais e a promoção do desenvolvimento local.

Ele pediu que o governo valorize os auditores e faça novo concurso público para contratar profissionais como engenheiros agrônomos, médicos veterinários, farmacêuticos e zootecnistas. A solicitação está represada no Ministério da Economia, que quer aguardar a aprovação da reforma administrativa no Congresso Nacional. O dirigente criticou a redução do orçamento para a área de defesa agropecuária do país, que é de cerca de R\$ 150 milhões para este ano, diz o sindicato.

Atualmente, há 2.533 auditores fiscais federais agropecuários na ativa, contingente 37,3% menor que o de 21 anos atrás. O déficit é de 1.620 servidores, nos cálculos do sindicato. A redução ocorreu, principalmente, em virtude da aposentadoria de funcionários mais antigos e da adoção de sistemas informatizados.

O baixo número de servidores preocupa, também, porque a produção e as exportações do agronegócio estão em expansão. Apenas em 2020, a demanda por Certificados Sanitários Internacionais (CSI) chegou a 390,9 mil, aumento de 17,3% em relação ao ano anterior, e 24 novos mercados foram abertos para produtos de origem animal. Ao menos 1,2 mil auditores trabalham diretamente em portos, aeroportos e postos de fronteiras terrestres com a fiscalização de exportações e importações.

“Já estamos no limite e saturados em algumas áreas. Precisamos de mão de obra, estamos nos desdobrando para atender à demanda crescente”, afirmou Janus Pablo. Ele disse que o governo não entende a importância da categoria. “Embora tenhamos vários sistemas [digitais], ainda precisamos de mais auditores. Muitas atividades são feitas de forma presencial. Nunca poderemos substituir 100% a

fiscalização presencial. O trabalho in loco nos dá a condição do detalhamento, de nos aprofundarmos nas tarefas”.

O Anffa Sindical garantiu que a fiscalização da produção e exportação de alimentos ainda não foi afetada e que toda a demanda foi atendida, apesar do “risco de colapso iminente”. Atualmente, o Ministério da Agricultura tem o menor efetivo de servidores em trabalho remoto do governo, com apenas 19% do efetivo em teletrabalho.

O estudo avaliou também o potencial impacto do trabalho dos auditores em cenários de entrada de pragas e doenças ou na ocorrência de surtos em animais ou ataques a lavouras. Segundo o documento, o surgimento de focos da febre aftosa no país causaria perdas diretas e indiretas de R\$ 9,6 bilhões à economia. O último caso foi relatado no Brasil em 1995.

Para o cenário que considera a ocorrência de gripe aviária no país, o estudo estimou perdas totais de R\$ 13,5 bilhões. Os setores mais afetados, assim como no caso da aftosa, seriam o comércio de atacado e varejo e o de rações animais. Para a hipótese da entrada da Peste Suína Africana (PSA) no Brasil, o impacto, só no primeiro ano de surto, seria de R\$ 5,5 bilhões.

Na área vegetal, impedir a entrada e ocorrência de pragas quarentenárias evitaria perdas de R\$ 38,5 bilhões nas culturas de soja (R\$ 25,6 bilhões), milho (R\$ 10,5 bilhões) e algodão (R\$ 2,4 bilhões). A perda direta total do Valor Bruto da Produção chegaria a R\$ 22,5 bilhões. O setor mais afetado seria o de adubos e fertilizantes, seguido por atacado e varejo e pelo mercado de defensivos agrícolas.

Ricardo Aurélio, vice-presidente do Anffa Sindical, diz que 392 pragas quarentenárias, sendo quatro ausentes no país, foram identificadas e impedidas de entrar no Brasil no posto de controle de Foz do Iguaçu (PR). Outras 140 toneladas de uvas passas contaminadas foram interceptadas no Porto de Santos (SP).

Guedes diz ter acordo com setor de aço para segurar preços este ano

Ministro afirma que pacto inclui corte da tarifa de importação para garantir abastecimento

Por Estevão Taiar, Arícia Martins e Cristiano Romero — De São Paulo e Brasília

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Paulo Guedes: “Para 2022 o objetivo principal é transformar uma recuperação cíclica em ‘V’ em novo ciclo de crescimento sustentável na base de investimentos” — Foto: Silvia Zamboni/Valor



O governo federal estabeleceu um acordo informal com os produtores de aço para não subir os preços até o fim do ano, disse ontem o ministro da Economia, Paulo Guedes, na Live do **Valor**. A preocupação do ministro é com a escassez e o aumento de preços do insumo, em um momento em que a construção civil vive um “boom”. O acordo, disse Guedes, foi feito com o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes. “Fizeram esse acordo informal conosco de não subir preço até o fim do ano”, disse. “O Marco Polo, coordenador da câmara Coalizão Brasil, assumiu esse compromisso.”

Guedes também revelou que combinou com o setor uma queda de 10% da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul. O tema virou um embate dentro do bloco.

“

Tem gente do governo que acha que vender Petrobras tira voto. Acho que tem muita gente que acha que isso dá voto”

“Eles [produtores de aço] aceitam uma queda de 10% na tarifa de importação, porque já tínhamos avisado que faríamos isso. Estamos em disputa”, disse.

Na live, Guedes ainda afirmou que o governo preferiu correr o risco de diminuir a arrecadação com a reforma do Imposto de Renda do que elevar a carga tributária. “Estou dando ganho de causa para o setor privado”, disse, sobre a direção principal das mudanças.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

Direção da reforma

Não [haverá aumento da carga tributária]. Nossa promessa desde o início da campanha era que simplificaríamos e reduziríamos impostos. Fomos para uma ideia de tributar lucros e dividendos, porque 20 mil pessoas deixaram de recolher impostos sobre R\$ 400 bilhões de dividendos. São os super-ricos. Agora estamos tributando dividendos em 20% e reduzimos impostos para empresas e assalariados. O que está acontecendo é que 31 milhões de declarantes, pessoas físicas, tiveram incidência de imposto reduzida. Ao mesmo tempo, estamos tentando deixar neutra [a cobrança] sobre capital. Porque a ideia é aumentar a tributação sobre rendimento sobre capital quando ele sai da empresa e vai para o afluente. A escolha é da empresa. Se distribuir 100% dos dividendos, ela paga 20% de lucro sobre a empresa e 20% sobre dividendos. São 40%. Se reinvestir tudo, não distribuir nada, o Imposto de Renda dela é só 20%. Pegando os principais países, a OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], o imposto de renda sobre dividendo vai de 20% a 40%. Entre 20% e 40% também estão o imposto de renda sobre pessoa jurídica. O Brasil estava no limite superior do imposto sobre empresa e abaixo do inferior no imposto sobre dividendos. O que fizemos foi botar os dois próximos à faixa inferior, de 20%.

Fortalecimento das empresas

A economia está bem mais forte. Quando o nível do PIB volta, como agora, a arrecadação volta também. É equivocado aumentar impostos durante uma

recessão. Estamos muito seguros de que podemos baixar não os cinco pontos percentuais originais [do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica], mas dez pontos. A alíquota cai de 34% para 24%. O que estamos fazendo é pegando a alíquota básica, que era 15%, e puxando para 10% em 2022. Se o nível do PIB estiver realmente mais forte, a arrecadação tranquila e a redução dos subsídios funcionar, podemos reduzir mais 2,5 pontos, diminuindo de 15% para 12,5%, a alíquota básica. Se conseguirmos reduzir os subsídios, [a alíquota total] cai de 34% para 20%. Só a Irlanda, com 15%, o Chile, com 10%, estariam abaixo. Os chilenos já entenderam há mais de 20 anos, 30 anos, que empresas são engrenagens de criação de riqueza. É lá que o capital, tecnologia, empreendedorismo, o trabalho e a educação se reúnem. O Brasil tem empresas subcapitalizadas, mas tem donos afluentes. Tirar dinheiro da empresa é bom negócio. Queremos o contrário. O que vai acontecer a curto prazo é que haverá distribuição de dividendos um pouco maior neste ano, para pagar menos em 2022. Mas é temporário.

“Está pago”

Como liberais, preferimos correr o risco de errar para o lado de redução de carga do que do lado de aumento. Com dez pontos percentuais [de redução do IRPJ], o próprio relator acha, baseado nas contas que fizeram com a Receita, que poderia haver redução de até R\$ 30 bilhões. Isso não está nos preocupando muito agora, porque só de o PIB voltar para o nível de antes da pandemia já veio uma arrecadação de R\$ 100 bilhões acima do que era previsto. Estavam previstos R\$ 640 bilhões no primeiro semestre, vieram R\$ 744 bilhões. Esse aumento é estrutural. Então, se errarmos os R\$ 30 bilhões, antes de começarmos a reforma, já está pago.

Carga tributária

A proposta inicial era de neutralidade. Lembro que eu tinha dito: vamos baixar [o IRPJ] em 5 pontos, pode ser 2,5 pontos e 2,5 pontos [divididos em dois anos]. Mas, se o governo for reeleito e as coisas seguirem, vamos continuar baixando. Nós somos liberais democratas. Se os impostos subiram de 18% do PIB para 36% do PIB ao longo dos últimos 40 anos, a nossa ideia é baixar para pelo menos uns 25%.

Bolsa Família

O Brasil é um país carimbador de recursos. Se eu pegar esses R\$ 100 bilhões de aumento de arrecadação para pagar os R\$ 30 bilhões de redução de arrecadação prevista pelo relator, eles vão dizer: isso pode. Mas, se eu disser que vou usar para

pagar o Bolsa Família, vão dizer: isso não pode. Então, você vai ter que pagar esses R\$ 100 bilhões, carimbar os dividendos que foram tributados e falar: isso aqui vai financiar o Bolsa Família. Sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do teto [de gastos], tu[do certinho. Dá para pagar tranquilamente os R\$ 20 bilhões adicionais que o Bolsa Família precisa. Podia ser até mais, mas não vamos aumentar tanto assim. A restrição vai ser o teto, não a falta de recursos. Está indo para aí (R\$ 50 bilhões com o Bolsa Família em 2022).

Arrecadação com dividendos

Os dividendos foram em torno de R\$ 400 bilhões. Se o imposto for de 20%, estamos falando de R\$ 80 bilhões. Vamos supor que a base caia bastante e vá para R\$ 300 bilhões no ano que vem, que R\$ 100 bilhões sejam antecipados neste ano - só que a economia está crescendo, os lucros estão aumentando e haverá mais dividendos no ano que vem. Mas vamos supor que todo mundo resolva antecipar um pouco, e caia para R\$ 300 bilhões. Cobrar 20% disso são R\$ 60 bilhões. É bastante dinheiro.

Reformas e instituições

O Brasil está amadurecendo muito rapidamente, ao contrário de quem fala que a democracia brasileira está ameaçada. As instituições estão se aperfeiçoando. Agora existem atores que saem da caixinha. Tem gente do Legislativo, do Executivo, do Judiciário, tem gente no Supremo que sai da caixinha. É o ser humano. Ou vai dizer que é só botar a toga preta e é infalível? Não. Faz besteira. Às vezes funciona como se fosse uma corte criminal. Os mesmos excessos que a Lava-Jato foi acusada de cometer podem estar sendo cometidos hoje por atores, não pela instituição. Somos falíveis. Eu errei, por exemplo, na dosimetria da reforma tributária. Estou muito confiante nessa coalizão política [para aprovar a reforma]. Acho que vai sair e vai ser aprovada. Há grandes indícios de que quando a CBS for aprovada na Câmara, tem uma boa chance de o senador Roberto Rocha (PSDB-MA), relator da comissão mista, fazer um acoplamento. O capítulo do IR também acho que vai avançar. Acho que serão aprovadas tanto a reforma administrativa quanto a tributária, neste ano.

Holdings e FII

Qualquer pagamento entre eles [empresas do mesmo grupo] é um acerto de conta entre eles, nós não queremos tributar. Nós temos que tributar quando sai justamente desse consolidado e vai para a pessoa física. Enquanto for uma luta,

uma estratégia de sobrevivência empresarial, nós temos o maior respeito. Os fundos imobiliários são uma indústria nascente, com 1,3 milhão de aplicadores de baixa renda. Você vai destruir essa indústria? Não. Tiramos isso da reforma. Chegamos a um consenso? Está resolvido. Não chegamos?

Privatizações

Foram vendidos R\$ 200 bilhões em subsidiárias de estatais nos dois primeiros anos de governo, mas essas operações não chamaram atenção. Muita gente criticava, mas várias empresas foram vendidas, dentro da lei, sem tumulto. Ao mesmo tempo, os bancos públicos foram “desalavancados” em R\$ 200 bilhões. Se Petrobras e Banco do Brasil fossem privatizados, as ações das duas empresas subiriam rapidamente, mas eu não consigo.

Privatização da Eletrobras

Adoraria que fosse privatizada até o fim do ano, mas os cálculos indicam que pode ser no primeiro trimestre de 2022. Ela teve traços que não são de privatização clássica. Fizeram uma “ligação direta”: dos recursos da privatização, uma parte vai para a revitalização da bacia do rio São Francisco e do Parnaíba, e também para a de Furnas. Isso torna a privatização indesejável ou faz não valer a pena? Se mergulhar nos números, vai ver que não é o caso. A Eletrobras precisa investir R\$ 15,7 bilhões ao ano só para manter a fatia de mercado dela, e ela consegue investir só R\$ 3,7 bilhões por ano. A primeira consequência da desestatização é que vai investir R\$ 10 bilhões adicionais ao ano a partir de 2022. Aí dizem “ah mas tem o jabuti”... Qualquer jabuti acima de dois metros, nós já tiramos. E há jabutis que vão evaporar e nem existem, como o compromisso de comprar energia de termelétricas a um preço mais barato que o de hoje.

Escassez de insumos e aumento de preços do aço

O setor de construção entrou em um “boom”, com juros de um dígito e enxergando isso uma década à frente. O auxílio foi um fator adicional que estimulou a demanda. Então a construção saiu pedindo insumo, mas o alto-forno estava desligado no início. Quando a construção continuou bombando, o setor de aço começou a religar os fornos. Estou em contato com quem produz e com quem consome o aço. Do lado da construção, estou pedindo para reduzir os impostos de importação de aço. Do lado da produção, eles estão aumentando a produção e vendendo aqui dentro. As exportações estão caindo porque estão tentando organizar o setor interno. Eles

fizeram um acordo informal conosco de não subir preços até o fim do ano. Por outro lado, aceitam uma queda de 10% na tarifa de importação, porque já tínhamos avisado que iríamos fazer isso.

Problema no Mercosul

O Brasil assume a presidência interina do Mercosul e quer a modernização do bloco. Já havíamos baixado a tarifa de importação de bens de capital em 10% e queríamos obter acordo para cortar 10% em tudo, de modo uniforme. Pleiteamos isso, mas estamos com um problema. O Uruguai está conosco, o Paraguai subiu no muro e a Argentina está contra. Vamos ter que tomar uma decisão. A política econômica lá parece não estar dando bons resultados. Compreendemos a situação deles, num momento como esse é difícil baixar tarifas de importação, mas nós não queremos que eles façam agora, queremos que nos deixem fazer. Gostaria de fazer isso em uma semana, unilateralmente se for o caso, mas temos acordo comercial. Seremos compreensivos com a Argentina, ela entra quando quiser, mas não pode atrapalhar o ritmo de modernização dos demais.

Risco hidrológico

Ficamos alguns anos sem investir lá atrás e, quando investimos, foi em empreendimentos ambientalmente sensíveis, como Belo Monte. Tem que tomar tanto cuidado ambiental que você acaba tendo baixa potência energética. O ministro [de Minas e Energia] Bento Albuquerque resolveu se antecipar. Em vez de deixar chegar o ano que vem, que é crítico e em que os reservatórios já poderiam estar abaixo de 10% e aí sim se chegar a uma crise hídrica irreversível, o que o ministro nos diz é que, usando a bandeira desde já, é feita uma redistribuição de energia de um ano para outro. Não vemos necessidade de racionamento. Mas é aquele negócio: se a economia crescer 6% neste ano, 6% no ano que vem e 6% no ano seguinte, vamos ter um problema bom.

Crescimento e inflação

Esperamos que haja crescimento forte neste ano. Para 2022, é cedo para falar, mas o objetivo principal é transformar uma recuperação cíclica em "V" em novo ciclo de crescimento sustentável na base de investimentos, em vez de ser no empurrão de consumo. Agora com o Banco Central independente trabalhando para a inflação refluir, os juros longos continuando relativamente baixos, e os marcos regulatórios sendo atualizados, os investimentos privados vão retomando. Aí você entra em

trajetória de crescimento de 3%, 3,5%, 4% ao ano. A estimativa do BC é que a inflação reflua de 8% para 5,3%, 5,4%. Tanto as projeções [de mercado e do governo] de crescimento quanto as de inflação para este ano estão em uma faixa de 5% a 6%.

Eleições em 2022

A lógica da eleição vai ser um pouco diferente do que era. Depois do petrolão, do mensalão, agora sabendo que vai ter retomada de investimento porque a Eletrobras vai ser desestatizada, acho que mais do que nunca será uma aliança de centro-direita, conservadores e liberais, contra a centro-esquerda ou contra a esquerda. Tem gente do governo que acha que vender Petrobras tira voto. Acho que tem muita gente que acha que isso dá voto em vez de tirar.

Veja a reação dos mercados: **Fala de Guedes derruba ações de siderúrgicas**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

A máscara mais vendida de 2021. Entenda o motivo

SAÚDE EM DIA

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

Importar aço no Brasil: uma odisseia

Desde o 'boom' de 2008, foram criadas barreiras para importar aço

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Em 2008, quando a economia brasileira vivia momento de forte expansão, o consumo de aço usado pela construção civil aumentou de maneira significativa. O que decidiu fazer, então, o governo federal no ano seguinte? O impensável: elevar de zero para 12% a 14% as alíquotas do Imposto de Importação incidente sobre os aços longos, justamente os usados como insumo na construção.

É evidente que taxar o produto importado no momento em que a demanda está aquecida não faz sentido nem aqui, na Ilha de Vera Cruz, nem alhures. O Imposto de Importação é um tributo regulatório. Trata-se de um mecanismo à disposição dos gestores macroeconômicos para regular o funcionamento de segmentos da economia em momentos de choque de oferta.

Desde o 'boom' de 2008, foram criadas barreiras para importar aço

Qualquer alteração da natureza desse imposto fora dessa premissa só serve aos interesses de grupos privados com influência em Brasília. Se a demanda por um produto é crescente, a ponto de a capacidade de a indústria nacional não conseguir atendê-la integralmente, taxar as importações significa chancelar a elevação dos preços domésticos daquele insumo.

Em outras palavras, ao agir dessa maneira, a autoridade estará concordando em elevar a margem de lucro de um determinado setor, em detrimento não do segmento seguinte daquela cadeia produtiva, mas da população. Por quê? Porque a conta do aumento dos preços virá pela alta da inflação, o mecanismo mais perverso de distribuição de renda que se conhece.

No caso em questão _ construção civil _ em 2010, portanto, dois anos após o início do "boom" da construção civil e um ano depois da inacreditável taxaço das importações de aço, o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) baixou normas para regular a importação de aço por meio da Portaria 73/2010. Coincidência?

A coisa passou a funcionar assim: se você é dono de uma construtora e precisa ou deseja importar aço longo, por exemplo, o vergalhão usado pela construção em obras de edificação, precisa certificar o importador e o exportador do produto que pretende trazer do exterior. Ambos precisam ser rigorosamente enquadrados segundo os parâmetros determinados pelo Inmetro. Isso pode fazer sentido? Pode, afinal, imaginemos que uma construtora importe produtos de baixa qualidade que comprometam a qualidade de edificações no país, colocando em risco a segurança dos usuários.

Mas, neste país a que chamamos de Brasil, o inferno _ e não apenas o pobre do diabo _ está nos detalhes. O problema começa quando a construtora constata que só existem duas empresas certificadoras de qualidade de aço autorizadas pelo Inmetro. Duas são duas, não são dez nem 20. Duas cobram mais para fazer o serviço do que dez ou 20 cobrariam porque, como estamos vendo, tudo é uma questão de oferta: quanto mais atores oferecem um serviço, maior é a competição entre eles, menor será o preço médio cobrado naquela atividade.

Contratada a certificadora, esta analisa as condições do importador no Brasil e, principalmente, a qualidade do produto do exportador. A construtora precisa identificar o seu fornecedor lá fora e, então, a certificadora vai até lá e traz mostras do produtor para realizar testes aqui. São realizados 11 testes, não são três, cinco ou dez, mas, sim, 11 testes para atestar se a qualidade do aço produzido no exterior é comparável à do produto "made in Brazil".

Digamos que tudo corra bem e o aço importado seja aprovado segundo as condições fixadas pelo Inmetro, o importador recebe licença de quatro anos para comprar aquele produto. Sensacional! Quatro anos é um prazo razoável para o planejamento de uma construtora. Sim, mas, veja, o Inmetro exige que, a cada seis meses _ seis meses são seis meses, não dois ou três anos dentro da janela de quatro anos dada pela certificação original _ seja feita a "manutenção" do certificado.

Do que se trata a "manutenção"? Ora, fazer com a empresas certificadora vá ao país exportador para colher amostras daquele aço e realizar, novamente, a bateria de 11 testes de qualidade do produto. Desde 2010, quando a portaria 73 foi baixada, apenas cinco empresas receberam certificação para importar aço longo no Brasil. Coincidência?

A odisseia do importador de aço, claro, não termina aí. Logo na sequência da taxaço do aço importado e da edição da Portaria 73/2010 do Inmetro, a Receita Federal criou um negócio chamado "radar". Para obter o "radar", a empresa importadora precisa comprovar que tem condições financeiras de pagar o que pretende importar, do contrário, nada feito. A suposta preocupação do Fisco é que a companhia não tenha recursos para pagar os impostos devidos no momento do desembaraço das mercadorias no porto ou no aeroporto.

O "radar" funciona também como um controle do que uma empresa nacional pode importar. Acima de um volume de US\$ 500 mil, a autorização para importar é ilimitada. Fantástico, certo? Não! Estamos no Brasil, não nos esqueçamos. A regra diz que, se a empresa não importar nada durante seis meses, o "radar" expira e, assim, a empresa é obrigado a obter uma nova autorização, um novo "radar", depois de seguir todos os trâmites burocráticos, os mesmos já perseguidos na obtenção da primeira autorização. Coincidência?

O ministro da Economia, Paulo Guedes, está corretamente preocupado com isso porque, novamente, a construção civil vive um "boom" e os preços do aço longo deram uma escalada no último ano - justiça seja feita, o produto não subiu apenas no Brasil.

"O setor de construção entrou em um 'boom', com juros de um dígito e enxergando isso uma década à frente. O auxílio foi um fator adicional que estimulou a demanda. Então a construção saiu pedindo insumo, mas o alto-forno estava desligado no início. Quando a construção continuou bombando, o setor de aço começou a religar os fornos. Estou em contato com quem produz e com quem consome o aço", disse Guedes ontem na "Live do **Valo r**". "Do lado da construção, estou pedindo para reduzir os impostos de importação de aço. Do lado da produção, eles estão aumentando a produção e vendendo aqui dentro. As exportações estão caindo porque estão tentando organizar o setor interno."

Cristiano Romero é diretor-adjunto de redação e escreve às quintas-feiras
E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Aproveite! Frete grátis para todo o Brasil o seu Diatena - sérum preenchedor de rugas

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Diatena sérum preenchedor de rugas com até 40% de desconto - Promoção por tempo limitado

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

A máscara mais vendida de 2021. Entenda o motivo

SAÚDE EM DIA

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

 **COMENTÁRIOS**

Mais do Valor **Econômico**

Magazine Luiza atualiza projeções de logística e quer chegar a 1.680 lojas em 2023

Isenção na taxaço de dividendos pode cair para R\$ 2,5 mil

Relator diz que pode alterar parecer, mas descarta elevar limite para desconto simplificado

Por Fabio Graner e Raphael Di Cunto — De Brasília

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas



Sabino: relator minimiza a perda de arrecadação que está embutida no projeto, por acreditar que “economia vai melhorar” — Foto: Najara Araújo/Câmara dos Deputados

O deputado Celso Sabino (PSDB-PA), relator da reforma do IR, confirmou ontem ao **Valor** que avalia ampliar a isenção na tributação de dividendos para todas as empresas, mas reduzir seu valor a R\$ 2,5 mil por mês (mesmo limite de isenção do IRPF), em vez dos R\$ 20 mil atualmente proposto para as empresas de pequeno porte. A medida, segundo ele, aumentaria a perda de arrecadação em R\$ 3 bilhões ao ano, mas reduziria o risco de “pejotização” [prática em que pessoas físicas usam empresas para receber rendimento pagando menos imposto].

A decisão final, segundo Sabino, ainda não está tomada, mas ele demonstra simpatia pela ideia. O **Valor** apurou que, na área econômica, a ideia é apoiada por parte da área técnica, principalmente entre os que temem que haja um processo massivo de criação de empresas para driblar a taxaço de dividendos acima de R\$ 20 mil.

Mas outra parte dos técnicos do Ministério da Economia, embora não se oponha frontalmente à ideia, tem dúvidas se a mudança seria eficaz para conter esse processo e teme o risco de perder apoio para a cobrança de IR na distribuição de lucros. Uma fonte lembra que a definição de uma faixa de isenção foi demanda do próprio presidente Jair Bolsonaro. Além disso, segundo esse interlocutor, se ficar claro que o desenho da reforma incentiva a “pejotização”, é possível corrigir no futuro.

Diante das críticas em torno do risco fiscal que o desenho da reforma passou a representar, com um renúncia anual de R\$ 30 bilhões em receitas, Sabino minimiza a questão. Ele disse acreditar que a economia vai melhorar, com maior volume de investimentos por parte das empresas após a reforma e que isso vai compensar a perda de arrecadação estimada originalmente. Ele também disse que os Estados, maiores prejudicados com a renúncia proposta, estão tendo melhora fiscal graças ao suporte do governo federal e também serão beneficiados pelo maior dinamismo da economia.

O parlamentar destacou que essa percepção fica evidenciada com o movimento de alta da bolsa de valores brasileira após a apresentação de seu relatório e os comentários positivos de setores empresariais, como os bancos e a construção civil

Com a chave do cofre e tendo que gerenciar um orçamento deficitário, o secretário especial de Fazenda, Bruno Funchal, foi mais cauteloso que o relator e que seu chefe, o ministro Paulo Guedes, dizendo que o texto ainda está sendo estudado pelo Ministério da Economia e é um documento preliminar. “A proposta de redução de carga tributária é uma consequência do controle de gasto e da busca da reorganização fiscal”, afirmou Funchal.

Celso Sabino também mostrou convicção no caminho de reduzir alguns benefícios tributários, como para a indústria farmacêutica, alegando que todo mundo terá uma carga tributária menor com a forte redução de IRPJ que ele está promovendo - 10 pontos percentuais no primeiro ano e 12,5 pontos a partir do segundo. “A redução de IRPJ vai beneficiar 1,1 milhão de empresas, inclusive as 20 mil que serão atingidas pela reversão de benefícios”, afirmou.

O relator destacou ainda que seu texto mantém a proposta original da Receita Federal para combater a distribuição disfarçada de lucros para os acionistas, ampliando as possibilidades em que isso é constatado e taxando em 30% essa operação.

De acordo com Sabino, a ideia de reduzir a faixa de isenção do IR sobre dividendos considera que o corte no IRPJ já vai reduzir muito a carga tributária das empresas, incluindo aquelas de menor porte que estão no regime de lucro presumido. Por isso, além de conter o processo de “pejotização”, esse movimento ajudaria a conter a queda de carga tributária em um segmento que está em um regime já favorecido - no lucro presumido, o IRPJ incide sobre 32% do faturamento da empresa, independentemente de seu lucro efetivo.

O deputado reiterou que pretende apresentar o relatório final na sexta-feira e disse que está avaliando todas sugestões que chegam a ele. “Tudo será analisado”, disse.

Apesar disso, o parlamentar também não demonstrou entusiasmo com ideias de se elevar a faixa de renda anual a partir da qual não será mais permitido fazer declaração simplificada no ajuste anual do imposto de renda. Ele rebateu a tese de que isso vai implicar aumento de carga tributária para a classe média, afirmando que a correção das faixas de tributação atingem a todos e representam uma desoneração líquida de R\$ 14,4 bilhões a partir de 2023.

Antecipando-se a algumas críticas que começam a surgir nos bastidores, o relator disse dispor de um parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) garantindo que é possível fazer uma desoneração tributária sem compensação, desde que seja indiscriminada, ou seja, para todos os setores indistintamente. “O artigo 14 da LRF deixa claro que medida erga omnes [para todos] não exige compensação”, disse. **(Colaboraram Edna Simão e Mariana Ribeiro)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

Governo ainda prevê PIB de 2,5% entre 2022 e 2025

Projeção para crescimento econômico deste ano foi elevada para 5,3%

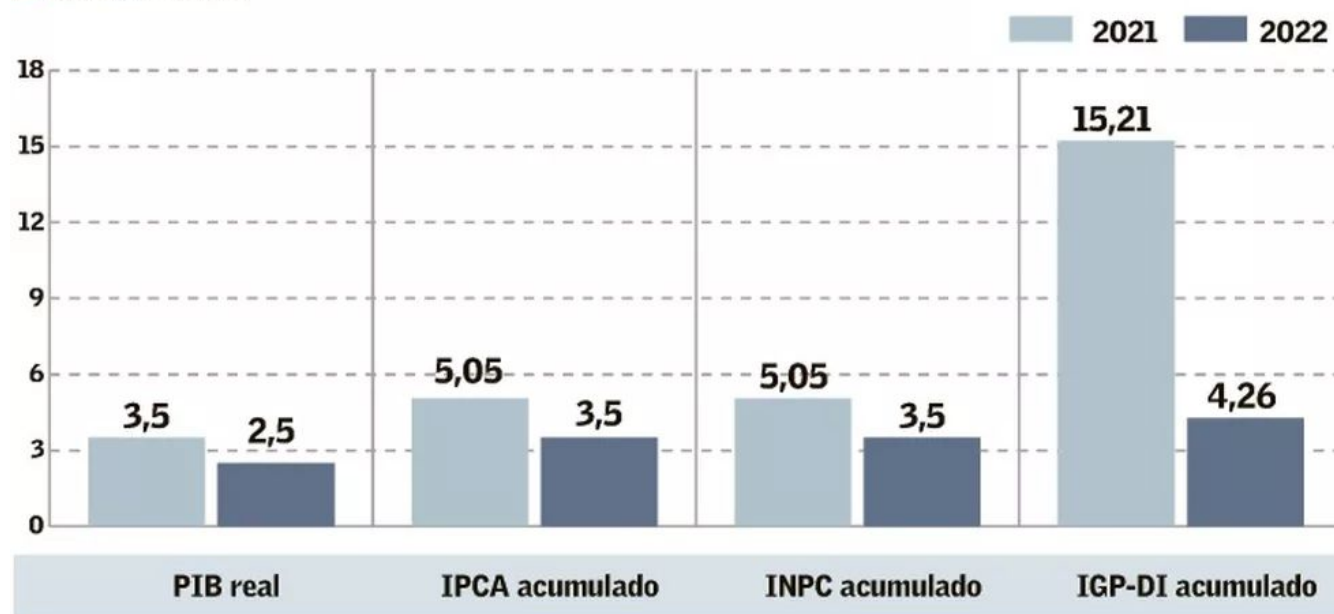
Por Edna Simão e Mariana Ribeiro — De Brasília

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

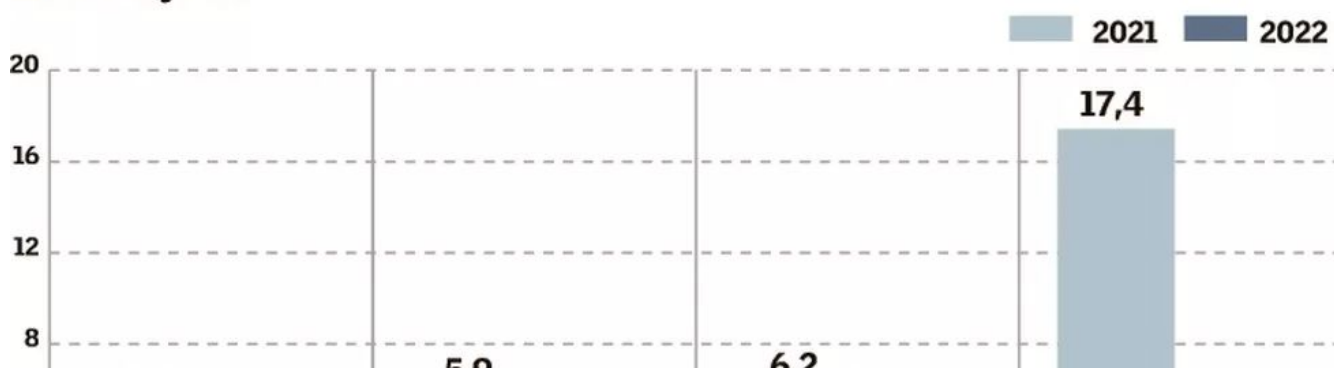
PIB e inflação em alta

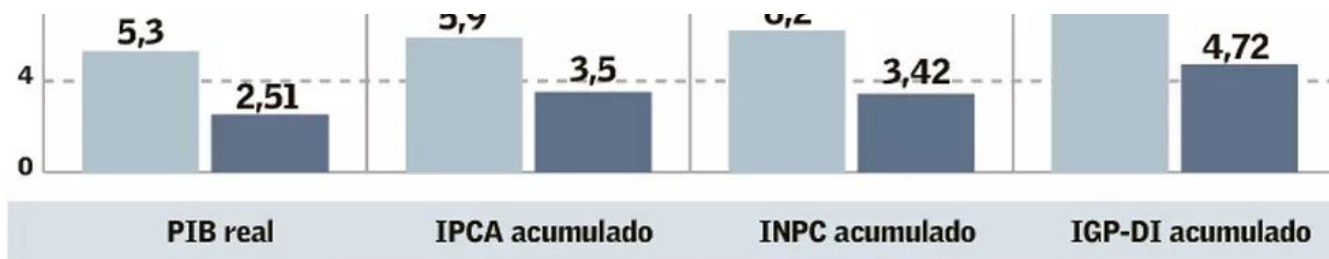
Novas estimativas do Ministério da Economia - em %

Grade maio



Grade julho





fonte: Ministério da Economia

A equipe econômica projeta crescimento econômico e inflação maiores para este ano, se alinhando às estimativas de mercado. Segundo a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, o Produto Interno Bruto (PIB) deve ter expansão de 5,3% neste ano, como antecipado pelo **Valor**. A previsão anterior, divulgada em maio, era de alta de 3,5%. Mesmo com esse ajuste, a projeção se manteve estável, girando na casa de 2,5%, para o período entre 2022 e 2025.

O maior crescimento em 2021, no entanto, está acompanhado por uma alta no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cuja projeção saltou de 5,05% para 5,9%, superando a meta de inflação definida pelo Banco Central (BC), que é de 3,75% ao ano, podendo variar 1,5 ponto para baixo (2,25%) ou para cima (5,25%). A SPE destacou que, apesar de a projeção estar acima do teto, a expectativa de mercado no médio prazo encontra-se ancorada e a projeção oficial para o IPCA de 2022, de 3,5%, converge para o centro da meta.

O aumento da inflação, conforme o secretário de Política Econômica, Adolfo Sachsida, está sendo um fenômeno no mundo e, por isso, a necessidade de aprovação de reformas pró-mercado e continuidade da agenda de consolidação fiscal. Além disso, frisou que as políticas fiscal e monetária seguem trabalhando juntas para que a inflação entre numa trajetória de queda.

Assim como o ministro da Economia, Paulo Guedes, vem dizendo, Sachsida reforçou que a economia brasileira teve uma recuperação em V e ressaltou que isso “não é obra do acaso, mas resultado de firme orientação de política econômica”. Para ele, a vacinação em massa continua sendo a melhor política econômica.

O secretário afirmou que as projeções econômicas feitas pelo governo no ano passado se mostraram corretas e que, agora, os dados públicos sugerem um crescimento econômico acima de 5% neste ano. “Uma coisa são os dados que temos até o momento, outra é o futuro, o futuro é difícil. Se mudanças estruturais ocorrerem, é evidente que faremos os devidos reajustes em nossas projeções”, pontuou. Ele reforçou o discurso de que as reformas têm efeito no curto prazo de ancorar expectativas e com o tempo vão dando resultados.

Ontem, o Banco Central (BC) divulgou que o IBC-BR teve queda de 0,43% em maio ante abril, com ajuste. Sobre o assunto, Sachsida disse que abril foi um mês difícil, com a pandemia atingindo patamares muito elevados. “Ainda assim, expectativas de

mercado continuaram elevando a estimativa de PIB. Temos que continuar trabalhando para endereçar consequências da pandemia.”

A SPE ainda destacou que há riscos ao desempenho da economia, citando o risco hidrológico, recrudescimento da pandemia de covid-19, paralisação da agenda de reformas e possível ajuste monetário nos países desenvolvidos. “Os efeitos negativos da pandemia vão marcar não só o Brasil, mas todo o mundo por várias gerações”, explicou.

Sachsida disse que é equivocada a visão de que o país vai aumentar os gastos no ano que vem, ano eleitoral. A folga no teto de gasto, que estaria por volta dos R\$ 25 bilhões conforme cálculos do governo, dependerá da evolução do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que corrige as despesas obrigatórias.

A estimativa para o INPC neste ano saltou de 5,05% para 6,2%. O índice corrige as despesas obrigatórias que estão sujeitas ao teto de gasto, e o IPCA, o próprio teto. Sachsida disse que o governo gastará em 2022 exatamente o que gastou em neste ano, corrigindo o teto. “O que pode mudar é a alocação. Se fizermos nosso dever de casa, INPC vai diminuir e teremos mais liberdade para escolher alocação do gasto.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sabe aqueles potinhos que ocupam espaço na geladeira? Esqueça deles com o Zip Stock!

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Você tem dores nas costas? Cientistas encontram uma solução que realmente funciona. Faça isso.

NIVVE STORE

Reforma no IR pode elevar preço de medicamentos

Texto do relator propõe a retirada de benefícios fiscais da indústria química e farmacêutica

Por Beatriz Olivon — De Brasília

15/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 minutos





Bruno Aguiar: desoneração é um benefício fiscal para os consumidores — Foto: Divulgação

O preço dos medicamentos poderá subir se for mantido o texto da reforma do Imposto de Renda (IR) apresentado pelo relator, deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA). O alerta foi feito por representantes da indústria farmacêutica depois de o parlamentar propor a retirada de benefícios fiscais de setores específicos, em contrapartida à redução do IRPJ.

Os medicamentos hoje estão isentos de PIS e Cofins e, como são tabelados, poderão oscilar com a mudança nas regras. O fim do principal benefício às indústrias de produtos químicos e farmacêuticos deve gerar um ganho de R\$ 5 bilhões na arrecadação, em 2022, de acordo com o projeto. Um total de 15.896 empresas serão atingidas.

O relator pondera que, como a proposta está reduzindo o IRPJ, há uma compensação na tributação global. Por isso, para Sabino, não deve haver

preocupação com alta de preços. “Ele [fabricante de medicamentos] não vive numa ilha, o fornecedor dele vai ficar melhor, o consumidor dele vai ficar melhor. Toda a sociedade vai ter uma redução de 12,5 pontos percentuais”, afirma.

Nelson Mussolini, presidente executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), alega, porém, que a redução do IRPJ não vai necessariamente trazer reflexos para o consumidor, como o PIS e a Cofins, por causa da base de cálculo. “O lucro depende de vários fatores. Não são todas as empresas que têm lucro. O pagamento do imposto é uma realidade, lucro é uma possibilidade”, afirma.

Para ele, a revogação do benefício do PIS e Cofins será um “desastre” para o consumidor final, o que inclui pessoas físicas, hospitais e secretarias de saúde. “O setor tem preços controlados e pela legislação em vigor toda e qualquer alteração tributária tem que ser repassada no preço do produto”, diz ele, acrescentando que trata-se de uma reforma “Robin Hood ao contrário, que tira de quem não pode para dar a quem pode”.

A maior parte dos medicamentos no país é vendida com desoneração de tributos federais, de acordo com o Anuário Estatístico de 2019 da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed). Aproximadamente 9,5 mil medicamentos tinham a desoneração de PIS e Cofins em 2019. Isso corresponde a 66,8% do faturamento e 68,2% do volume comercializado.

O novo texto revoga a Lei nº 10.147, de 2000, que concede um regime especial de uso de crédito presumido para empresas que cumpram a sistemática estabelecida pela Cmed. Na prática, ele zera a cobrança de 12% de PIS e Cofins do setor, segundo o advogado Bruno Aguiar, do escritório Rayes e Fagundes.

Os medicamentos sujeitos à Cmed tem os preços fixados pela entidade. Por isso, segundo Aguiar, a desoneração não é um benefício fiscal para a empresa, mas para os consumidores. “Espanta tratar isso como privilégio de setor porque é uma política pública”, afirma.

O advogado espera aumento de preços se a desoneração acabar. A lei que cria a Cmed, nº 10742, de 2003, diz que cabe à entidade assegurar o “efetivo repasse aos preços dos medicamentos de qualquer alteração da carga tributária”.

Além disso, a mudança ainda poderá ter efeitos em benefícios de ICMS concedidos a alguns medicamentos, de acordo com o advogado, já que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) se baseia na isenção de PIS e Cofins para prever isenção de ICMS a alguns itens, como medicamentos utilizados no tratamento de câncer e AIDS.

O substitutivo da reforma prevê ainda a revogação da alíquota zero de PIS e Cofins para itens fora da lista da Cmed, entre produtos farmacêuticos, de perfumaria e de higiene pessoal. Serão afetadas 779 empresas e o impacto é estimado em R\$ 10,97 bilhões. Esse grupo inclui insumos para produção de vacinas. “A venda de vacinas para hospitais e órgãos públicos vai pagar PIS e Cofins normalmente, enquanto hoje tem alíquota zero”, diz.

A tributarista Fernanda Sá Freire, do Machado Meyer Advogados, reforça que haverá aumento de tributação e lembra que a proposta da CBS já mudaria a carga desses setores. “A reforma tributária fatiada, sem olhar o todo, é muito ruim para os contribuintes”, afirma.

As mudanças, acrescenta, não consideram as alíquotas que os setores pagam em outros tributos, como o IPI. “Historicamente se tenta fazer uma reforma tributária ampla no Brasil com a revisão de todos os tributos, mas ela vai sendo fatiada e

acabam passando minirreformas sempre olhando individualmente”, diz.
(Colaboraram Fabio Graner e Raphael Di Cunto)

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

A máscara mais vendida de 2021. Entenda o motivo

SAÚDE EM DIA

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.



COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Dólar e juros longos caem, em meio a dados de atividade de EUA e China

Relatório prevê JCP com alíquota menor de IR do que os dividendos

Assimetria pode representar mais um problema no desenho da reforma

Por Fabio Graner — De Brasília

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O relatório do projeto de reforma do IR manteve uma situação no mínimo estranha na taxação da distribuição de resultado das empresas aos seus acionistas. Enquanto os dividendos serão taxados em 20%, caso o projeto seja aprovado, os repasses de recursos para os sócios a títulos de juros sobre capital próprio (JCP) seguirão tributados em 15%.

Dessa forma, mesmo com o fim da possibilidade de abater a distribuição de JCP do lucro das empresas a ser tributado pelo IRPJ, do ponto de vista do acionista esse

instrumento acaba tendo uma vantagem tributária de cinco percentuais. Como tem regras específicas, o JCP tem uma maior limitação de uso do que os dividendos.

No relatório em que apresentou suas projeções sobre o projeto original, a própria Receita Federal admitiu a possibilidade de o JCP ter um uso mais amplo, mesmo com o fim da dedutibilidade no IRPJ, embora não tenha considerado essa hipótese em suas contas.

“É necessário destacar que, a proposta de tributação da distribuição de resultados prevê a incidência de alíquotas distintas de acordo com as suas diversas formas. A análise de impacto realizada não contemplou os possíveis efeitos indutores decorrentes da possibilidade de arbitragem entre as formas de remuneração dos sócios, isto é, a distribuição em forma de JCP (tributado a 15%) ou em forma de dividendos (tributado a 20%)”, diz a nota da Receita.

Parte dos técnicos do governo enxerga nessa assimetria mais um problema no desenho da reforma do Imposto de Renda. Mas o relator da proposta na Câmara, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), não demonstra preocupação com essa questão e diz que, embora esteja aberto para avaliar todas as questões, no momento não considera a hipótese de igualar as alíquotas. Ele também avalia que esse tema está mais pacificado com a proposta de forte redução do IRPJ apresentada em seu parecer preliminar.

A mudança no JCP, com o fim da dedutibilidade, é um dos pontos polêmicos da reforma. Mas na equipe do ministro Paulo Guedes há convicção sobre a extinção da dedutibilidade, considerada uma das principais brechas que fazem com que a tributação efetiva das empresas seja bem mais baixa do que indicariam os 34% de IRPJ/CSLL atualmente em vigor. Guedes chegou a ventilar a possibilidade de uma redução gradual, a pedido da Febraban (o setor bancário é um dos que mais usam o instrumento), mas preferiu aceitar uma alíquota menor do IRPJ.

O tributarista Ilan Gorin tem sido um dos principais críticos da extinção do benefício tributário. “O nosso ministro da Economia vem apelidando o JCP de “jabuticaba brasileira” em sua campanha pela reforma tributária. Já a Comissão Europeia acabou de recomendar ao Parlamento Europeu o seu uso imediato”, apontou. “É triste que o governo brasileiro sabedor que o JCP favoreceu as empresas de capital aberto a captarem capital próprio de R\$ 3,8 trilhões desde sua criação em 1995, contra R\$ 1,8 trilhões de endividamento, afirme o contrário na exposição de motivos como premissa para extingui-lo, e ainda desdenhe de item do sistema tributário nacional agora enaltecido na Europa”, completou.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Renove o guarda-roupa com descontos Calvin Klein

CALVIN KLEIN

Setor nega compromisso de represar reajustes

Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil, afirma que regras de compliance e de concorrência impedem acordos

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo

15/07/2021 05h01 · Atualizado há 3 minutos

O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse ao **Valor** que não houve acordo - nem formal nem informal - da entidade e das empresas do setor de não elevar preços do aço até fim do ano. "O ministro Paulo Guedes, alegando receio de pressão inflacionária e diante de reclamações vindas do setor da construção civil, propôs que não fossem feitos novos aumentos de preço. Respondemos ao ministro que, por questões de compliance, de concorrência e de políticas comerciais próprias de cada empresa, não poderíamos firmar esse compromisso."

Segundo Lopes, foi assegurado nas reuniões com o ministro que, na alta das commodities (minério de ferro, sucata, carvão e outras), a razão dos reajustes nos preços do aço no Brasil e mundo, desde meados do ano passado, já mostrava sinais de estabilização.

Veja a íntegra da entrevista

Guedes diz que gostaria de baixar tarifas de importação, mas destaca amarras no Mercosul

O executivo disse que a pressão inflacionária do aço na construção é muito baixa, diferente do que é alegado no setor. “O vergalhão responde por 0,18% do IPA [Índice de Preços ao Produto Amplo] e por 0,065% do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna [IGP-DI].”

Além disso, disse que informou Guedes que o abastecimento de aço no país está equacionado, com maior oferta das usinas locais e com o forte aumento das importações. “Os volumes importados cresceram expressivamente. De aço longo, como vergalhão, entrou muito por Santa Catarina, que dá isenção no ICMS de 9%.” No todo, entrou 1,5 milhão de toneladas no país de janeiro a maio, afirmou.

O dirigente do Aço Brasil disse que o setor conta com seis siderúrgicas de aços longos, como vergalhão, e seis de aços planos, além de uma de tubos e duas de aços especiais. “Estamos operando com quase 75% da capacidade instalada e reduzindo exportações.”

Sobre reduzir a zero a alíquota do aço longo, pleito do setor da construção civil, em especial da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Lopes afirmou que disse ao ministro que isso seria uma forma de “melhorar as margens de empresas importadoras do país”.

O executivo disse que não foi acertada uma redução de alíquota de importação apenas para o aço. “O que vinha sendo discutido com Guedes e sua equipe desde fevereiro era bem mais amplo - de abertura comercial - que o ministro desejava.” Na indústria de transformação, envolvia a Coalizão Indústria (13 setores, incluindo aço).

“O ministro buscava sinalizar um corte amplo de tarifas na TEC e propôs redução de 10% na alíquota vigente”, disse. A tarifa sobre o aço cairia de 12% para 10,8%. Mas esse corte dependia do aval dos países-sócios do Mercosul. A Argentina se mostrou contrária a isso, o que travou o processo. Foi possível fazer com Bens de Informática e Telecomunicações e Bens de Capital (BIT/BK), que não precisam do aval.

“Acertamos dois pontos com Guedes. Primeiro, que fosse uma medida para toda a cadeia produtiva. Segundo: novas propostas de corte nas alíquotas estariam vinculadas à redução do custo-Brasil.”

O presidente-executivo da Abimaq, José Velloso, reclamou que os reajustes do aço são constantes desde 2020 e, até então, a justificativa das usinas era o preço internacional. “Na distribuição, o laminado a quente, por exemplo, subiu 170% e mais 70% em 2021. Por isso, estamos Incentivando a importação, porque a partir de fevereiro, o aço no Brasil teve reajustes acima do realizado no exterior.”

José Carlos Martins, presidente do CBIC, diz não ver “nenhum cabimento” no acordo feito por representantes do setor siderúrgico com o governo para não elevar preços do aço até o fim do ano. Hoje, afirmou, a entidade solicitará à Camex que a decisão sobre isso seja tomada rapidamente. “Essa redução não é nada. A alíquota muda de 12% para 10,8%.” **(Colaboraram Ana Paula Machado e Chiara Quintão)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Organizadora Slim multi funcional por 40% do preço

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que já viu antes de ver esse varal multifuncional

IVIRTUAL SHOP

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Febre Salvador : Iluminação inteligente sem gastar nada extra na conta de luz

WWW.IZILIFE.COM.BR

 **COMENTÁRIOS**

Cosan cobra combate à sonegação no setor de combustíveis

Esforço não depende de reforma tributária, defende empresa

Por André Ramalho — Do Rio

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 6 horas

O presidente da Cosan, Luís Henrique Guimarães, afirmou que existem hoje procedimentos que permitem o combate à sonegação no mercado de combustíveis, independentemente da reforma tributária em discussão no governo. Estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV) aponta que a sonegação de tributos no setor é da ordem de R\$ 14 bilhões ao ano.

Segundo ele, a reforma poderia ajudar a reduzir a complexidade do arcabouço tributário do país. “Mas há problemas que podem ser resolvidos hoje”, disse o

executivo, ontem, durante participação no Fórum IBP de Competitividade, transmitido pelo **Valor**.

Guimarães argumenta que a complexidade do arcabouço tributário facilita sonegação e, em um mercado de baixas margens, atrai agentes que criam um modelo de negócios baseado no não pagamento de impostos. Ele destaca que o número de devedores contumazes no mercado brasileiro “saiu do varejo para o atacado” nos últimos anos e atualmente é composto, fundamentalmente, por um grupo de dez empresas no setor.

No entanto, defende o executivo, os casos de sonegação no setor são “tipicamente conhecidos” e não há nada no arcabouço legal que impeça o combate às irregularidades do mercado.

“É possível, com procedimentos existentes, hoje, separar processos corretos de incorretos e não prejudicar segmentos que não devem ser prejudicados”, comentou Guimarães.

O executivo cita três grandes áreas que envolvem a sonegação no setor: a importação de nafta, a comercialização de etanol hidratado e a importação de diesel e gasolina na Zona Franca de Manaus (ZFM).

No caso da nafta, o insumo conta com carga tributária menor quando usado na indústria petroquímica. Guimarães explica que empresas têm importado o produto sob a justificativa de consumo na petroquímica, embora o utilizem para formulação de gasolina - pagando, assim, menos impostos do que no caso da importação direta do combustível.

Ele também chama a atenção para a concorrência desleal na Zona Franca de Manaus. Segundo presidente da Cosan, empresas têm conseguido, por meio de liminares, obter a isenção no recolhimento de PIS/Cofins nas importações de gasolina e de diesel com destino exclusivo para a ZFM. Há indícios, porém, de que os volumes importados não estejam sendo negociados exclusivamente na zona franca.

Por fim, outro grande caso de sonegação está na distribuição de etanol hidratado, na figura das chamadas empresas “barriga de aluguel” - em geral, distribuidoras criadas em nome de laranjas, sem estrutura comercial e que atuam por meio de corretores autônomos e que são devedores contumazes de impostos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Renove o guarda-roupa com descontos Calvin Klein

CALVIN KLEIN

[Comprar Agora](#)

LINK PATROCINADO

R\$ 79,90 | Cooler que vira mesa chegou ao Brasil!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

Taxação de carbono da UE ameaça venda de aço do Brasil

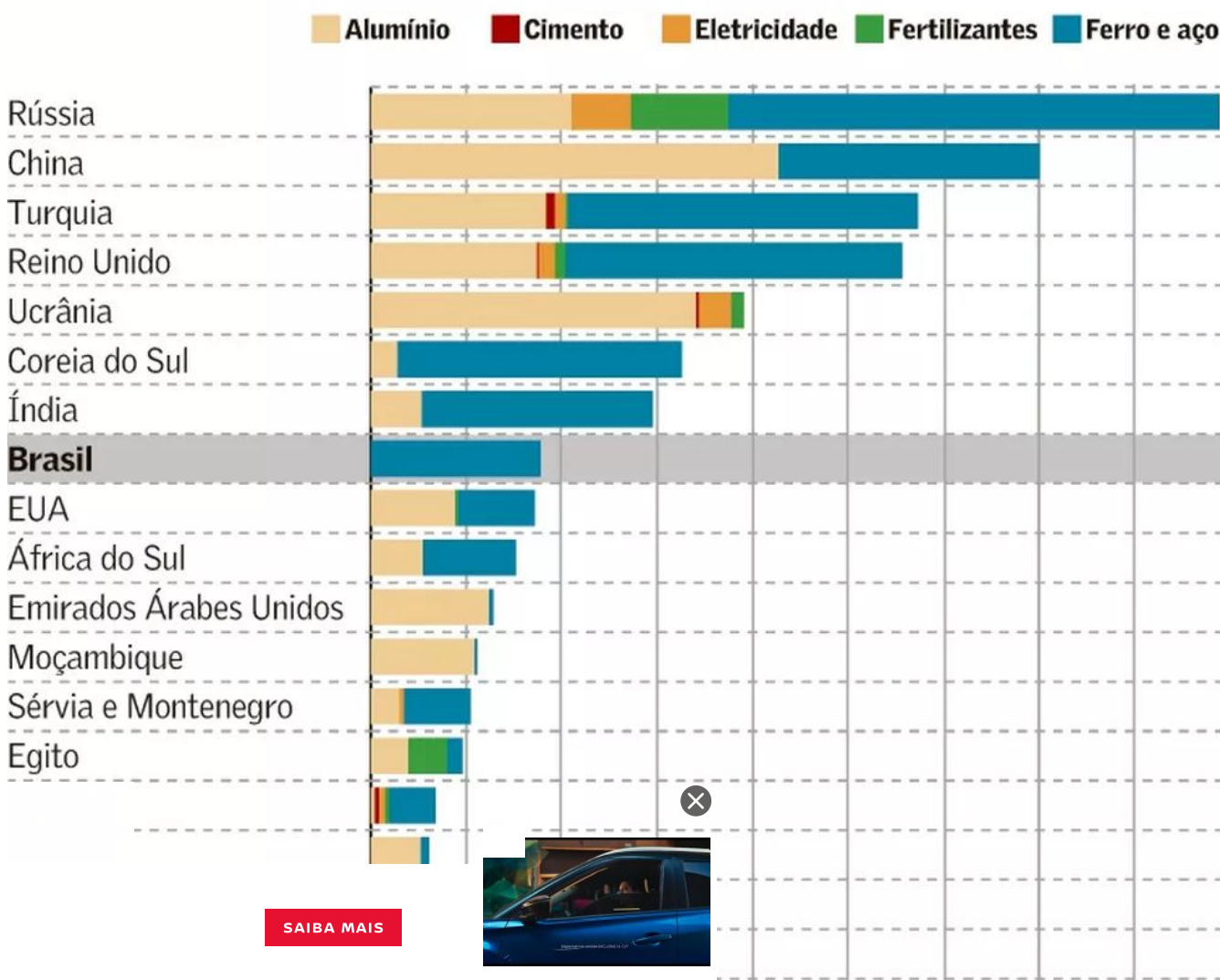
Produto é o mais afetado e pode sofrer sanção de US\$ 2 bilhões

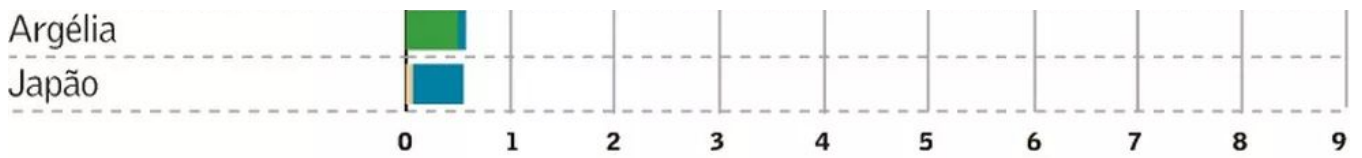
Por Assis Moreira e Fabio Murakawa — De Genebra e Brasília

15/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Rússia e China na mira

Exportações para a UE em 2019, em US\$ bilhões*





Fonte: Unctad. * Passíveis de consideração pelo CBAM, em setores selecionados dos 20 países mais suscetíveis

As exportações de aço e ferro são as mais vulneráveis no caso do Brasil à taxa carbono na União Europeia (UE) anunciada ontem e que vai ter impacto no comércio global. A taxa é prevista para entrar em vigor em 2023 contra concorrentes estrangeiros que não estejam submetidos aos mesmos padrões ambientais.

O mecanismo de ajuste de carbono na fronteira (CBAM, na versão em inglês) vai alvejar inicialmente importações de aço, cimento, alumínio, fertilizantes e eletricidade e vai ser depois expandida a outros setores. Faz parte de um amplo pacote verde pela qual o bloco europeu espera poder alcançar suas metas de reduzir a pelo menos 55% suas emissões de gases de efeito-estufa até 2030.

O Brasil é apontado como o oitavo país mais vulnerável à taxação em quase US\$ 2 bilhões de exportações para o mercado europeu, basicamente sobre siderúrgicos, pela Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad).

Certos especialistas calculam que o impacto poderia ser especificamente nas exportações de siderúrgicos que alcançaram US\$ 524,8 milhões para a União Europeia em 2019, ou 10,4% das exportações totais brasileiras dessas mercadorias.

Em alguns casos certos produtos, como aços laminados planos, de ferro ou aço não ligados com determinada largura, as vendas para a UE alcançam mais de 90% dos embarques do país para o exterior - ou seja, são mais vulneráveis à taxaço.

Fontes do governo brasileiro disseram ontem à tarde ao **Valor** que ainda estavam analisando a medida. Um pronunciamento do Ministério das Relações Exteriores não ocorrerá antes que se compreenda seu real impacto nas exportações brasileiras.

A impressão inicial é que a medida não terá aplicação imediata. A expectativa é que as restrições comecessem a vigorar em 2023.

Uma fonte a par do tema define a medida como “um antidumping climático”, em que os europeus pretendem “sobretaxar produtos que acharem que são produzidos de maneira supostamente menos sustentável do que os deles”.

A medida foi classificada como “controvertida”. Muitos países têm demonstrado preocupação de que se transforme em medida discriminatória, afirmou a fonte.

“Tudo é político. É basicamente uma tentativa dos europeus de exportar o seu modelo de mercado de emissões de carbono”, diz a fonte do governo. “Eles têm um mercado de carbono europeu, entendem que há uma precificação de carbono que afeta a competitividade das empresas europeias. Querem usar isso como alavanca, instrumento de pressão para que os outros países.”

Em abril, os países do grupo grupo Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China), que reúne nações recentemente industrializadas, soltaram nota manifestando preocupação com a sobretaxa europeia, após reunião ministerial.

“Os ministros expressaram grave preocupação relacionada à proposta de introduzir barreiras comerciais, como o ajuste de carbono na fronteira, que são discriminatórias e contra os princípios de equidade”, disseram os países no comunicado final do encontro.

No geral, a UE não representa um mercado importante para os outros produtos brasileiros que a taxa carbono vai alvejar. No caso de alumínio, as exportações brasileiras para a UE representavam não mais de 0,34% das vendas desse produto; cimento, apenas 0,02% de suas exportações totais; fertilizantes, o mesmo percentual.

A Unctad mostra, porém, a dimensão do impacto da medida europeia no comércio a partir de 2023. Considerando o preço de US\$ 44 por tonelada de CO2 emitida na produção, as exportações de aço brasileiro seriam submetidas a essa taxa “ad valorem” (tarifa em percentagem do preço) de US\$ 3,3/tonelada. No caso da exportação de alumínio, a US\$ 4,4/t. De cimento, a US\$ 7/t.

“Os produtos brasileiros [cobertos pela taxa carbono] se tornariam mais caros e menos competitivos e deixariam de ganhar uma receita importante”, diz o economista Carlos Razo, principal autor do estudo da Unctad.

Conforme a agência, o potencial de perda do Brasil nas exportações seria nesse caso de US\$ 444 milhões por ano com o preço de US\$ 44/t. Se o preço dobrar para US\$ 88, a perda brasileira seria de US\$ 786 milhões anualmente.

A taxação vai subir ou aumentar dependendo da intensidade de carbono na produção. Assim, pela estimativa da Unctad, enquanto o aço brasileiro poderia ser submetido a taxa de US\$ 3,3 por tonelada, no caso da Índia seria US\$ 12, e, do Cazaquistão, cerca de US\$ 17.

No geral, o impacto da taxa carbono parece limitado sobre o Brasil comparado ao peso da medida sobre parceiros como Rússia, China, Turquia, Ucrânia, Coreia do Sul e Índia.

Para a UE, a taxa carbono tornou-se necessária para frear “um forte risco” do chamado “carbon leakage” - de indústrias transferirem a produção poluidora para outros países com políticas climáticas menos rigorosas, ou quando os produtos da UE são substituídos por importações mais intensivas em carbono.

É por isso que, diz a UE, o mecanismo vai colocar um “preço justo” no carbono emitido durante a produção da mercadoria importada. Por ela, espera também encorajar indústrias mais limpas em países fora do bloco europeu.

Na prática, a taxa carbono vai funcionar com a compra de certificados de emissão pelos importadores. O preço desses papéis será calculado pelo preço do carbono na Europa expresso em euros por tonelada de CO₂ emitido.

Os importadores precisarão declarar até 31 de maio de cada ano a quantidade de produtos comprados no exterior e das emissões embutidas nelas, no ano precedente.

Se o importador puder provar, baseado em informações verificadas no país produtor, que o preço do carbono já foi pago durante a produção da mercadoria, o montante correspondente será deduzido da taxa carbono quando entra na Europa.

Para o especialista Fábio Marques, diretor da consultoria Plantar Carbono, se a taxa carbono europeia tem certa legitimidade, por outro há sempre o risco de se converter em uma barreira não tarifária dependendo do detalhamento técnico e dinâmica política.

Para ele, esses desafios podem ser mais relevantes no caso do Brasil porque, primeiro, considera que boa parte dos produtos exportados já é baseada numa matriz energética bem mais limpa que a média mundial e, segundo, o país é um grande exportador em produtos baseados em biomassa florestal renovável.

“Esse ponto se aplica inclusive a parte da siderurgia brasileira, baseada no carvão vegetal de florestas plantadas, ou seja, um insumo renovável que evita emissões de carbono na indústria e ainda sequestra e estoca carbono”, diz Marques. “E os critérios divulgados pelo CBAM até então parecem não deixar margem para que esses benefícios sejam adequadamente contabilizados. Não computar o sequestro de carbono da atmosfera seria até um contrassenso, visto que vários países e regiões do mundo, inclusive a Europa, almejam a neutralidade de carbono até 2050 (net zero by 2050). Sem remoções de carbono da atmosfera, o que pode ser feito por diversos segmentos, dificilmente o mundo será carbono neutro até 2050.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Sérum preenchedor de rugas com desconto em Recife

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Diatena sérum preenchedor de rugas com até 40% de desconto - Promoção por tempo limitado

DIATENA OFICIAL

LINK PATROCINADO

Exterior e mudanças na reforma tributária levam dólar a R\$ 5,08

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro para janeiro de 2022 passou de 5,84% para 5,775%

Por Marcelo Osakabe, Victor Rezende e Felipe Saturnino — De São Paulo

15/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A manutenção de um tom mais inclinado à manutenção dos estímulos (ou “dovish”) pelo presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, e a reação positiva dos agentes locais às mudanças no projeto de reforma tributária ajudaram o dólar a voltar ao menor patamar desde o início do mês ontem. De olho na combinação de fatores positivos, os juros futuros também apresentaram queda firme, em todos os trechos da curva.



No fim do dia, o dólar era cotado a R\$ 5,0861, baixa de 1,81%, no menor nível desde 2 de julho. Já a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2022 passou de 5,84% para 5,775%, enquanto o DI para janeiro de 2027 cedeu de 8,85% para 8,68%.

Além da reação ao Fed, que também beneficiou outras moedas emergentes, o real foi impulsionado pela repercussão positiva às alterações no projeto da reforma tributária. “Na semana passada, o real destoou dos pares emergentes, principalmente por causa da reforma. Acredito que agora vemos um recuo do governo em relação ao texto”, nota Marcos Weigt, diretor de tesouraria do Travelex Bank. “De qualquer forma, voltar a R\$ 5,30 foi claramente exagerado, dada a alta da Selic e todo o fluxo que temos visto entrar no país.”

Divulgado ontem, o saldo do fluxo cambial em 2021, até o dia 9 de julho, chegou a US\$ 16,148 bilhões. Para efeito de comparação, no mesmo período do ano passado, o fluxo estava negativo em US\$ 14,711 bilhões.

O alívio foi tamanho que investidores acabaram deixando de lado outras notícias, entre elas a cirurgia de emergência do presidente Jair Bolsonaro e a queda de 0,43% do IBC-Br em maio, em relação a abril, na comparação dessazonalizada, divulgada pelo IBGE. O dado veio bem abaixo da mediana das estimativas do colhidas pelo Valor Data, de alta de 1,1%.

O maior apetite por risco nos mercados globais com Powell, inclusive, fez com que as taxas de inflação implícita caíssem ontem. Dados da Renascença mostram que a inflação embutida na NTN-B com vencimento em agosto de 2022 caiu de 5,22% para 5,17% ontem, enquanto a inflação contida na NTN-B para maio de 2023 passou de 4,87% para 4,77%.

Na ponta curta da curva, o IBC-Br abaixo do esperado teve impacto relevante sobre apostas em torno da próxima reunião do Copom. No mercado de opções de Copom, negociado na B3, a aposta em uma alta de 0,75 ponto percentual no juro básico em agosto ganhou força e subiu para 44% de chance. À frente desse cenário está a aposta em uma elevação de 1 ponto na Selic, cuja possibilidade está em 54%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Cabe no porta-mala: Mesa dobrável com banco por R\$99

PRATICIDADE JÁ

LINK PATROCINADO

Sua casa totalmente iluminada gastando zero de energia!

WWW.IZILIFE.COM.BR



COMENTÁRIOS

Corte de imposto e pressão de gastos podem levar a maior aperto do juro

Em tese, redução de tributos pode alimentar a demanda agregada

Por Alex Ribeiro — De São Paulo

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O corte de R\$ 30 bilhões de impostos em negociação no Congresso Nacional na reforma tributária, combinado com a pressão de gastos de estados e em benefícios sociais em 2022, poderá obrigar o Banco Central a subir os juros mais que o planejado.

“Temos um impulso importante para a demanda, e a resultante deveria ser mesmo uma Selic final mais elevada”, diz o economista-chefe da XP Investimentos, Caio Megale, ex-secretário de indústria e comércio e ex-diretor de programas na

Secretaria Especial da Fazenda do Ministério da Economia. “É novo mix de política econômica, ‘easier fiscal, tighter money’”, segue, usando uma expressão em inglês para relaxamento fiscal e aperto monetário.

Em tese, cortes de tributos, como o aumento da faixa de isenção de Imposto de Renda (IR) de pessoa física e redução de Imposto de Renda de empresas, pode alimentar a demanda agregada. Mas, ao final, pode haver um efeito líquido negativo sobre a demanda agregada via expectativas, se a redução da carga tributária não é vista como sustentável e se impõe risco de levar a um aumento do déficit público e um atraso na queda da dívida bruta.

“Seria uma expansão contracionista”, afirma um ex-diretor do Banco Central. “Via canal da confiança, a expansão deprecia o câmbio e eleva a curva de juros, e assim deprimindo a demanda em intensidade superior ao impacto da expansão dos gastos.”

O resultado final disso seria, além de tudo, mais inflação, o que obrigaria o Banco Central a buscar uma política monetária contracionista. A sinalização da autoridade monetária para o final do ano é que a taxa Selic fique no ponto neutro, em 6,5% ao ano, percentual que não estimula nem deprime a economia.

“Não há como acreditarmos em resultados macroeconômicos positivos da reforma tributária”, diz um economista de mercado com experiência nas discussões de

Brasília. “Ou melhoram o desenho do sistema tributário, e então teremos perdas fiscais, ou deixam o modelo fiscalmente neutro, mas com o desenho ruim.” Para esse especialista, o resultado ruim da reforma já está se materializando de forma negativa nos preços dos ativos.

O ex-secretário do Tesouro Carlos Kawall, diretor da ASA Investments, lembra que os multiplicadores fiscais dos gastos públicos em investimentos públicos são maiores do que o do corte de impostos. As empresas que estão se beneficiando de corte de impostos não necessariamente vão destinar o reforço de caixa a investimentos.

“As empresas, em geral, não investem mais com alívio tributário”, afirma Kawall. “Em geral, as empresas fazem distribuição de dividendos, recompra de ações, redução de endividamento. Claro, pode gerar mais gasto, mas acaba sendo um multiplicador bem abaixo de um”, segue, usando um termo técnico que é uma medida do quanto um impulso fiscal se multiplica na atividade econômica.

Já o corte de impostos de pessoas físicas pode ter efeitos contraditórios, diz um outro especialista. De um lado, o governo está injetando mais renda com a atualização da faixa de isenção do tributo. Mas, de outro, está tirando dinheiro com o fim do desconto simplificado no IR. Em ambos os casos, as movimentações são em faixas da classe média.

“Quanto ao estímulo via pessoa física e pessoa jurídica, o multiplicador é menor, menos relevante”, diz Kawall. “E sobra o viés populista da proposta, o impacto fiscal de longo prazo negativo, que pode apertar as condições financeiras. É um estímulo eleitoreiro em hora errada.”

A reforma tributária cria um complicador a mais na área fiscal num momento em que os economistas do mercado financeiro já estavam preocupados com a repercussão nos juros das pressões pelo lado do gasto. Os estados e municípios estão com o caixa cheio, e devem gastá-lo no ano que vem, que tem eleições.

“No caso de estados e municípios, pode ser mais estímulo [para a economia] se o dinheiro for para investimento”, diz Kawall. “Se for salário e gasto corrente, aí só aumenta risco fiscal.”

O novo programa de transferência de renda que vai substituir o Bolsa Família, apesar de todos os méritos de aliviar a pobreza, também é outro foco de pressão nas contas públicas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Queima de estoque: Organizadora Slim multi funcional por 40% do preço

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que já viu antes de ver esse varal multifuncional

IVIRTUAL SHOP

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Não perca a chance de ter os clássicos Calvin Klein por um preço imperdível

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico

Dólar e juros longos caem, em meio a dados de atividade de EUA e China

Com privatização, Eletrobras terá mais receitas, diz BNDES

BNDES estima que capitalização da Eletrobras aumentará receitas da empresa em R\$ 7 bilhões a R\$ 8 bilhões

Por Gabriela Ruddy e André Ramalho — Do Rio

15/07/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Dire
Foto

ará mais capacidade de investimentos à Eletrobras —

A Eletrobras vai ampliar as suas receitas entre R\$ 7 bilhões e R\$ 8 bilhões após a capitalização, e aumentará a capacidade de investimentos, previu ontem o diretor de infraestrutura, concessões e PPPs do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Abrahão. Com a sanção esta semana, pelo presidente Jair Bolsonaro, da lei que autoriza a privatização da estatal, os eventos críticos foram vencidos, disse Abrahão, permitindo que a operação ocorra no início de 2022.

Em meio à tentativa de alguns partidos de barrar a capitalização da Eletrobras no Supremo Tribunal Federal (STF), Abrahão avalia como “muito remoto” o risco de judicialização do assunto. Ele cita o que considera como benefícios do projeto: de acordo com as projeções do BNDES, a privatização da estatal elétrica poderá gerar de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões em outorgas à União, considerando o que a empresa vai precisar pagar ao Tesouro, pelos novos contratos de concessão de suas hidrelétricas.

Além disso, a capitalização ajudará a injetar até R\$ 28 bilhões na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a valorizar as ações da Eletrobras “em algumas dezenas de bilhões” de reais. “Mas é o mercado que vai precificar isso”, disse Abrahão ao **Valor**.

Segundo ele, o jurídico do BNDES está “muito confortável” com a operação. “Não vemos fragilidades, muito pelo contrário. A própria estrutura da lei está muito robusta”, defendeu.

Na terça-feira, o Podemos entrou com ação no STF contra a lei que autoriza a privatização da Eletrobras, sob o argumento de que a legislação inclui artigos que destoam do objetivo principal - os “jabutis”. Entre os temas mais controversos está a previsão legal de contratação de 8 mil megawatts de térmicas a gás natural, preferencialmente em regiões não abastecidas por gasodutos.

Para Abrahão, a Eletrobras vai ter um custo de captação de recursos “muito competitivo” depois da capitalização. Ele acredita que manter a empresa na condição de estatal levaria a uma deterioração das atividades da companhia.

A capitalização e consequente privatização da Eletrobras ocorrerá por meio da emissão de novas ações, de modo a reduzir a participação da União na estatal. “A lei era o mais importante, porque reflete as regras que vão desenhar o processo de desestatização, como também corrobora uma visão da sociedade, é um reflexo direto de uma decisão da sociedade através do Legislativo. Por isso, do ponto de vista de caminho crítico, ontem [terça-feira] foi um marco.”

O BNDES trabalha nos estudos para a operação de capitalização, o que inclui a criação de uma nova estatal para abrigar os ativos que não poderão ser privatizados, como as subsidiárias Eletronuclear e Itaipu Binacional. Segundo Abrahão, a previsão é que os estudos sejam concluídos até o fim de setembro e que a aprovação, pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), ocorra em meados de outubro. O governo prevê realizar a operação em fevereiro de 2022.

O presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, disse ontem que ainda há um “longo caminho” para a efetivação da capitalização. “Com a sanção da lei, tivemos um passo importante, mas foi um passo”, afirmou, em evento on-line promovido pelo site Canal Energia.

Ele citou, como exemplos, a necessidade de definição do valor de outorga pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE); e os estudos de segregação da Eletronuclear e Itaipu Binacional e de modelagem e tarifas de Angra 3.

O executivo também vê no aumento da capacidade de investimentos da empresa um dos principais benefícios da privatização. “No pós-capitalização provavelmente conseguiremos uma redução de custos que trará mais competitividade para que participemos de forma mais efetiva da transmissão e geração”, afirmou.

Enquanto a Eletrobras ainda não é privatizada, Limp disse que a companhia estuda participar dos novos leilões de transmissão de energia - se identificada rentabilidade no negócio.

O executivo comentou também sobre o futuro da Eletrobras pós-privatização. Ele disse que uma eventual migração para o Novo Mercado da B3 só deve ser avaliada após a capitalização e que, a princípio, o plano da empresa é manter em sua estrutura as grandes subsidiárias, controladas pela holding. “Mas os novos acionistas [após a capitalização da empresa] terão oportunidade de fazer uma discussão para encontrar a estrutura mais eficiente da empresa”, ressaltou, ao ser questionado sobre o futuro de subsidiárias como Chesf, Furnas e Eletrosul.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

Atraso no uso de verba da Vale vai gerar perda bilionária, prevê governo de MG

Administração estima prejuízo econômico de R\$ 1,27 bilhão se houver demora de um ano na realização das obras previstas no acordo

Por Cibelle Bouças — De Belo Horizonte

15/07/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas



Fernando Marcato, secretário de MG: “Cada 6 meses de atraso gera prejuízo de R\$ 400 milhões só com obras de mobilidade” — Foto: Silvia Zamboni/Valor

✕

TODO DIA TEM ENTREGA GRÁTIS. PEDE 99FOOD.

CABE NA SUA FOME. CARRÉ NO SEU BOLSO. 99 food

Cinco meses após o governo de Minas Gerais anunciar o acordo com a Vale de R\$ 37,68 bilhões de reparação pela tragédia de Brumadinho, a Assembleia Legislativa aprovou em plenário o projeto de que permite o uso de parte dos recursos pelo Estado. Mas a demora na aprovação tem seu custo. Cálculos do governo de Minas aos quais o **Valor** teve acesso indicam um prejuízo econômico de R\$ 1,27 bilhão se houver atraso de um ano na realização das obras previstas no acordo.

O governo considera não apenas a demora na aprovação do projeto de lei, mas a decisão da Assembleia de mudar o acordo, destinando de forma prioritária R\$ 1,5 bilhão para transferência direta aos municípios. Esse valor será transferido em três parcelas semestrais, uma de R\$ 600 milhões e outras duas de R\$ 450 milhões cada uma. Os recursos serão extraídos das primeiras parcelas semestrais que a Vale vai depositar em juízo para o Estado. A primeira, no valor de R\$ 1,042 bilhão, já foi depositada. A mudança reduz valores que já seriam aplicadas neste ano para obras estipuladas no acordo.

Do valor total previsto no acordo, R\$ 11,06 bilhões serão incluídos no orçamento do Estado para a realização de obras. Desse valor, R\$ 4,95 bilhões serão destinados para obras de mobilidade, e R\$ 3,54 bilhões, para saneamento. Fernando Marcato, secretário de Infraestrutura e Mobilidade de Minas Gerais, disse que os recursos a serem depositados neste ano poderiam ser usados imediatamente em obras já orçadas.

“Cada seis meses de atraso gera prejuízo de R\$ 400 milhões só com obras de mobilidade. Sem contar as perdas de vidas com acidentes que poderiam ser evitados”, acrescentou Marcato. Ele observou que o Estado registra cerca de 4 mil acidentes por ano no anel viário de Belo Horizonte, gerando custos de acidentes de R\$ 1,3 bilhão ao ano. Com a construção do Rodoanel na região metropolitana, a expectativa é reduzir em 25% o número de acidentes no anel viário, gerando economia anual de R\$ 324 milhões em saúde.

O Rodoanel é a maior obra prevista no acordo. O projeto é orçado em R\$ 4,5 bilhões, sendo que R\$ 3,5 bilhões virão do acordo de reparação. O projeto já passou por consulta pública e audiências públicas. A expectativa do governo é lançar o edital em novembro e fazer a licitação em março de 2022. O projeto é contestado por movimentos sociais, porque a obra vai demandar o reassentamento de 3,5 mil imóveis.

Marcato acrescenta que há outras obras previstas no acordo já licitadas, que podem ter início imediato, só dependendo da liberação dos recursos em juízo. Ele citou a ponte sobre o rio São Francisco, ligando as cidades de Pintópolis e São Francisco, orçada em R\$ 125,7 milhões. A obra estava parada há anos por falta de recursos. Marcato disse que já renegociou o contrato com a Aterpa e a empresa está pronta para começar a obras. O Grupo Aterpa não respondeu ao pedido de entrevista.

Marcato disse que existem mais R\$ 450 milhões em obras de recuperação de estradas engatilhadas, entre obras contratadas e licitações perto da conclusão.

João Jacques Viana Vaz, presidente do sindicato estadual da indústria da construção pesada (Sicepot-MG), disse que muitas obras terão que ser licitadas novamente. “As obras que estavam paralisadas e que serão retomadas têm problemas nos

orçamentos. Os valores das obras não condizem com os aumentos dos insumos que vimos nos últimos meses”, disse.

O executivo acrescentou que a demora na liberação dos recursos afeta a população, que fica sem as obras de melhoria na infraestrutura, e prejudica a geração de empregos.

O governo estima que as obras a serem realizadas pelo Estado e pela Vale gerarão 365 mil empregos. A reparação equivale a 35% dos R\$ 105,7 bilhões de receita esperada pelo Estado no ano. A Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg) calcula que as obras com recursos da Vale vão gerar aumento de R\$ 14,9 bilhões no valor bruto da produção do Estado e um crescimento no Produto Interno Bruto (PIB) mineiro de 1,9%.

O rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), em janeiro de 2019, resultou na morte de 270 pessoas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Organizadora Slim de R\$189 por R\$65

HOPY

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

MaxSlicer, o fatiador, descascador e ralador mais vendido do mundo!

DUBAI STORE

LINK PATROCINADO

Os potes de plástico ficaram no passado depois disso

UTILIZZY&ZIPSTOCK.

LINK PATROCINADO

A máscara mais vendida de 2021. Entenda o motivo

SAÚDE EM DIA

A retomada do setor de serviços e o mercado de trabalho

O conjunto dos dados denota os enormes desafios para recuperar o mercado de trabalho no país

15/07/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

A retomada gradual do setor de serviços, confirmada esta semana pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que ainda há um longo caminho para a recuperação do mercado de trabalho. O setor de serviços é quem mais emprega no Brasil, representando 70% da População Ocupada. A queda da taxa de desemprego, que atingiu o recorde de 14,7% no trimestre móvel encerrado em abril, depende, portanto, em boa medida, da retomada mais vigorosa dos serviços.

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, mostrou que o setor cresceu 1,2% em maio ante abril, feito o ajuste sazonal, quase em linha com a mediana de 16 analistas ouvidos pelo Valor Data, que previam aumento de 1,3%. A expectativa é que os serviços ajudem a puxar o crescimento da economia no segundo semestre, à medida que avançar a vacinação contra a covid-19. Enquanto o setor de serviços não se recuperar de forma mais vigorosa, não haverá retomada substancial do emprego.

Essa é uma das principais razões que explicam o fato de que, apesar das previsões de retomada da economia, a desocupação continua elevada. As estimativas sugerem crescimento de mais de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano. E mesmo assim a taxa de desocupação tende a ficar em dois dígitos por mais tempo mesmo que o indicador ceda um pouco até o fim do ano em relação aos níveis atuais, ajudado pela recuperação dos serviços.

Mas há outras razões que também justificam a dicotomia entre retomada econômica e taxa de desemprego. Uma delas é que o mercado de trabalho costuma ser um dos últimos a reagir no processo de recuperação da economia. A criação e o fechamento de vagas seguem os passos da atividade, mas com algum atraso. Essa é uma realidade verificada em situações normais. Na pandemia, a retomada do mercado de trabalho, que atingiu mais os trabalhadores informais do que os formais, também será mais lenta. É importante, nesse contexto, avançar em soluções para reduzir o custo de se produzir e investir no Brasil, medidas necessárias para acelerar a retomada e, por consequência, a geração de emprego e renda.

Como mostrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desemprego ficou em 14,7% no trimestre encerrado em abril de 2021, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

Projeções de bancos e de especialistas apontam que esse percentual deve cair, situando-se, em dezembro deste ano, em 13,7%, como prevê, por exemplo, a consultoria IDados. Há bancos que estimam recuo ainda maior do desemprego no fim do ano.

Mesmo assim o mercado - entre contratações e desligamentos - vai continuar pressionado pelo grande número de pessoas que deve retornar à força de trabalho. Importante lembrar que o conceito de desocupação considera as pessoas sem trabalho que, no período da pesquisa do IBGE, tomaram alguma providência para consegui-lo. Não entram na conta do desemprego, portanto, as pessoas que não estão procurando ocupação.

Dados do IBGE mostram que o Brasil tem 177,1 milhões de pessoas em idade de trabalhar. São indivíduos com 14 anos ou mais. Entre aqueles que estão dentro da força de trabalho, 85,9 milhões correspondiam, em abril, a pessoas ocupadas (empregados, empregadores e funcionários públicos), número estável em relação ao trimestre móvel anterior. E havia ainda 14,8 milhões de desocupados, alta de 3,4% em relação ao trimestre anterior (489 mil pessoas a mais).

Existe a expectativa de que o avanço da vacinação contra a covid-19 faça com que pessoas que deixaram de buscar emprego por medo da pandemia voltem a fazê-lo. Mas há outros problemas. Um deles é o grande número de pessoas que têm ocupação, mas enfrentam jornada de trabalho reduzida, que o IBGE considera como subocupados. É o desperdício da mão de obra.

A taxa de subutilização da força de trabalho, no trimestre encerrado em abril, era de 29,7%. De fevereiro a abril, havia 33,3 milhões de pessoas subutilizadas, segundo o IBGE. Esse contingente inclui desempregados, pessoas que trabalham menos horas do que precisariam e os trabalhadores que não buscam emprego, mas gostariam de trabalhar. O indicador é um bom termômetro do mercado de trabalho, por englobar a subocupação e a desistência da procura por trabalho. O conjunto dos dados denota os enormes desafios para recuperar o mercado de trabalho no país.

Paulo Guedes reafirma que não haverá aumento de carga tributária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Vera Batista

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que não haverá aumento da carga tributária com as mudanças no Imposto de Renda, já que, conforme vem prometendo, o objetivo é 'elevar as alíquotas sobre dividendos e reduzir para empresas e assalariados'. A estratégia, disse, será diminuir o peso dos impostos para contribuintes pessoa física, mas fazendo com que os 'super-ricos' passem a dar mais recursos aos cofres do Estado. As declarações foram feitas durante evento on-line do jornal Valor Econômico sobre o pacote de mudanças no Imposto de Renda e perspectivas para a economia.

A isenção de imposto sobre os dividendos é, segundo Guedes, 'uma jabuticaba', algo que não acontece em lugar nenhum do mundo, mas que fazia sentido quando o Brasil convivia com a hiperinflação. Não agora, quando o país passa por uma crise e aumento da desocupação entre os informais. 'Durante a pandemia, descobrimos 38 milhões de invisíveis. Isso mostra que

quase metade da força de trabalho está subempregada', lembrou.

Aprovação

Guedes disse ter a expectativa de que o pacote de reforma tributária seja aprovado na íntegra em 2021. Tanto a primeira parte da reforma tributária - que unifica vários impostos federais - quanto a segunda, que toca no Imposto sobre a Renda. Nessa última, na terça-feira passada, o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), propôs mudanças, com corte da alíquota cobrada sobre os lucros das empresas, que cairia de 25% a 15% em 2022 e para 12,5% em 2023. O adicional de 9% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) seria mantido.

De acordo com o relatório de Sabino, as mudanças no IR terão como resultado uma redução de R\$ 57 bilhões na **arrecadação** em dois anos. Deste total, R\$ 27 bilhões seriam em 2022 e R\$ 30 bilhões, em 2023. Mas essa previsão de queda na **arrecadação**, no entender de Guedes, não chega a ser uma preocupação. 'Isso não está nos preocupando muito agora, porque só de o Produto Interno Bruto voltar ao que estava antes da pandemia, já vem um **arrecadação** de R\$ 100 bilhões acima do previsto', argumentou.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Guedes quer elevar orçamento do Bolsa Família para R\$ 50 bi



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Guedes adirmou que programa deve ir para cerca de R\$ 50 bilhões em 2022 | Foto: Marcelo Camargo | Agência Brasil

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta quarta-feira, 14, que pretende elevar em cerca de R\$ 20 bilhões o gasto do Bolsa Família em 2022, para um orçamento total de R\$ 50 bilhões. A cifra representa um reajuste de 56% em relação ao valor desembolsado anualmente.

Em entrevista ao Valor Econômico, Guedes explicou que o ajuste vai ser compensado pelo aumento de **arrecadação** com impostos, sem quebrar a regra do teto de gastos, que limita o crescimento das despesas públicas. Também citou o valor que será ganho com a tributação de dividendos, inclusive na reforma tributária do Imposto de Renda.

O reajuste Bolsa Família será usado para financiar a entrada de mais famílias no programa, que atende 43 milhões de pessoas atualmente. Também será usado para elevar o ticket médio pago aos beneficiários, hoje em R\$ 187 por mês. A medida é uma promessa de Bolsonaro, que busca se reeleger em 2022 com o apoio dos mais pobres.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação